

Sumário

Número de notícias: 53 | Número de veículos: 50

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita impõe tributação regular em resgate de fundo 5

SÃO PAULO JORNAL
ANFIP

Haddad diz que governo fará nova revisão na faixa de isenção do Imposto de Renda em 2024
..... 7

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que governo vai fazer revisão da faixa de isenção do IR em 2024 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IRPF 2024: está chegando a hora, fique atento! (Artigo) 11

FM NEWS - ILHÉUS - BA - ECONOMIA
ANFIP

IRPF 2024: veja as datas para entrega da declaração 13

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve paralisa cargas em 16 estados 14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cargas são paralisadas em MG e outros 15 estados e no DF 15

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Paralisação na Receita trava liberação de carga em AL e mais 15 estados 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fase 2 da reforma terá mudanças no JCP e taxa de 15% a múltis 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula vai recompôr verba de Auxílio Gás e Farmácia 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo prevê auxílio ao agro após recuo nas "commodities" 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A saída é ajustar as previdências - RAUL VELLOSO 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

O fantasma do déficit da Previdência (Editorial) 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Perspectivas e desafios para os aposentados em 2024 (Artigo) 26

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de benefício tem prazo-limite	28
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Saiba quem pode pedir a revisão	29
A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL SEGURIDADE SOCIAL	
Mudança para empregados e aposentados em julgamento	30
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de finais 3e4f nesta terça	34
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 4	35
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
INSS: Justiça libera R\$ 1,6 bi para pagamento de atrasados	36
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
Shopping de dados: INSS comercializa as informações da sua vida? (Previdência)	37
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
INSS reduz tempo médio de concessão de benefícios; saiba agilizar seu pedido (Previdência)	39
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS libera extrato de pagamento com reajuste para aposentados e pensionistas. Veja como consultar	42
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA SEGURIDADE SOCIAL	
Aposentados e pensionistas do INSS já podem consultar o valor do benefício com reajuste; saiba como	44
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Governo faz radiografia e irá anunciar possíveis cortes de gastos este ano, diz Haddad	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Corte de gastos deve começar pelo "andar de cima", diz Haddad	48
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO	
"Gasto obrigatório pode pôr em xeque o novo arcabouço"	49
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
Tesouro Nacional define regras para teletrabalho	50
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	

Regra de tributação do mercado financeiro é próxima etapa	51
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Decisão sobre reoneração deve sair até a próxima semana, diz Haddad	53
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo vai revisar tabela do IR e priorizar regulamentação da reforma do consumo, diz Haddad	55
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo anuncia R\$ 300 bi para reindustrializar o país	57
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
Indústria nacional terá R\$ 300 bilhões em investimentos até 2026; veja principais medidas	60
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
CNI elogia plano, mas se queixa de valor; entidades citam ajuste fiscal	62
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Lula corta emendas e aprova fundo eleitoral	64
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Orçamento sancionado	66
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula veta R\$ 5,6 bi em emendas parlamentares de comissão	67
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula garante fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi; emendas de comissão perdem R\$ 5,6 bi	69
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA ECONOMIA	
Com veto a emendas, Lula sanciona LOA	71
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula sanciona Orçamento com veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão	72
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula sanciona Orçamento e veta emendas de comissão	73
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA ECONOMIA	
Lula veta R\$ 5,6 bilhões em emendas	75
O POPULAR - GO - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula confirma duplicação do fundo eleitoral para pleito	76
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	

Para analistas, "é um primeiro passo", mas faltam detalhes.....	78
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
FGV Iboe vê indústria extrativa se destacar neste início de ano.....	80
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Emissão no exterior capta US\$ 4,5 bilhões.....	82
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - POLÍTICA ECONOMIA	
Mercado reduz novamente previsão da inflação/2024.....	83
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Monitor vê alta de 0,5% no PIB em novembro.....	84
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
"É o Plano Safra da indústria", diz Fiesp.....	85
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
União projeta melhora do PIB com pagamento de precatórios.....	86
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Previsão da inflação tem nova redução.....	87
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Bolsas em Nova York renovam recordes.....	88
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Há indícios de reação no setor de fundos".....	89

Receita impõe tributação regular em resgate de fundo

Beatriz Olivon De Brasília

Rendimentos obtidos por sociedade de investimentos com o resgate de cotas de Fundo de Investimentos em Participações (FIP) devem ser tributados regularmente, sem redução de base de cálculo. Essa é a orientação da **Receita Federal** para os fiscais do país, conforme consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) n° 310, publicada recente mente.

Para o Fisco, não importa que a compra e venda de ativos financeiros seja a principal atividade (objeto social) do contribuinte, nem que ele seja tributado pelo regime do lucro presumido.

No lucro presumido, as empresas aplicam um percentual de presunção sobre a receita bruta de 8% para o IRPJ e 12% em relação à CSLL para definir a base de cálculo dos **tributos**. Em um lucro de R\$ 100, por exemplo, incide IR sobre R\$ 8 e CSLL sobre R\$ 12. Há uma redução na base em relação à tributação regular sobre a receita bruta, que seria de 34% sobre os R\$ 100.

Embora a Receita não tenha permitido a aplicação das alíquotas reduzidas, os valores obtidos com a alienação do HP foram considerados receita bruta para incidência de PIS e Cofins - 3,65% no regime cumulativo. Se não fossem considerados receita, não haveria incidência.

A solução de consulta foi apresentada por uma instituição que investe em sociedades anônimas, limitadas e em fundos de investimento. Recentemente, ela incluiu no objeto social a atividade de "compra e venda de ativos financeiros" - adquiridos para valorização e posterior venda.

Como recebeu um valor referente a cotas de um HP, mas é tributada pelo lucro presumido, decidiu questionar a Receita. De acordo com a sociedade de investimentos, os rendimentos decorrentes do resgate dessas cotas decorrem do exercício de sua atividade principal. Por isso, para ela, deveriam ser tratados como componentes da sua receita bruta e submetidos aos coeficientes de presunção previstos na legislação aplicável ao lucro presumido para a determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. A Solução de Consulta Cosit n° 347, de junho de 2017, determinou

que a receita obtida na alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo do imposto apurado com base no lucro presumido. Para o contribuinte, no caso de um FIP a lógica seria a mesma.

Mas não para a Receita. Na nova solução de consulta, o Fisco cita um dispositivo específico da Lei n° 9.430, de 1996, para alegar que alguns valores, dentre eles os rendimentos e ganhos líquidos de aplicações financeiras, devem ser adicionados integralmente na apuração do lucro presumido, "independentemente da atividade ou objeto social desempenhado pela entidade". A Receita entende que prevalece a norma mais específica.

No mesmo sentido, a Instrução Normativa da Receita n° 1.700, de março de 2017, relaciona uma série de valores que deverão ser acrescidos à base de cálculo do lucro presumido. Entre eles, encontram-se os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável.

"Não se pode conceber que o sujeito passivo possa modificar a base de cálculo do IRPJ, retirando a adição integral dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, prevista em dispositivo legal, por meio de uma simples alteração em seu contrato social", diz a solução de consulta.

Já com relação ao PIS e à Cofins, a Receita entende de maneira diferente. Considera que os rendimentos advindos do resgate de cotas de HP são "nitidamente" decorrentes da atividade empresarial. Por serem receitas da atividade ou do objeto principal da empresa, diz o Fisco, integram a base de cálculo das contribuições sociais apuradas no regime da cumulatividade. Como, nesse caso, não há regra mais específica, segundo a Receita, vale a norma geral, de que se trata de receita bruta.

De acordo com Fábio Calcini, do escritório Brasil Salomão Matthes Advocacia, essa é a primeira solução de consulta que dá enfoque à operação com HP. O advogado destaca também que o entendimento afeta, em geral, as holdings de investimentos com participação em HP no ativo circulante. Quando esse

tipo de participação está fora do ativo circulante, diz ele, sua venda gera ganho de capital e não incide PIS e Cofins, mas o IR e a CSLL somam 34%.

Para Calcini, o novo entendimento da Receita é contraditório, deixando os mesmos valores fora da receita bruta quanto à tributação de IRPJ e CSLL mas dentro para a incidência de PIS e Cofins. "Ao falar de PIS e Cofins eles usam os mesmos conceitos e a Receita entra em contradição para justificar a tributação pelo HP", afirma.

O consultor tributário e sócio do escritório Lefosse, Dante Zanotti, interpreta a nova solução de consulta de outra perspectiva. Ele pondera que ela é importante por evidenciar aos contribuintes que, na visão do Fisco, os rendimentos de aplicações em FIP não estão sujeitos aos coeficientes de presunção do lucro presumido, ainda que o objeto social da pessoa jurídica seja realizar esse tipo de investimento.

Em nota ao Valor, a **Receita Federal** afirma que não há contradição. "Em uma mesma solução de consulta, a Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** tratou de duas legislações diferentes, não havendo contradição entre as conclusões apresentadas", diz o órgão, acrescentando que há uma norma específica que trata dos rendimentos em aplicações financeiras, que não estão sujeitos aos coeficientes de presunção.

"O novo entendimento da Receita é contraditório"
Fábio Calcini

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187771>

Haddad diz que governo fará nova revisão na faixa de isenção do Imposto de Renda em 2024

Por Redação

Ministro da Fazenda participa do Programa Roda Viva na noite desta segunda-feira (22). Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa do Programa Roda Viva .

TV Cultura/Reprodução

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira (22) que o governo fará uma nova revisão na faixa de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) em 2024.

Nós vamos fazer uma nova revisão esse ano, até por conta do aumento do salário mínimo, presidente [Lula] já pediu uma análise para nós acertarmos a questão da faixa de isenção , disse durante participação no Programa Roda Viva da TV Cultura.

Em maio do ano passado, o governo publicou uma Medida Provisória que alterou a faixa de isenção do imposto de renda de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Para isentar quem recebia até dois salários mínimos, o texto também incluiu um desconto mensal de R\$ 528 na fonte.

Na prática, portanto, quem ganhava até R\$ 2.640 (R\$ 2.112 + R\$ 528) - o equivalente a dois mínimos em 2023 - ficou isento do Imposto de Renda para pessoa física.

Porém, em 1º de janeiro deste ano, entrou em vigor um novo patamar de salário mínimo: R\$ 1.412. Ou seja, as pessoas que recebem até dois salários mínimos - que agora equivalem a R\$ 2.824 - voltarão a ser tributadas, segundo alerta da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**.

Trabalhadores que recebem dois salários mínimos por mês vão voltar a pagar imposto de renda

A **reforma tributária** dos **impostos** sobre consumo, promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023, prevê um prazo de 90 dias para o governo enviar propostas de mudanças na taxaço sobre a

renda ao Congresso Nacional.

Neste ano, o governo também vai se debruçar sobre a regulamentação da **reforma tributária**. Apesar das linhas gerais da proposta já estarem na Constituição, alguns pontos ficaram pendentes de regulamentação, tais como:

Deliberação sobre quais itens serão incluídos na cesta básica, que contará com isenção dos futuros **impostos** sobre consumo federal, estadual e municipal;

Funcionamento do cashback , a devolução de parte do imposto pago às famílias de baixa renda.

A proposta prevê ainda um prazo de 180 dias para o envio dessa regulamentação ao Legislativo.

Nesse primeiro semestre, temos que encaminhar as leis complementares que regulam a emenda constitucional da **reforma tributária** (...) nada é tranquilo, mas tá bem organizado, debate tá bem organizado, e vai ter aquela coisa: o que é cesta básica, o que entra, o que não entra, onde vai ter cashback, onde não vai, vai ter disputa em tudo (...) é da vida democrática, tem o tecnicamente recomendável, mas tem o politicamente possível, tem que conviver com essas duas coisas , afirmou Haddad.

Banco Central

O ministro da Fazenda afirmou que a relação entre governo e Banco Central tem sido desafiadora, mas que as equipes do Ministério da Fazenda e do BC tiveram papel institucional construtivo .

No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez persistentes críticas a Campos Neto, atual presidente do BC, e à condução da política monetária e da taxa básica de juros, a Selic.

Cabe ao Comitê de Política Monetária (Copom), formado por oito diretores e o presidente do BC, decidir o patamar da Selic a cada 45 dias. A próxima reunião do colegiado acontece nos dias 30 e 31 de

janeiro.

Lula é o primeiro presidente que não pôde realizar mudanças na diretoria do BC, incluindo a presidência, em razão da autonomia do BC aprovada pelo Congresso durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Campos Neto, por exemplo, tem mandato até 2024.

Questionado sobre quem será indicado à presidência do BC, Haddad disse que ainda não conversou com Lula sobre o tema, mas que decisão pode ficar mais para o meio do ano .

Presidente [Lula] convidou quatro diretores que ele indicou para serem diretores, evidentemente que um deles pode ser designado para presidente [do Banco Central] ou presidente [Lula] convidar uma pessoa que ainda não tá no BC .

Em 2023, Lula indicou:

Gabriel Galípolo para o cargo de diretor de Política Monetária;

Ailton Aquino para a diretoria de Fiscalização;

Paulo Pichetti para a diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos; e

Rodrigo Teixeira para a função de diretor de Administração.

Site:

<https://saopaulojornal.com.br/noticia/118962/haddad-diz-que-governo-fara-nova-revisao-na-faixa-de-isencao-do-imposto-de-renda-em-2024.html>

Haddad diz que governo vai fazer revisão da faixa de isenção do IR em 2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em entrevista nesta segunda-feira (22) ao programa Roda Viva, da TV Cultura, que o governo irá fazer uma nova revisão na faixa de isenção do Imposto de Renda em 2024.

"Nós vamos fazer uma nova revisão em 2024 por conta do aumento do salário mínimo. O presidente Lula já pediu uma análise para acertarmos a faixa da isenção. Neste primeiro semestre, temos que encaminhar as leis complementares que regulam a emenda da **Reforma Tributária**."

Em maio passado, uma medida provisória alterou a faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Para isentar quem recebia até dois salários mínimos, o texto também incluiu um desconto mensal de R\$ 528 na fonte.

"A gente ainda ouve dizer que está havendo um aumento de carga tributária. Não está havendo. Ninguém criou imposto, ninguém aumentou a alíquota de nada. O que está acontecendo é a revisão de verdadeiros absurdos que foram criados e que geraram um rombo nas contas públicas", também afirmou o ministro.

Durante o programa, Haddad também disse estar convicto de que irá atingir a meta de déficit fiscal zero.

"Eu tenho um objetivo, não depende só de mim cumprir esse objetivo. Não vai ser um ministro que vai conseguir entregar um resultado. Eu dependo do Judiciário, dependo do Executivo e do Legislativo. E até agora eu não posso reclamar de ninguém. A democracia você tem que ouvir o outro. No que me diz respeito, se eu não tivesse muita convicção do que eu estou perseguindo, eu não teria defendido há 13 meses a mesma coisa."

Ele negou, ainda que tivesse discutido com o presidente Lula uma revisão da meta fiscal de 2024. "Ela [a revisão da meta] não foi discutida com o presidente." Segundo o ministro, foram discutidas com Lula alternativas para tornar a meta de zerar o déficit viável.

Haddad também disse que a reforma administrativa precisa começar "pelo andar de cima", dando como exemplo o projeto de lei dos supersalários.

"O PL dos supersalários está há quanto tempo tramitando? Se você quer discutir gasto, você tem que começar por onde ninguém vai discutir", afirmou o ministro sobre o texto que regulamenta tipos de pagamentos que podem ficar fora do teto do funcionalismo público (atualmente R\$ 39,3 mil). "Eu penso que, do ponto de vista do gasto, nós temos que dar o exemplo e começar pelo andar de cima".

O ministro também reforçou que a relação com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, foi pacificada, após diversos atritos que tinham como origem as cobranças de Lula pela queda dos juros.

"Roberto Campos Neto não sai do churrasco lá da Granja do Torto, já foi convidado para ir para o (Palácio da) Alvorada. Então, está tudo em paz." Sobre o novo presidente da instituição, Haddad afirmou que um dos diretores indicados por Lula poderia vir a presidir o BC.

Na última semana, foi suspensa uma decisão do governo Bolsonaro que garantiu isenção tributária sobre salários de ministros de confissão religiosa, como pastores. A decisão veio por determinação do TCU (Tribunal de Contas da União).

Ao comentar o tema, o ministro afirmou que houve uma "baita confusão". "Em relação aos pastores, foi feita uma baita confusão. Há uma lei, que vai ser cumprida. O secretário de receita do governo anterior fez um parecer e expandiu os efeitos dessa lei. O Tribunal de Contas abriu um procedimento investigatório, e é dever do controle externo fazê-lo, apurar aquele episódio no meio da eleição", disse Haddad.

O ministro também defendeu o papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no pacote de estímulos para a indústria apresentado pelo governo.

"O BNDES estava sendo escanteado, inclusive com acusações muito injustas. O que foi feito hoje foi a apresentação de um trabalho que está contratado, que está orçado. Se você pegar quanto se emprestava no governo Fernando Henrique Cardoso, era mais do que empresta hoje."

Sobre um possível retorno do ex-presidente Donald Trump à Casa Branca e os reflexos negativos que isso poderia ter na relação do governo do presidente Lula com os Estados Unidos, Haddad minimizou as diferenças entre os líderes.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/haddad-diz-que-governo-vai-fazer-revisao-da-faixa-de-isencao-do-ir-em-2024.shtml>

"Não vai ter um alinhamento global, estamos em países democráticos. Muitas vezes o constrangimento funciona na política, a pessoa não ter saída a não ser fazer a coisa certa. No caso da transição energética, ela está se mostrando o caminho correto."

Segundo ele, o presidente Lula tem condições de apresentar um modelo novo. "O Brasil não deve, é credor internacional. Temos um compromisso com os países da África, queremos pautar que os países de menor renda saiam da dívida, temos a questão da desigualdade. O presidente Lula pensa em propor uma reglobalização sustentável do ponto de vista ambiental e social."

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

IRPF 2024: está chegando a hora, fique atento! (Artigo)

OSCAR LOPES DA SILVA

O brasileiro sempre deixa para a última hora para se preocupar com isso, veja o que você pode fazer para não se assustar com o Leão em 2024.

Primeira - Junte os recibos, notas fiscais ou cópia de comprovantes da forma de pagamento que você pode deduzir no seu IRPF, tais como, médicos, psicólogos, dentistas, fisioterapeutas e outros. Pegue a relação de pagamentos com as pessoas jurídicas.

Segunda - É possível deduzir o valor dos depósitos no Imposto de Renda com o limite de 12% da renda bruta anual feito em aplicações de PGBL. Isso significa redução do valor do imposto a pagar ou aumentar a restituição que irá receber. Peça ao seu gerente esse informe financeiro do PGBL.

Terceira - Se você fez ou recebeu alguma doação legalize. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos é um tributo que incide sobre a doação ou sobre a transmissão hereditária ou testamentária de bens móveis e imóveis, títulos e créditos, na transmissão da propriedade plena ou da nua propriedade e na instituição onerosa de usufruto. Doações não podem ser feitas sem os registros legais, mesmo em valores isentos no Estado, a declaração deve ser feita para obter a certidão de isenção.

Quarta - Se você paga pensão alimentícia a filhos, não pode incluí-los como dependentes. Eles são considerados alimentados. As importâncias pagas relativas ao suprimento de alimentos, serão aquelas em dinheiro e somente a título de prestação de alimentos provisionais ou a título de pensão alimentícia; tratando-se de sociedade conjugal, a dedução somente se aplica, quando o provimento de alimentos for decorrente da dissolução daquela sociedade. Declare de acordo com o que foi determinado pela Justiça, o abatimento indevido de pensão pode gerar multa de 75% sobre o imposto que não foi pago corretamente.

Quinta - Deduções que poucos conhecem. Por meio de documentação legal e bem descrita a cirurgia plástica; médico no exterior; cadeira de rodas; marca-passo; próteses dentárias; perna e braço mecânico; massagistas e enfermeiros são dedutíveis.

Sexta - Planos de saúde. Você só pode declarar o que pagou no seu CPF, mesmo tendo pago plano de saúde para terceiros, você não pode declarar esses valores no seu IRPF.

Sétima - Se você tem bens Imóveis, vai precisar da inscrição municipal (IPTU), do nome cartório, do número de registro e o número de matrícula. Em 2024 as declarações só serão transmitidas com a composição desses dados. Peça alguém para um especialista verificar o custo de aquisição destes bens.

Oitava - Se você paga ou recebe aluguéis, saiba que as imobiliárias enviam a RF a Dimob - Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias. Quem recebe de pessoas físicas tem que estar atento ao Carnê Leão, o Imposto é pago no mês subsequente ao recebido. Tem que deduzir as taxas administrativas relativas à Imobiliária. Se recebe de pessoas jurídicas você deve exigir o informe de rendimentos feito pela Imobiliária através da Dimob Nona - Se você comprou ou vendeu imóveis, existe a Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI). Os Cartórios informam a RFB as Operações Imobiliárias que foram anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartório de Notas, de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentes de seu valor.

Décima - Independentemente da forma de tributação escolhida pelo contribuinte, deve-se preencher as fichas "Pagamentos Efetuados" e "Doações Efetuadas" A falta das informações relativas a este preenchimento são sujeitas à multa de 20% do valor não declarado.

Concluindo, faça um fluxo de caixa, de sua pessoa física. Coloque todas as receitas e coloque todas as despesas. A **Receita Federal** sabe quanto você recebeu e pagou. Deduza das receitas as despesas que são dedutíveis para o Imposto de Renda, logo em seguida deduza as que não são dedutíveis. Se você ficar no vermelho está em risco, pois a **Receita Federal** está de olho em você. Lembre-se, a inteligência artificial está aí para cruzar todas as informações, então o melhor é prevenir e fazer tudo dentro da lei. Nada melhor do que buscar um planejamento tributário para pessoas físicas. Você

pode pagar menos Imposto de Renda dentro da legalidade.

* Contador, Professor Universitário. Doutorando em Contabilidade na UFMG. Especialista em IRPF. Conselheiro do CRCMG e Consultor Tributário de Pessoas Físicas da Cont"Est Contabilidade

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

IRPF 2024: veja as datas para entrega da declaração

Equipe Abrolhos

Os contribuintes brasileiros terão entre os dias 15 de março a 31 de maio para entregar a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2024, segundo estabeleceu a **Receita Federal**.

Ou seja, serão dois meses e meio para acertar as contas com o Fisco.

São obrigados declarar contribuintes que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2023, o que representa cerca de dois salários mínimos por mês.

Vale ressaltar que, a partir deste ano, a faixa de isenção do Imposto de Renda será ampliada de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112,00.

Essa mudança permitirá que 13,7 milhões de contribuintes fiquem isentos do tributo, conforme a **Receita Federal**.

O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), Mauro Silva, explica que enquanto a tabela de isenção permanece sem correção, a faixa mínima continua com ganhos de até R\$ 2.112, e por um artifício da lei, que quem ganha até R\$ 2.640 (dois mínimos em 2023) fica isento.

No entanto, de acordo com ele, a correção no mínimo elevou o valor para R\$ 2.824, e, portanto, perdeu a posição de isenção, com retorno da tributação de 7,5% do salário para o fisco.

Confira a tabela do imposto de renda de 2024:

Será ainda concedido um desconto de R\$ 528 sobre o imposto pago direto na fonte para todos os contribuintes que optarem pelo modelo simplificado.

Veja alguns exemplos:

Quem precisa declarar?

Declaração de IR simplificado

O brasileiro que é obrigado a declarar o Imposto de Renda pode optar pelo modelo simplificado.

Neste formato é aplicado um desconto padrão de 20% sobre os rendimentos tributáveis, limitado a um determinado valor. Este desconto substitui todas as deduções legais permitidas no modelo completo.

Declaração de IR completo

Neste modelo, é possível detalhar todas as despesas dedutíveis, como gastos com educação, saúde, previdência privada, entre outros. Não há um desconto padrão, e as deduções são calculadas individualmente.

Declaração pré-preenchida

Se o contribuinte tem uma conta gov.br, nível Prata ou ouro, pode iniciar a declaração com vários campos já preenchidos.

As informações de rendimentos, deduções, bens, direitos, dívidas e ônus reais são importadas da declaração do ano anterior, do carnê-leão e das declarações de terceiros, como fontes pagadoras, imobiliárias ou serviços médicos, por exemplo.

//CNN Brasil

Site: <https://fmnews.com.br/2024/01/23/irpf-2024-veja-as-datas-para-entrega-da-declaracao/>

Greve paralisa cargas em 16 estados

A suspensão do desembarço de cargas em portos, aeroportos e outras unidades aduaneiras do país, anunciado por fiscais da **Receita Federal** na semana passada, ganhou novos reforços com a adesão de auditores de outros estados. Segundo o Sindifisco Nacional (sindicato da categoria), fiscais de 16 estados e do Distrito Federal haviam confirmado participação no movimento até a tarde desta segunda-feira (22).

A última adesão foi da alfândega do porto do Rio de Janeiro.

Outras unidades aduaneiras, como os aeroportos de Guarulhos e de Viracopos, ambos em São Paulo, e o Porto de Santos, também participam do movimento.

O desembarço é feito por auditores da Receita para verificar se a carga está apta para entrar ou deixar o país. A interrupção desse procedimento teve início nesta segunda e seguirá até a próxima sexta, de acordo com o Sindifisco. Na alfândega de Salvador, a paralisação começa na terça.

Durante o período, serão feitas liberações apenas de cargas perecíveis, vivas, perigosas, medicamentos e alimentos. Todo o restante ficará retido.

Segundo o Sindifisco, até mesmo a liberação de pacotes menores, como produtos comprados por pessoas físicas em ecommerces estrangeiros, será afetada. O Ministério de Portos e Aeroportos disse à Folha que o tema é de responsabilidade da **Receita Federal**.

Procurada, a Receita não quis comentar (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-eb82580b24533db0ec12038c3c2156a3.pdf

Cargas são paralisadas em MG e outros 15 estados e no DF

São Paulo - A suspensão do desembaraço de cargas em portos, aeroportos e outras unidades aduaneiras do País, anunciado por fiscais da **Receita Federal** na semana passada, ganhou novos reforços com a adesão de auditores de outros estados. Segundo o Sindifisco Nacional (sindicato da categoria), fiscais de 16 estados, entre eles Minas Gerais, além do Distrito Federal haviam confirmado participação no movimento até a tarde de ontem.

A última adesão foi da alfândega do porto do Rio de Janeiro. Outras unidades aduaneiras, como os aeroportos de Guarulhos e de Viracopos, ambos em São Paulo, e o porto de Santos, também participam do movimento.

O desembaraço é feito por auditores da Receita para verificar se a carga está apta para entrar ou deixar o Brasil. A interrupção desse procedimento teve início ontem e seguirá até a próxima sexta (26), de acordo com o Sindifisco. Na alfândega de Salvador, a paralisação começa hoje.

Durante o período, serão feitas liberações apenas de cargas perecíveis, vivas, perigosas, medicamentos e alimentos. Todo o restante ficará retido.

Segundo o Sindifisco, até mesmo a liberação de pacotes menores, como produtos comprados por pessoas físicas em e-commerces estrangeiros, será afetada.

O Ministério de Portos e Aeroportos disse à reportagem que o tema é de responsabilidade da **Receita Federal**. Procurada, a Receita não quis comentar.

Expectativa - No Porto de Santos, a expectativa é de que 4,2 mil contêineres fiquem parados durante esta semana, segundo o presidente do Sindifisco Santos, Elias Carneiro.

Carneiro afirma que as maiores prejudicadas serão empresas que não possuem estoque. "A União, diretamente, não vai ter prejuízo, porque já recolhe o tributo na hora do registro. Mas, para as empresas, um atraso de uma semana a dez dias é complicado", diz.

Na última sexta, Flavio Prado, vice-presidente da delegacia sindical em Santos, estimava que, somente

no Porto, não serão liberadas 6,5 mil declarações de importação e 4 mil declarações de exportação.

À reportagem, a Autoridade Portuária de Santos (APS) disse que não é possível saber qual é a movimentação atual do porto, pois o fluxo de cargas é feito por operadores privados, e as estatísticas são compiladas ao recebimento dos números consolidados, não em tempo real.

Em 2023, o porto de Santos movimentou cerca de 173,5 milhões de toneladas, média de 14,5 milhões por mês, segundo a APS.

Terminal de cargas - Já o aeroporto de Viracopos afirmou que o terminal de cargas operava normalmente ontem e que iria monitorar possíveis impactos durante a semana.

Até o fechamento deste texto, o Aeroporto Internacional de Guarulhos não havia respondido à reportagem sobre a situação das cargas no aeroporto.

Os auditores cobram do governo federal a garantia do pagamento do bônus acordado em 2016, durante o governo Dilma. Além do salário, os fiscais receberiam a gratificação, que dependeria do atingimento de metas.

O acordo deu origem à Lei 13.464, que foi regulamentada em junho por Lula. O Sindi-fisco reclama, porém, que o governo destinou, na previsão orçamentária, somente R\$ 700 milhões para o cumprimento da lei - recurso insuficiente para o pagamento do bônus, segundo a entidade.

"A gente ficou sem outra opção. A União não cumpre uma lei feita pela própria União", diz o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão. (Paulo Ricardo Martins/ FolhaPress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Paralisação na Receita trava liberação de carga em AL e mais 15 estados

Os auditores fiscais da **Receita Federal** em Alagoas suspenderam nessa segunda-feira (22) a liberação de cargas - o chamado desembaraço - no Porto de Maceió e no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. Segundo a categoria, o protesto, que se estenderá até a próxima sexta-feira (26), é contra o baixo orçamento reservado ao órgão para este ano.

Outro ponto de reivindicação é a necessidade do cumprimento integral do Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) para o ano de 2024, aprovado pela Portaria MF 727/2023.

O Fundaf, criado há mais de 40 anos, é usado para garantir a manutenção dos mecanismos arrecadatórios que viabilizam o orçamento público.

De acordo com informações do Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), a paralisação, antes limitada a São Paulo e Bahia, ganhou a adesão de mais 13 estados e o Distrito Federal. Em todas as unidades da federação, haverá nos locais somente a liberação de cargas perecíveis, vivas, perigosas, medicamentos e alimentos.

Em Alagoas, o delegado adjunto da **Receita Federal**, Francisco Tavares Machado, informou que a greve está produzindo os seus efeitos basicamente no Porto de Maceió e no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. "Na área de **tributos** internos, os maiores reflexos estão restritos às áreas de julgamento", ressaltou à reportagem.

Conforme lista do Sindifisco Nacional, além do aeroporto e Porto de Alagoas, as unidades aduaneiras afetadas são: aeroporto de Viracopos, porto de Santos, aeroporto de Guarulhos, Alfândega de São Paulo (abrangendo os Portos Secos do Estado de São Paulo), Alfândega de Salvador (a partir desta terça-feira, dia 23), Alfândega de Porto Alegre, Alfândega de Foz do Iguaçu, Alfândega de Uruguaiana, Delegacia de Santarém, Inspeção de Pacaraima e as alfândegas e inspeções no DF e nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

"Toda greve, infelizmente, produz externalidades negativas e procuramos reduzi-las priorizando os

serviços essenciais. Produtos perecíveis, medicamentos e alimentos não serão prejudicados", disse o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

"Por outro lado, é importante lembrarmos que há uma lei pendente de implementação há sete anos e os auditores fiscais não poderiam continuar esperando sua aplicação indefinidamente", completa.

Por meio de assessoria de imprensa, a direção do Porto de Maceió informou que o primeiro dia de paralisação não registrou grandes prejuízos para embarque e desembarque de cargas no terminal alagoano. "Somente a partir desta terça-feira é que se pode contabilizar os números", ressaltou.

A reportagem também procurou a direção da Aena Brasil, que administra o Aeroporto Zumbi dos Palmares, mas até o fechamento desta edição, não havia recebido retorno.

Fase 2 da reforma terá mudanças no JCP e taxa de 15% a múltis

Jéssica Sant"Ana, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon

A **reforma tributária** sobre a renda que o governo federal vai enviar ao Congresso Nacional até meados de março deve incluir um imposto mínimo efetivo de 15% sobre o lucro de multinacionais que operam no Brasil e deve propor a revogação ou mudanças no uso dos juros sobre capital próprio (JCP) distribuídos pelas empresas, ideia que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou aprovar em 2023, sem sucesso, apurou o Valor com fontes do governo.

O imposto mínimo global foi negociado por 140 países sob a coordenação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de permitir a realocação dos lucros das grandes multinacionais para países do mundo todo. Pelo menos 55 países já adotam a medida, incluindo os da União Europeia. A **Receita Federal** já vinha trabalhando nas diretrizes para adotar esse tributo no Brasil, mas ainda não tinha estabelecido um prazo. Agora, segundo apurou o Valor, a ideia é propor a tributação dentro do projeto de lei que tratará da **reforma tributária** sobre a renda.

O tributo, se aprovado pelo Congresso, funcionará nas bases propostas pela OCDE, ou seja, deverá ser aplicado a qualquer multinacional com receita anual superior a 750 milhões que tenha sede ou filial instalada no Brasil. A empresa terá de recolher o imposto mínimo global no Brasil caso sua alíquota efetiva de **tributos** pagos no país fique abaixo de 15%. Em geral, a alíquota dos **impostos** sobre o lucro no Brasil é de 34%, mas parte das empresas tem benefícios fiscais ou deduções da base de cálculo, por isso a alíquota efetiva paga é bem menor.

O governo ainda mantém em sigilo o número de empresas que podem ser afetadas e o valor esperado de arrecadação. Porém, segundo fontes, haverá um impacto positivo, que ajudará a compensar a renúncia de uma outra medida que será incluída na reforma da renda: a revisão das regras de Tributação em Bases Universais (TBU), que é o mecanismo que estabelece que a tributação dos rendimentos e ganhos de capital de uma filial ou subsidiária deve ser feita no país de domicílio tributário da empresa.

O objetivo é que as regras adotadas no Brasil fiquem mais próximas do padrão da OCDE. Uma fonte explica

que o TBU adotado pelo país é único, porque tributa automaticamente o lucro de qualquer filial estrangeira de empresa ou grupo econômico domiciliado no Brasil. A ideia é desobrigar a tributação anual de filiais e subsidiárias que de fato sejam operacionais no exterior e manter a tributação automática em relação às rendas passivas ou de filiais instaladas em paraísos fiscais ou locais subtributados.

A reformulação da aplicação do TBU também já era uma agenda que vinha sendo desenvolvida pela Receita, pois as atuais regras valem somente até o ano-calendário 2024.

Fontes também afirmam que mudanças no JCP voltarão a ser propostas pelo governo, agora dentro da reforma da renda. Há duas alternativas na mesa: propor a revogação do JCP ou a restrição do modelo para algo semelhante ao adotado na Europa, chamado de ACE (Allowance for Corporate Equity). A decisão dependerá de qual será a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). "Estamos avaliando o que preferimos e o que as empresas preferem também. Preferimos ter uma alíquota corporativa mais alta e o JCP reformulado ou uma alíquota nominal mais baixa sem o JCP? Essa é a escolha que precisa ser feita", explica uma fonte.

O ministro Fernando Haddad propôs no ano passado o fim do JCP ao Congresso, com a expectativa de arrecadar R\$ 10,4 bilhões em 2024. A ideia, contudo, não prosperou, e os parlamentares aprovaram apenas algumas restrições para uso do instrumento financeiro, justamente para que o assunto fosse tratado de forma estrutural, em meio à **reforma tributária** do Imposto de Renda.

Especialistas ouvidos pelo Valor acreditam que o mecanismo pode ser aprimorado para evitar seu uso como instrumento de planejamento tributário, mas sua eliminação poderia ser um equívoco. Isso porque JCP são os juros com os quais as empresas remuneram seus sócios por terem investido capital.

Para advogados tributaristas e economistas, o principal incentivo que o JCP criou é que as companhias tenham mais capital próprio e menos de terceiros para financiar investimentos e operações, o que se transforma em menor endividamento das empresas no país.

Apesar da resistência inicial do Congresso, o governo vai voltar ao tema, porque entende que não tem como falar sobre tributação de lucros e dividendos sem englobar o JCP. "Se você tem uma empresa, o que vai determinar a carga tributária dela? A tributação do lucro, do dividendo e do JCP. O negócio é tripartite. Quando a gente for tratar de lucro e dividendos, claro que o JCP vai entrar na conta também", explica uma fonte ao Valor.

Em relação aos dividendos, o governo trabalha, no momento, com uma alíquota de referência de 15%, igual à aprovada pela Câmara em 2021, dentro da reforma proposta pelo então ministro da Economia Paulo Guedes, projeto que acabou não prosperando no Senado. Também deve ser proposta uma redução da alíquota corporativa, composta pelo IRPJ e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Porém, fontes destacam que a calibragem das alíquotas ainda não está definida, porque vai depender do resultado das negociações do governo com o Legislativo para a aprovação de projetos que elevam a arrecadação.

Fontes do governo defendem, ainda, que a tributação dos dividendos seja horizontal. Elas avaliam que foi um erro do projeto aprovado pela Câmara em 2021 isentar empresas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões.

Para o tributarista Eduardo Natal, sócio do escritório Natal Manssur, a isenção dos dividendos deveria ser mantida. "Tributar os dividendos dará azo à problemática questão da distribuição disfarçada de lucros, recorrente antes de 1996, e que gerou uma legislação extremamente complexa e um contencioso não menos intrincado", cita o advogado. Ele também disse que o movimento pode inibir a capitalização das empresas.

Sobre o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), o Valor apurou que ainda não há decisões tomadas. O reajuste da faixa de isenção da tabela do IR, uma promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com certeza vai existir. Contudo, o valor ainda não está decidido. Lula prometeu isentar quem ganha até R\$ 5 mil. Até o momento, não está prevista a criação de novas faixas na tabela do IR nem a majoração de alíquota máxima, hoje de 27,5%.

"A renda do trabalho já é bastante tributada no Brasil quando junta **INSS** (contribuição à Previdência). Por isso, estamos focando na renda financeira, em dividendos, que hoje é isento. O caminho não é tributar mais o trabalho no Brasil", explica uma fonte, ressaltando que não há decisão final sobre o tema. Outra fonte reconhece que é um tema "supersensível

politicamente" e ressalta que a decisão final passará pelo presidente Lula, além do próprio ministro Haddad.

Conforme mostrou o Valor na semana passada, a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) defende o aumento do número de faixas na tabela do IR da pessoa física, a atualização da faixa de isenção e aumento das alíquotas máximas, porque, segundo os auditores, a atual tabela favorece de maneira desproporcional as famílias de maior renda.

Eles ponderam, contudo, que a simples readequação da tabela do IR poderia ter "efeito perverso", pois só atingiria os rendimentos classificados como tributáveis, o que poderia aumentar o fenômeno da "pejotização". Por isso, os auditores defendem que o governo revise a isenção dos dividendos e adeque a alíquota do IRPJ.

Ainda em relação às demais sugestões do relatório prévio do TCU, o governo quer adotar mecanismos que permitam a consolidação das informações financeiras de todas as entidades de um grupo empresarial para a apuração de seus **tributos**, acabando com a apuração CNPJ por CNPJ. O objetivo é tornar mais eficiente e mais justa a apuração de resultado fiscal. Essa mudança também deve ter um custo fiscal, que deverá ser compensado pelo imposto mínimo global das multinacionais, disse uma fonte.

Para o tributarista Eduardo Natal, a consolidação da apuração fiscal do grupo é um ponto positivo. Segundo o advogado, a consolidação traria maior transparência quanto aos empreendimentos de grupos empresariais, fazendo com que esses grupos atendam um melhor nível de compliance em todas as suas frentes de negócios, possibilitando a criação de regras de compensação de prejuízos fiscais de um negócio com os lucros de outro. "Essa transparência seria também uma ótima ferramenta para atração de investimentos no Brasil", afirma.

Outros pontos também podem ser incluídos na reforma do Imposto de Renda. De acordo com a emenda constitucional 132, o Executivo tem até meados de março para enviar o texto ao Congresso Nacional.

Até o momento, o governo está dividindo a reforma da renda em três capítulos: o primeiro já foi aprovado e sancionado e estabeleceu a tributação sobre offshores e fundos exclusivos. Essa etapa foi antecipada para 2023 para ajudar na meta de zerar o déficit primário neste ano. Já o segundo capítulo tratará da tributação de operações do mercado financeiro, buscando estimular o mercado de capitais. Por ser um tema mais consensual, segundo o governo, será enviado num projeto de lei a parte. O outro projeto trará todos os demais temas da reforma da renda.

"Tributar os dividendos dará azo à questão da
distribuição disfarçada de lucros"

Eduardo Natal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

Lula vai recompor verba de Auxílio Gás e Farmácia

Os recursos foram cortados pelos parlamentares durante a tramitação do Orçamento de 2024, com o objetivo de abrir espaço à ampliação das emendas de comissão usadas para irrigar redutos eleitorais dos congressistas.

O governo não tem um prazo definido para enviar o projeto de lei com o remanejamento, já que os programas podem começar a rodar com os valores já assegurados no Orçamento deste ano. Mas a ideia é resolver o impasse ao longo dos próximos meses.

O principal obstáculo do governo deve ser a insatisfação do Congresso com o veto às emendas. O relator-geral do Orçamento, deputado Luiz Carlos Motta (PL--SP), admitiu em entrevista a jornalistas que, na falta de um acordo para restabelecer as emendas, os parlamentares poderão derrubar o veto presidencial.

O Executivo também deu sinal verde a uma redução de até 10% nas verbas do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), uma das vitrines da gestão petista. O programa ficou com R\$ 54,5 bilhões, ante uma proposta inicial de R\$ 61,3 bilhões.

O problema é que o Congresso cortou outros R\$ 6,9 bilhões nas despesas discricionárias do Executivo, que não são obrigatórias e contemplam custeio e investimentos. São esses gastos que o governo pretende agora recompor.

O valor das emendas barradas por Lula não é suficiente para recompor integralmente os R\$ 6,9 bilhões que foram retirados das despesas discricionárias, mas o governo deve priorizar na redistribuição aqueles programas que sofreram as maiores perdas.

Programas

O Farmácia Popular teve uma redução de R\$ 382 milhões, enquanto o programa de educação e trabalho no Ministério da Saúde sofreu um corte de R\$ 318 milhões.

Também foram alvos da tesoura as verbas para gestão da **Receita Federal** (R\$ 283 milhões), estruturação de unidades de atenção especializada em saúde (R\$ 268 milhões) e concessão de bolsas no

ensino superior (R\$ 151 milhões).

O programa Auxílio Gás, que repassa às famílias beneficiadas o valor de um botijão a cada dois meses, teve um corte de R\$ 138 milhões. Já os recursos para custear o funcionamento da Polícia Federal foram reduzidos em R\$ 69 milhões.

Meta

O Orçamento sancionado prevê ainda uma meta fiscal de déficit zero, como defendido pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Para alcançar esse objetivo, a peça orçamentária contemplou uma previsão de R\$ 168,5 bilhões em receitas extras para reforçar o caixa e tentar alcançar o equilíbrio nas contas públicas. Boa parte delas foi desidratada na tramitação pelo Legislativo.

Nas reavaliações do Orçamento, que ocorrem bimestralmente a partir de março, a equipe econômica será obrigada a refazer as estimativas de arrecadação e tirar da conta a parcela das receitas que não se mostrar viável -o que colocará pressão sobre Haddad em meio ao debate sobre flexibilizar a meta fiscal, que segue vivo dentro do governo.

O mercado tem demonstrado ceticismo quanto à realização efetiva de toda essa arrecadação e vê um déficit de 0,8% do **PIB** (Produto Interno Bruto) neste ano.

Do lado da despesa, os números da Previdência também inspiram cautela. O TCU (Tribunal de Contas da União) apontou fragilidades na promessa do governo de reduzir em R\$ 12,5 bilhões a despesa com benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) a partir de revisões de aposentadorias.

A economia foi incluída no Orçamento aprovado, deixando a despesa subestimada, na avaliação de especialistas em contas públicas.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Governo prevê auxílio ao agro após recuo nas "commodities"

ALVARO GR1BEL alvaro.gnbel@oglobo.com.br
BRASILIA

A queda dos preços das commodities nos últimos meses tem elevado a preocupação no setor agrícola e também no governo. Com a perspectiva de ganhos mais baixos, o Ministério da Agricultura já estuda medidas para dar fôlego aos agricultores e evitar que problemas financeiros afetem o plantio da próxima safra este ano e impactem as colheitas em 2025. A ideia, segundo o assessor especial da pasta, Carlos Ernesto Augustin, é abrir uma linha de crédito via BNDES, para melhorar o capital de giro dos produtores, além de dar mais prazo para que eles paguem dívidas com a União.

-Já fizemos várias reuniões com o setor para entender a situação. No momento, temos duas medidas em estudo: uma é conseguir aportes do BNDES para o setor, mas sem custo para o Tesouro. Outra possibilidade é adiar os vencimentos de investimentos (dívidas) deste ano e prorrogar para o último ano do contrato.

Essas dívidas de produtores foram contraídas para fazer investimentos, e a ideia do governo é diferir o pagamento. Estima-se um passivo de cerca de R\$ 20 bilhões.

RENTABILIDADE BAIXA De acordo com o índice de Commodities do Banco Central (IC-Br), os preços das matérias-primas (agrícolas, de energia e minerais) caíram ao menor patamar em mais de dois anos, uma queda puxada pelas commodities agrícolas. Em dezembro, último dado divulgado, o IC-Br recuou para 342,77 pontos, pouco acima dos 340,69 pontos registrados em julho de 2021.

Augustin afirma que houve uma explosão nos preços por causa da pandemia, e agora há uma "volta à normalidade". O problema, diz, é que os custos também subiram, e os produtores agora têm rentabilidade baixa: - A rentabilidade está muito baixa, porque os preços dos insumos permanecem muito elevados. Eles também devem cair mais à frente, mas é preciso dar um suporte ao setor para conseguir atravessar esse período.

Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da USP mostram que o preço da

soja, principal produto agrícola exportado pelo Brasil, recuou 23,6% em janeiro, em reais, em relação ao mesmo mês de 2023. Já o milho caiu 20,4%, e o café, 13,3%.

Bruno Lucchi, diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diz que cadeias de produtos como café, boi, milho, soja, algodão, chegaram a ter redução em torno de 30% nos preços em reais em 2023. Ele explica que, embora o **PIB** agropecuário tenha crescido cerca de 15% em 2023, quando se consideram os serviços e a indústria ligados ao setor, houve redução em torno de 1%: - Devemos ter uma queda de 0,8% no volume de produção este ano, em função de fatores climáticos, com quebras de safras em várias cadeias de produtos. No agro-negócio, que é mais amplo que a agropecuária, podemos cair 2% ou ficar estagnados, no melhor cenário.

Segundo o técnico da CNA, a safra agrícola deste ano deve ficar abaixo das 300 milhões de toneladas, contra o recorde de 319 milhões de toneladas de 2023. Nas exportações, o agro, depois da alta de 4,8% no ano passado, tem como melhor cenário manter o patamar de US\$ 165 bilhões.

MENOS BEZERROS Lucchi alerta que a queda dos preços dos produtos agrícolas por períodos prolongados, embora ajude a reduzir a **inflação** de curto prazo, pode impactar os investimentos dos agricultores, afetando a produção à frente. Isso faria os preços subirem rapidamente, caso a oferta fique mais restritiva: - No setor de carnes, por exemplo, está havendo abate de fêmeas, como reflexo dos preços mais baixos. Com isso, haverá também menos nascimento de bezerros, com efeitos sobre a oferta mais à frente. Tudo na agropecuária tem um ciclo mais longo.

Levantamento da consultoria Agroconsult indica que o plantio de soja este ano terá queda de 6,4% na produtividade. Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Bahia já registram perdas; na safra passada, só o Rio Grande do Sul teve problemas.

Segundo o Itaú Unibanco, o PIB da agropecuária será de apenas 0,6% este ano, depois de uma alta projetada de 15,9% em 2023 (o dado oficial ainda não foi divulgado).

O economista Sérgio Vale, da MB Associados, explica que a queda dos preços das commodities ajuda a entender por que as projeções de crescimento da economia este ano estão em torno de 1,5%: -Os anos de 2021 e 2022 foram de forte expansão do dólar e do preço das commodities. No ano passado, houve aumento do volume de produção. Em 2024 não tem impacto relevante em nenhuma dessas frentes.

O problema é também dos cofres públicos. Apesar de o setor ser fortemente desonerado, há uma cadeia de produção por trás que aumenta a arrecadação. Segundo Lucchi, quando se incluem serviços e indústria, o agro responde por cerca de 20% da arrecadação federal. A queda das commodities também pode afetar o investimento, por exemplo, com menor demanda por máquinas e equipamentos agrícolas.

Na mineração, as commodities metálicas voltaram ao mesmo patamar de outubro de 2022, segundo o IC-Br. Dados da **Receita Federal** mostram que a arrecadação no setor de minerais metálicos caiu 59% de janeiro a novembro de 2023, em relação ao ano anterior. Economistas temem o impacto dessa guinada nas contas públicas.

A Vale, porém, avalia que o preço do minério de ferro começa a se recuperar. O menor valor dos últimos dois anos foi em outubro de 2022: US\$ 79,50 a tonelada. Hoje, está em torno de US\$ 130.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A saída é ajustar as previdências - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Poucos sabem, mas o passivo atuarial nos nossos regimes próprios de previdência é gigantesco, sendo de R\$ 0,9 trilhão nos municípios, 3,1 nos estados e 1,3 na União, tendo totalizado há pouco algo ao redor de R\$ 5,3 trilhões, 54% do **PIB** ou 93% da dívida pública líquida global, esta, ao contrário do que possa parecer, não tão exigível quanto a previdenciária. Preocupa bastante o fato de que apenas 1/3 dos regimes municipais, exatamente os mais necessitados, fez uma reforma de benefícios ampla recentemente. Ou seja, há muito o que fazer nessa área.

Ao se iniciar 2024, em que as autoridades apregoam, em contraste, continuar na busca de um controle mais eficaz do elevado endividamento público convencional em todas as esferas de governo, a fim de garantir **inflação** baixa e crescimento mais elevado da economia, o que se vê é uma taxa média recente de crescimento do **PIB** ao redor de 2% a.a., como a observada em 2006-22. E o pior é que essa taxa ficou bem abaixo da média histórica desse indicador, média essa que, em 1951-22, teria se situado ao redor de 4,4% a.a., ou seja, mais do dobro daquela marca. E o mais complicado ainda é que o governo tem concentrado suas propostas de ajuste fiscal no esforço de expansão das receitas, enquanto nos mercados financeiros, muitos pedem um ajuste de peso do lado do gasto, embora nem sempre se diga em que área e quanto. (Ou seja, fala-se apenas genericamente no assunto).

Em óbvia dissonância com o que o governo e os próprios mercados têm afirmado, venho destacando em meus artigos que o ponto central do problema fiscal é a alta concentração dos gastos de todas as esferas de governo em um item só, o da super-rígida previdência, conforme acima indiquei, o que tem feito a sua participação no total gasto disparar fortemente nos últimos tempos. Na União, por exemplo, ela aumentou de 19,2%, em 1987, último ano antes da reforma constitucional de maior peso feita recentemente no país, para 51,8% em 2021. É realmente chocante como existe uma resistência tão forte a se concentrar o ataque nesse problema.

Foi, contudo, no subperíodo mais recente de 16 anos entre 2006 e 2022 que a despesa previdenciária parece ter mais crescido, especialmente nos

municípios, com taxa média real anual de 12,5% a.a.

Quanto ao mais, e por ordem decrescente de crescimento médio anual real do gasto previdenciário, segue-se, primeiro, o grupo do Regime Próprio dos Estados, com 5,9% (em 2006-18); depois o RGPS, ou seja, o velho **INSS**, com 5,1% (em 2006-20); seguindo-se finalmente o Regime Próprio da União, com 3,1% a.a. (em 2006-21).

No que se refere à taxa de investimento em infraestrutura, elemento central na determinação do crescimento econômico do país, registre-se que a parcela privada oscilou muito pouco em torno da média de 1% do **PIB** em 1980-22.

Quanto à parcela pública, como o espaço orçamentário que sobrava para ser ajustado em resposta à explosão previdenciária foi ficando cada vez menos significativo, e dada a extrema rigidez que ali também impera, os cortes acabaram recaindo basicamente em um item só, exatamente os investimentos em infraestrutura, comprometendo, seriamente, dessa forma, as possibilidades de crescimento do **PIB** em nosso país. Registre-se, nesse mesmo contexto, que, em 1980-22, e medidos a preços constantes, os investimentos públicos consolidados em infraestrutura caíram à taxa real média de 1,5% a.a.

Na minha última coluna, chamei a atenção para o problema (e expliquei as causas do desastre) previdenciário, notadamente o envelhecimento dos regimes de repartição simples ainda dominantes (o que implica receitas cada vez mais baixas e despesas, mais altas), a falta de aplicação automática das reformas aprovadas via EC 103/19 nesses mesmos entes, e a falta de implementação de um dispositivo fundamental, que prevê a obrigação, pela mesma emenda, da zeragem dos déficits atuariais, algo que praticamente ainda não aconteceu. Os casos de maior relevância que mais se aproximaram disso foram os da prefeitura de São Paulo e do estado do Piauí.

Complete-se essa análise registrando que parte fundamental do mesmo ajuste é a capitalização completa de todas as previdências, isto é, a aplicação dos recursos das contribuições de empregados e patrões, e de outros aportes, em fundos que, ao longo do tempo, quando o processo de capitalização se

completar, cobrirão integralmente as necessidades respectivas de recursos. Nesse contexto, vale a pena encerrar esta resenha destacando o esforço de ajuste que vem sendo feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e pelo Sebrae Nacional, que vêm procurando implementar um potente programa de ajuste previdenciário de vários municípios, contemplando, ainda, a recuperação e retomada dos investimentos municipais.

O fantasma do déficit da Previdência (Editorial)

O País gastou R\$ 394,7 bilhões para cobrir o déficit com o pagamento de aposentadorias e pensões em 12 meses até novembro do ano passado, conforme publicou o jornal Valor. A cifra representou um aumento de 8% em relação ao período anterior, e só não foi ainda pior em razão das regras mais rígidas para a concessão de novos benefícios, estabelecidas pela reforma da Previdência aprovada em 2019.

Desse total, as aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) consumiram R\$ 290,3 bilhões, enquanto as de **servidores públicos** e de militares demandaram R\$ 104,3 bilhões. A diferença é que o **INSS** contempla 28 milhões de trabalhadores e pensionistas da iniciativa privada, enquanto o regime próprio beneficia pouco mais de 1 milhão de pessoas.

O rombo reflete desigualdades que caracterizam o País há décadas. Proporcionalmente, o déficit gerado pelos **servidores públicos** e militares sempre foi maior do que o do regime geral, o que se manteve mesmo após a reforma. Graças à proximidade com o então presidente Jair Bolsonaro, as Forças Armadas ainda aproveitaram a tramitação da proposta para assegurar condições especiais por meio de uma reestruturação de carreiras.

Mesmo com falhas, a elevação da idade mínima e a criação de regras mais duras para a aposentadoria nos setores público e privado geraram uma economia potencial de R\$ 800 bilhões para a União em até dez anos. Não foi a reforma definitiva, por óbvio, mas foi o suficiente para adiar o debate sobre uma nova reforma para a segunda metade da próxima década.

Os números mais recentes da **Previdência Social**, contudo, mostram que essa perspectiva mudou - e rapidamente.

A redução nas filas de espera por benefícios ampliou sobremaneira os gastos, e ainda não se sabe se esse resultado é circunstancial ou estrutural. Mas, além da questão pontual das filas, há outros aspectos que deveriam colocar o tema no topo das preocupações de qualquer governo responsável.

O envelhecimento da população é uma realidade, e o trabalho informal continua a ser um desafio para a sustentabilidade da **Previdência Social**. O regime dos

microempreendedores individuais (MEI) está longe de arrecadar o suficiente para bancar os benefícios futuros, enquanto a concessão de aposentadoria rural nem sequer exige contribuição previdenciária mínima.

Somente o valor desembolsado para cobrir o rombo acumulado nos 12 meses encerrados em novembro correspondeu a 3,95% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O governo Lula da Silva, no entanto, não demonstra a menor disposição em enfrentar esse debate.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, nem sequer acredita que haja um déficit. Para ele, o número deve ser tratado como um investimento ou ainda como o maior programa social do governo.

Sua prioridade, no momento, é rever as regras para pensão com morte, que limitaram os benefícios a viúvas e viúvos sem dependentes.

Já o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer impedir o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para cobrir parcialmente o rombo da Previdência, redirecionando-os para políticas públicas que financiam, inclusive, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), medida que ampliaria ainda mais o déficit se entrasse em vigor.

Se as regalias de várias categorias do serviço público causam revolta, a maior ameaça à sustentabilidade da **Previdência Social** é a indexação dos benefícios ao salário mínimo. Com a política de aumentos reais transformada em lei, o déficit da Previdência será crescente, ignorando os limites **impostos** pelo arcabouço fiscal e comprimindo o reduzido espaço das despesas discricionárias, inclusive dos investimentos públicos.

As prioridades do governo, no entanto, não são medidas de equacionamento que permitam o financiamento e a sobrevivência do sistema e a proteção de seus beneficiários no médio e longo prazos - o verdadeiro sentido de qualquer regime de **Previdência Social**. Assim, contratará um problema silencioso que tomará proporções gigantescas no futuro e que exigirá uma reforma bem mais dura do que poderia ser

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Perspectivas e desafios para os aposentados em 2024 (Artigo)

JOAO BADARI

A REVISÃO DA VIDA TODA TEM IMPACTO DIRETO NA VIDA FINANCEIRA DE MUITOS APOSENTADOS BRASILEIROS. ELA PROPÕE CONSIDERAR TODO O HISTÓRICO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO SEGURADO PARA CALCULAR O VALOR DA APOSENTADORIA

O início de 2024 traz consigo uma aura de expectativa e ansiedade para milhares de aposentados no Brasil, especialmente aqueles que aguardam o julgamento da Revisão da Vida Toda. Este processo, que tem sido objeto de atenção e debate, está nas mãos da justiça, sendo a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um ponto central nesse contexto, pois este se mostrou um guardião dos direitos sociais violados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A Revisão da Vida Toda tem impacto direto na vida financeira de muitos aposentados brasileiros. Ela propõe considerar todo o histórico de contribuições previdenciárias do segurado para calcular o valor da aposentadoria, incluindo os períodos em que os salários foram mais elevados. Isso pode resultar em um benefício mais condizente com a realidade financeira do aposentado, garantindo-lhe uma aposentadoria e uma vida mais digna.

A comunidade de aposentados tem grandes expectativas em relação ao julgamento do tema. Muitos esperam que esse processo represente um marco na garantia dos direitos previdenciários, proporcionando uma revisão justa e equitativa dos benefícios, especialmente para aqueles cujas contribuições foram subestimadas ao longo dos anos.

O pedido de destaque realizado pelo ministro Alexandre de Moraes, no final de 2023, para que o julgamento ocorra no plenário presencial é visto como um elemento crucial para o desfecho justo e favorável aos aposentados. Sua reputação como jurista renomado e sua trajetória no Supremo geram uma confiança substancial entre os aposentados e toda a comunidade jurídica.

Além da figura do ministro Alexandre de Moraes, a confiança na justiça brasileira como um todo é um fator que permeia as expectativas dos aposentados. A

crença na imparcialidade, na interpretação equânime da legislação e na defesa dos direitos previdenciários são aspectos que fundamentam essa confiança. O ministro relator já declarou seu voto favorável ao direito, e também temos a declaração favorável dos ministros Edson Fachin e das ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia. Rosa Weber, que já se aposentou, terá seu voto validado no plenário presencial, pois votou no plenário virtual e o novo Ministro que a sucederá não participará do julgamento.

Contudo, vale ressaltar que o julgamento da Revisão da Vida Toda trouxe grandes controvérsias com relação ao voto do ministro Cristiano Zanin, que votou pela anulação de todo o julgamento. O voto do ministro Zanin, que se posicionou contrariamente aos interesses dos aposentados, suscitou debates acerca da conformidade com o regimento interno do STF, pois alega omissão no voto do ministro aposentado Ricardo Lewandowski.

O ministro aposentado acompanhou integralmente o relator do processo e isso vai ao encontro do Regimento Interno da Corte, que prevê que o voto vogal, quando não tiver divergência, pode acompanhar a relatoria. Entender que houve omissão é contrariar expressamente o Regulamento dos votos em plenários, e isso foi rechaçado pelo ministro Alexandre de Moraes em seu voto, demonstrando que claramente não houve omissão.

Além disso, em um cenário político complexo, é crucial destacar que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém uma posição firme em relação à sua independência. Em meio a interferências políticas que podem surgir, o STF reitera seu compromisso com a autonomia entre os poderes, resguardando a integridade das decisões judiciais. A mais alta corte do país reafirma que sua missão é pautada na interpretação da Constituição e na defesa dos direitos fundamentais, e que qualquer pressão externa não deve influenciar suas decisões. Essa postura ressalta a importância da manutenção do Estado de Direito e da separação de poderes, elementos fundamentais para o pleno funcionamento da democracia brasileira.

Portanto, 2024 se inicia com a promessa de importantes decisões que moldarão o futuro dos aposentados no Brasil. A Revisão da Vida Toda representa um marco nesse cenário. E a confiança

depositada na relatoria do ministro Alexandre de Moraes e na justiça como um todo reflete a esperança de uma resolução equitativa para aqueles que construíram suas vidas laborais contribuindo para a **Previdência Social**. No entanto, é imperativo que o processo judicial seja conduzido com rigor e respeito ao regimento interno do STF, especialmente em face das divergências apresentadas, como no voto do ministro Zanin.

Paralelamente, diante das nuances políticas do país, a reafirmação da independência do STF se mostra essencial, assegurando que as decisões tomadas não sejam influenciadas por pressões externas, preservando assim a essência do Estado de Direito e alicerçando a confiança da população no sistema judiciário brasileiro. Resta agora aguardar atentamente os desdobramentos desse processo, cientes de que as decisões tomadas terão impacto significativo na vida de milhares de cidadãos brasileiros.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Revisão de benefício tem prazo-limite

São Paulo - Aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) têm direito de pedir a revisão de seu benefício caso considerem que o valor pago está errado ou que algum período de trabalho tenha ficado de fora do cálculo. Há, no entanto, um prazo-limite conforme o início do pagamento da primeira aposentadoria. São dez anos a partir da concessão.

Em 2024, vence o prazo para segurados que se aposentaram em 2014. O relógio passa a correr a partir do primeiro dia do mês seguinte ao que o segurado recebeu o primeiro benefício. Por exemplo, quem começou a receber o benefício em janeiro de 2014, só tem até fevereiro para pedir revisão.

A decadência vale tanto para as revisões solicitadas no **INSS** quanto para aquelas pedidas na Justiça.

Para entrar com o pedido de revisão, o aposentado ou pensionista precisa provar com documentos e cálculos que houve erro do **INSS**. A correção deve ser pedida no **INSS** primeiro. A Justiça pode ser acionada se necessário. Para ações judiciais de até 60 salários mínimos ou para processos abertos na **Previdência Social**, não há necessidade de advogado, mas é bom ter um defensor.

No Juizado Especial Federal, onde são abertos processos de até 60 salários, se o **INSS** recorrer, é preciso nomear um advogado em até dez dias. Na vara previdenciária comum, onde se propõe ações acima de 60 salários, chamadas de precatórios, é preciso ter advogado desde o início, para dar entrada no pedido.

Quem prova o erro e consegue a revisão do benefício tem direito de receber as diferenças retroativas de até cinco anos antes do pedido, chamadas de atrasados. O prazo pode ser diferente para revisões nas quais o segurado apresenta, no meio do processo, um novo documento.

No **INSS**, o pedido pode ser feito à distância, por meio da central telefônica 135 ou pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site). É necessário ter um cadastro no Portal Gov.br para acessar a plataforma. Clique aqui para saber como criar uma conta.

Algumas revisões como a do Buraco Negro e a do Teto não exigem o prazo de dez anos. Para ambas o Judiciário já reconheceu que há direito à correção, e o **INSS** fez o pagamento administrativamente. Quem julga ter direito, mas não teve a correção, pode fazer o

pedido no **INSS** ou, caso não seja atendido, ir à Justiça.

"A minha orientação é que o segurado aposentado ou pensionista busque uma equipe especializada para realizar os cálculos de revisão para verificar se tem direito antes de entrar com o pedido administrativo no **INSS**, ou na Justiça, a depender da situação. O cálculo prévio é extremamente importante, uma vez que o **INSS** também pode diminuir o valor do benefício se constatar que houve alguma falha no momento de calcular a aposentadoria ou pensão", afirma a advogada Priscila Arraes Reino.

Justiça - Quem trabalhava antes de o Plano Real entrar em vigor e contribuiu à **Previdência Social** em outras moedas além de reais antes de julho de 1994 pode ter a chance de aumentar a renda previdenciária. A correção foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2022, mas segue sendo debatida no órgão, que julga os embargos de declaração, e o processo não chegou totalmente ao fim.

O pedido de revisão, além de a concessão do benefício ter ocorrido dentro dos últimos dez anos, precisa ser feito com base nas regras da Lei 9.876, de 1999, que passou a definir o cálculo da aposentadoria com os salários após julho de 1994.

A revisão não sairá no **INSS**, apenas na Justiça e somente depois que o STF julgar que o direito existe. O julgamento está marcado para ser retomado em 1º de fevereiro, mas não há prazo para ser concluído. (Ana Paula Branco/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Saiba quem pode pedir a revisão

Aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) têm direito de pedir a revisão de seu benefício caso considerem que o valor pago está errado ou que algum período de trabalho tenha ficado de fora do cálculo.

Há, no entanto, um prazo limite conforme o início do pagamento da primeira aposentadoria. São dez anos a partir da concessão.

Em 2024, vence o prazo para segurados que se aposentaram em 2014. O relógio passa a correr a partir do primeiro dia do mês seguinte ao que o segurado recebeu o primeiro benefício. Por exemplo, quem começou a receber o benefício em janeiro de 2014, só tem até fevereiro para pedir revisão.

A decadência vale tanto para as revisões solicitadas no **INSS** quanto para aquelas pedidas na Justiça.

Para entrar com o pedido de revisão, o aposentado ou pensionista precisa provar com documentos e cálculos que houve erro do **INSS**. A correção deve ser pedida no **INSS** primeiro. A Justiça pode ser acionada se necessário.

No **INSS**, o pedido pode ser feito à distância, por meio da central telefônica 135 ou pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site).

É necessário ter um cadastro no Portal Gov.br para acessar a plataforma.

Algumas revisões como a do Buraco Negro e a do Teto não exigem o prazo de dez anos. Para ambas o Judiciário já reconheceu que há direito à correção, e o **INSS** fez o pagamento administrativamente.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-eb82580b24533db0ec12038c3c2156a3.pdf

Mudança para empregados e aposentados em julgamento

Pontos da reforma LCONC IGLESIAS/AT trabalhista, como o contrato intermitente e a revisão da vida toda estão entre os temas em pauta para este ano

O ano começa com os olhares voltados para o Supremo Tribunal Federal (STF), que vai decidir mudanças na lei trabalhista e, ainda, questões que envolvem a vida dos aposentados.

A revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deverá ser a primeira ação previdenciária analisada pelos ministros neste ano. A Corte marcou o julgamento dos embargos de declaração para 10 de fevereiro.

No caso dos trabalhadores, das 39 ações judiciais movidas contra a reforma trabalhista, seis ficaram para o STF julgar este ano. Entre os temas de maior relevância, destacam-se: trabalho intermitente; Justiça gratuita; indicação de valores na reclamação trabalhista e negociação em demissões coletivas com sindicatos.

Quanto ao trabalho intermitente, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5.826, 6.158 e 5.828, questionam o tipo de contratação, pois a reforma permitiu essa forma de emprego só para atividades que envolvam alternância entre períodos de prestação de serviço e inatividade.

Ou seja, o profissional é remunerado pelos momentos em que efetivamente está em atividade mediante convocação do empregador. O STF iniciou a análise desse tipo de contrato. Quatro ministros defendem a inconstitucionalidade, enquanto outros sustentam a constitucionalidade.

O advogado empresarial e trabalhista Caio Kuster acredita que o regime de intermitência atualmente concorre com outras modalidades mais claras e regulamentadas de prestação de serviço que não precisam necessariamente ser a celetista.

"A lei atendeu a todos os trâmites constitucionalmente previstos para a sua validação, inclusive passou na Comissão de Constituição e Justiça. Na minha visão a mudança da lei deveria se dar pelo Congresso e não pelo Judiciário".

Sobre a Justiça gratuita, a advogada trabalhista

Mariana Barros explica que, antes da reforma, raramente não era deferido o benefício ao trabalhador.

"A novidade causou redução significativa em queixas trabalhistas na Justiça do Trabalho, pois inibiu aventureiros de entrarem com ação, já que os que efetivamente não comprovassem a insuficiência de recursos poderiam ser condenados ao pagamento de custas e honorários

Trabalho Intermitente QUESTIONAMENTO AS AÇÕES DIRETAS de Inconstitucionalidade (ADI) 5826, 6158 e 5828. questionam o contrato de trabalho intermitente. A reforma trabalhista permitiu essa forma de emprego apenas para atividades que envolvam alternância entre períodos de prestação de serviço e inatividade.

ORGANIZAÇÕES que prestam assessoria aos trabalhadores argumentam que, apesar da justificativa inicial do trabalho intermitente ser a ampliação de oportunidades, ele resulta em salários mais baixos, por exemplo.

ANÁUSE O SUPREMO iniciou a análise desse tipo de contrato em dezembro de 2020, no plenário. Em novembro de 2022, a discussão foi transferida para o Plenário Virtual e, agora, retoma ao formato físico.

QUATRO MINISTROS já se pronunciaram sobre o assunto. Dois defendem a inconstitucionalidade e outros dois sustentam a constitucionalidade.

2 Justiça Gratuita DISCUSSÃO A AÇÃO DECLARATÓRIA de Constitucionalidade (ADC) 80 movida pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) questiona o benefício de justiça gratuita.

A DISCUSSÃO é se o benefício deve ser concedido apenas quando for efetivamente comprovada a insuficiência de recursos, como prevê a lei da reforma trabalhista.

LEGISLAÇÃO VIGENTE ESTABELECE restrições ao benefício da justiça gratuita para aqueles cujos salários não ultrapassem 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), atualmente fixado em R\$ 3 mil, conforme os parágrafos 3o e 4o do artigo 790 da CLT.

NO ENTANTO, segundo a entidade, decisões recentes têm ignorado as disposições da reforma trabalhista, optando por aplicar o Código de Processo Civil e a Súmula nº 463 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

ESSAS NORMATIVAS demandam apenas a declaração de hipossuficiência econômica para a concessão do benefício.

ESTÍMULO PARA CAIO KUSTER. advogado empresarial e trabalhista, a concessão da Justiça Gratuita de maneira indiscriminada promove estímulo ao ajuizamento de ações sem respaldo jurídico, movimentando o judiciário custosamente para a sociedade e fere uma lei instituída segundo determina o processo constitucional instituído.

3 Indicação de valores na reclamatória trabalhista A MUDANÇA, segundo a advogada trabalhista Mariana Barros, trouxe maior detalhamento e clareza aos pedidos apresentados na petição inicial, contribuindo para uma tramitação mais eficiente dos processos trabalhistas, bem como a instituir à parte autora o ônus de indicar exatamente aquilo que considera devido.

4 Negociações em demissões coletivas OS MINISTROS do STF devem analisar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6142, movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), em face do artigo 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visto que o referido dispositivo elimina a obrigatoriedade da autorização prévia de entidade sindical para demissões motivadas individuais, coletivas.

ESSA MEDIDA aponta para uma flexibilização nos procedimentos relacionados à dispensa de trabalhadores, retirando, por exemplo, a necessidade de aprovação prévia dos sindicatos nesses casos específicos.

A indicação de valores na reclamatória trouxe detalhamento aos pedidos na petição inicial

Mariana Barros. advogada

O regime de intermitência concorre com outras modalidades claras que não precisam ser a celetista

Caio Kuster. advogado

"Que o STF reveja as injustiças" Trabalhando como motoboy desde 2006. Clevenilson Luiz Alvarenga. 58 anos. está na torcida para que o Supremo julgue mudanças que tragam benefícios para os trabalhadores e os aposentados. Ele conta que tem

carteira assinada em um dos empregos, mas em outro, não. "As reformas trabalhista e previdenciária trouxeram mais benefícios para os empregadores. Tomara que o STF reveja injustiças".

Algumas mudanças em pontos da reforma trabalhista, a exemplo do contrato de trabalho intermitente, são classificadas por empresários como um retrocesso. Eles pedem celeridade no julgamento.

Presidente do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado (Sindbares) e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Rodrigo Vervloet, teme piora no mercado de trabalho.

"A retirada dos pontos da reforma trabalhista é um extremo retrocesso e tende a piorar o mercado de trabalho que já está imensamente deteriorado. Hoje é uma realidade a imensa busca e dificuldade de ocupações de funções pela empresa e, de outro canto, diversas pessoas buscando emprego sem ter o desejo de sua formalização".

Ele cita o exemplo do contrato intermitente. "É um modelo consagrado na maioria dos países desenvolvidos. Lutamos muitos anos para trazer para o Brasil o modelo, que passa naturalmente por uma adaptação, mas que é sucesso por todo o território nacional, tendo aumentado empregos e renda dos trabalhadores".

Mas, para ele, os demais pontos não devem regredir. "Exigir a comprovação da real situação econômica daquele que pede a gratuidade, nada mais é que a busca pela verdade real, tão consagrada na própria justiça trabalhista".

Cris Samorini, presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) destaca que não podemos retroceder com legislações que são tão importantes para garantir o crescimento socioeconômico sustentável do Brasil.

"A demora para decidir sobre temas como o trabalho intermitente aumentam a insegurança jurídica para as empresas, o que pode, sem dúvidas, atrasar investimentos anunciados e impactar a execução de contratos da iniciativa privada".

Fernando Otávio Campos, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Findes, também em KAOtOJA FERNANDES - 22/03/2023 tende que é um retrocesso o não julgamento rápido destas questões da reforma trabalhista e explica.

"Os investimentos de maior porte ficam sem conseguir construir seus resultados porque não sabem simplesmente quanto será o custo real da mão de

obra".

Quanto ao Trabalho Intermitente, ele salienta que a reforma trabalhista buscou modernizar a relação de forma a ampliar a condição de oferta de empregos e possibilidades de ampliação de renda.

"Será um retrocesso a não possibilidade de ter este tipo de contrato, mas é necessário também mais segurança jurídica. A situação ficou mais complexa".

A Fecomércio-ES disse que acompanha o tema com atenção e aguarda a avaliação do Supremo.

A reforma trabalhista veio para melhorar o ambiente de trabalho. Não devemos retomar um modelo ultrapassado e fracassado

Rodrigo Vervloet, pres. do Sindbares

Revisão da vida toda o que É?

E UM PROCESSO JUDICIAL no qual os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pedem para incluir no cálculo da aposentadoria salários antigos, antes do plano Real, pagos em outras moedas.

TEM DIREITO À CORREÇÃO o segurado que se aposentou nos últimos 10 anos, desde que seja com as regras anteriores à reforma da Previdência, instituída pela emenda 103, em 13 de novembro de 2019.

AINDA É PRECISO que o benefício tenha sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999.

DEBATES A REVISÃO foi aprovada no plenário físico do Supremo em dezembro de 2022. No entanto, voltou a ser debatida no ano passado, no plenário virtual, após embargos de declaração da AGU. que representa o **INSS** na Justiça.

A AÇÃO, que tem repercussão geral e valerá para todos os casos do tipo no país, vive uma reviravolta, após o ministro Cristiano Zanin defender o retorno do caso ao Tribunal Superior.

DE ACORDO COM ELE. que acolheu parte dos argumentos da AGU, a corte não teria seguido regras da Constituição ao analisar o direito.

O MOTIVO pelo qual se discute o direito é que a reforma da Previdência de 1999, realizada no governo Fernando Henrique Cardoso, alterou o cálculo da média salarial dos segurados do **INSS**, garantindo aos novos contribuintes regras melhores do que para os que já estavam pagando o **INSS**.

A TESE APROVADA em 2022 diz que "o segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876. de 26.11.1999. e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável

Fonte: Agência Folha, juristas entrevistados e pesquisa A Tribuna

No entendimento do juiz da 7ª Vara do Trabalho de Vitória e doutor em Direito, Marcelo Tolomei Teixeira, a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser no sentido de restringir ao máximo os efeitos da reforma trabalhista.

Para ele, a reforma trabalhista foi prejudicial aos trabalhadores. "Não resolveu os problemas que prometia em especial de alavancar empregos, pois só o desenvolvimento da atividade econômica da conta disso".

O magistrado comentou sobre os quatro pontos que serão julgados pelo Supremo.

"Contrato de trabalho intermitente só atendeu os interesses patronais que contrata de acordo com o ritmo de produção das empresas, rompeu com os direitos fundamentais de permitir ao trabalhador uma renda mínima, ou seja, o salário mínimo ou das normas coletivas deveriam ser garantido independente das horas trabalhadas".

Sobre a Justiça Gratuita, ele explica que sempre foi da índole da Justiça do Trabalho, bastava a declaração de pobreza até porque na grande maioria o trabalhador está desempregado.

"O correto seria a empresa empregadora demonstrar que a declaração de pobreza não corresponde à realidade; eis que é princípio do direito que o extraordinário se prova", disse o magistrado.

Quanto a indicação de valores na reclamação trabalhista, ele destaca que essa deve ser uma estimativa, podendo na fase de liquidação se chegar ao valor correto de acordo com a realidade da sentença, pensar diferente e negar a simplicidade processual trabalhista.

Por fim, ele comentou sobre negociação em demissões coletivas com sindicatos.

"A jurisprudência e doutrina trabalhista vem inham estabelecendo a necessidade da demissão trabalhista para as chamadas dispensas coletivas até para

estabelecer critérios, atendendo o princípio constitucional de valorização do trabalho como dignidade humana, a reforma trabalhista deu um passo atrás ao excluir tal determinação".

"Julgamento não pode impactar de forma negativa o mercado"

"Muitos pontos da reforma, por exemplo o trabalho intermitente, precisam ser rediscutidos, pois é fundamental que sejam adequados à realidade do contexto histórico brasileiro.

Com exceção de alguns poucos setores, não só os trabalhadores possuem resistência ao formato, mas também os próprios empresários, pois por questões culturais, preferem jornadas de trabalhos fixas ou no modelo tradicional.

É claro que há necessidade de avançar para que os custos de contratação sejam reduzidos e, também, para que haja um maior dinamismo da economia, porém é preciso respeitar os aspectos culturais enraizados no Brasil. Caso contrário não há ganhos significativos na geração de emprego e renda.

Quanto à questão da revisão da vida toda, entendo que há realmente necessidade de rever os valores pagos em benefícios concedidos, pois em muitos casos encontram-se extremamente defasados, prejudicando o padrão de renda e de consumo desses beneficiários, o que representa perda para a economia.

Em ambos os cenários, é preciso julgar de forma que as decisões não impactem negativamente o mercado, reduzindo a geração de emprego e renda. Não pode haver retrocessos".

Marcelo Loyola Fraga,

economista e diretor geral da Faculdade Capixaba de Negócios (Facan)

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de finais 3e4f nesta terça

HOMICÍDIO

Da Redação

contato@jornaldezminutos.com.br

A Caixa Econômica Federal começou a pagar nesta segunda (22) e terça-feira (23), a parcela de janeiro do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3 e 4.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da pira-cema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023

por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 4

Publicado em 23/01/2024 - 07:30
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (23) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 4.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas, com o novo adicional, o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes à renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês, não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-4>

INSS: Justiça libera R\$ 1,6 bi para pagamento de atrasados

O Conselho da Justiça Federal (CJF) divulgou ontem a liberação de pagamento de R\$ 1,59 bilhão para 99.892 aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganharam ações judiciais contra o órgão em dezembro do ano passado.

O montante representa 84% de um total de R\$ 1,89 bilhão liberado pelo órgão a 160.906 pessoas para o pagamento das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs) - indenizações a serem pagas pelo governo federal no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720).

Para essas ações, não há mais chance de recurso.

As datas de liberação dos valores para saque são definidas por cada um dos TRFs. Os créditos são feitos em contas abertas pelo próprio tribunal no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em nome dos ganhadores das ações.

Para facilitar a pesquisa na página do Tribunal (saiba como fazer ao lado), o segurado do **INSS** deve ter em mãos o número do CPF, o número do registro da RPV, o número do processo de origem, o número da requisição e/ou o número da OAB do advogado. Nem sempre é preciso informar todos esses dados.

Somente no caso do TRF2, tribunal que engloba os estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, foram contemplados 7.599 beneficiários, com direito a receber um montante total de R\$ 169,7 milhões.

Vale destacar ainda que os herdeiros de beneficiários que morreram também têm direito ao pagamento dos atrasados das ações, desde que comprovem legalmente o vínculo.

SAQUE Os créditos serão feitos em contas no Banco do Brasil e na Caixa

SAIBA MAIS

COMO FAZER A CONSULTA No caso do Rio ou do Espírito Santo - estados cobertos pelo TRF2 -, os aposentados e os pensionistas devem acessar o site do tribunal, no link www10.trf2.jus.br/portal/, informar o CPF do beneficiário e preencher somente um dos campos - "Nº de registro de precatório ou RPV", "Nº do processo de origem" ou "Nº da requisição (9 ou 11

dígitos)" - para concluir a consulta.

.....

TRF2 No total, o TRF2 vai pagar R\$ 154,9 milhões, de um total de 125,8 mil processos, com 7.599 beneficiários.

.....

CUIDADO COM OS GOLPES O TRF2 informou que não exige pagamento de taxas, não solicita depósitos e nem adiantamentos de valores, de custas processuais ou **impostos** para o recebimento de valores de Precatórios ou RPVs. Não aceite contato de estranhos e, na dúvida, consulte seu advogado ou a Divisão de Precatórios do TRF da 2ª Região.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Shopping de dados: INSS comercializa as informações da sua vida? (Previdência)

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que tem no Dataprev o fiel depositário em processar dados previdenciários dos brasileiros, oficialmente ganha dinheiro ao terceirizar a folha de pagamento a bancos privados.

No último leilão de 2019, a estimativa foi de, em cinco anos, o instituto embolsar o equivalente a R\$ 24 bilhões. Neste ano, terá novo leilão. Com exceção desta forma bastante rentável, o **INSS** e o Dataprev negam de pé juntos que há qualquer vazamento de dados por parte deles.

O curioso é que todo mês instituições financeiras, que não foram contempladas no leilão, atormentam quem acaba de se aposentar no país oferecendo empréstimo em primeira mão. Além desta forma que retira a paciência de qualquer cidadão, também há o caso de empresas especializadas em vender a listagem de trabalhadores que tiveram algum benefício negado naquele mês em uma agência previdenciária. É uma constatação que se renova todo mês em ambos os casos. Mas ninguém sabe como acontece.

Agora, conforme adiantou a Folha, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) investiga convênio entre cartórios e Dataprev que pode render até R\$ 1 bi a empresa privada. Caso confirmada, os dados nutridos pelo **INSS** teriam outra fonte de arrecadação financeira via cartório e empresas privadas.

Se para a administração pública a venda de dados de milhões de brasileiros pode render aos cofres públicos R\$ 24 bilhões em apenas cinco anos, quanto seria a lucratividade das empresas que tratam e exploram comercialmente tais dados?

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

O **INSS** tem como incumbência amearhar dados para, a partir deles, avaliar quem tem direito. A venda de dados não é propriamente o objetivo do instituto, cuja função principal é a cobertura previdenciária do brasileiro. A autarquia não tem fim lucrativo, mas tem ganho muito dinheiro nos últimos anos com esse acervo precioso de informações.

Quanto mais os dados vão sendo descentralizados, já que há terceirização de serviços que implica em bancos e empresas privadas terem acesso a dados privilegiados, aumenta o risco de terceiros comercializarem ilicitamente os dados, quando não são os próprios funcionários do **INSS** e do Dataprev, hipótese que não deve ser descartada.

O problema desse vazamento de dados, ou mesmo venda lícita, é que uma atividade secundária do instituto termina causando prejuízo aos próprios segurados, pois uma parcela significativa destes são pessoas vulneráveis e analfabetas, propensas a cair em golpes. Seria a hora de o **INSS** reavaliar sua política de segurança de dados. Apesar de muito rentável, pode ser um caminho sem volta.

Uma vez os dados vazados, nunca mais o **INSS** conseguirá desfazer tal dano. A mudança de postura seria daqui pra frente e não ter mais esse compartilhamento de dados, de modo a preservar novos segurados e a renovação de informação dos antigos que já estão na base do Cadastro Nacional de Informações.

LINK PRESENTE: Gostou deste texto? Assinante pode liberar cinco acessos gratuitos de qualquer link por dia. Basta clicar no F azul abaixo.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/01/shopping-de-dados-inss-comercializa-as-informacoes-da-sua-vida.shtml>

INSS reduz tempo médio de concessão de benefícios; saiba agilizar seu pedido (Previdência)

Nos últimos 12 meses, o tempo médio de concessão de aposentadorias, pensões, salário-maternidade e auxílios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) caiu de 79 para 47 dias, segundo o Portal da Transparência Previdenciária. O resultado de dezembro de 2023 aproxima o instituto do prazo de 45 dias estipulado pela lei para análise de requerimentos.

O levantamento leva em conta os pedidos que estão no estoque, sem incluir aqueles que estão em exigência, aguardando o envio de alguma documentação do segurado.

Houve queda também na fila do **INSS**, com número de pedidos de análise passando de 1,6 milhão para 1,5 milhão. Deste total, mais de 538 mil pedidos são de auxílio por incapacidade temporária, que precisam ou não de perícia médica.

Para o governo federal, o recuo dos números vai continuar nos próximos meses e é uma resposta positiva às ações implementadas para cumprir o prazo legal, como a simplificação de requerimentos pelo Meu **INSS**; a implantação do Atestmed -que substitui a perícia presencial pela análise documental-, e mutirões de atendimento nas agências da Previdência.

Embora a maioria dos pedidos dependa do **INSS** para serem concedidos ou indeferidos, muitos estão parados porque o segurado deve enviar algum documento complementar. Preencher corretamente os dados evita que o pedido de concessão caia em exigência ou seja indeferido.

O trabalhador à espera de um benefício deve ficar atento ao status do seu pedido, conferir se a documentação foi recebida e se preparar para ter documentos comprobatórios à mão caso seja chamado para cumprir alguma exigência.

O cumprimento de exigências é informado ao segurado por meio de carta, email e pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site).

O prazo para responder ao instituto com as informações solicitadas é de 30 dias, contados a partir da data da ciência pelo interessado. Este prazo poderá

ser prorrogado desde que haja solicitação formal e justificada do interessado. Se perder o prazo da entrega dos documentos solicitados, o trabalhador terá o pedido extinto.

Em dezembro do ano passado, mais de 84,5 mil pedidos estavam na fila de exigências há mais de 45 dias.

Documentos todos certos agilizam a análise e a liberação do benefício por parte do **INSS**. Quando isso não acontece, cria-se um problema para o segurado, que não terá a concessão, e para o **INSS** também, pois a fila de espera não anda.

coordenador de Benefícios da Superintendência Regional do **INSS** no Rio de Janeiro

No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, as pendências mais comuns detectadas pelos servidores do **INSS** que analisam os requerimentos são a falta de comprovação de período de recolhimento das contribuições previdenciárias e quando o segurado não anexa a Carteira de Trabalho no pedido de concessão.

Já nos pedidos de benefício por incapacidade (auxílio-doença), o grande complicador que pode levar ao indeferimento da concessão é a falta da data de afastamento do trabalho no requerimento.

Segundo levantamento da Previdência, 48% dos pedidos feitos no mês passado ao **INSS** foram indeferidos por falta do direito ou de alguma informação no requerimento.

Segundo Arley Lisboa, coordenador de gestão de relacionamento com o cidadão do **INSS**, se as informações estiverem em dia no sistema do instituto previdenciário, a concessão do benefício pode ocorrer de forma imediata.

Dados desatualizados ou incorretos também podem dificultar o contato do **INSS**, quando necessário.

Em caso de mudança de endereço, e-mail, número de telefone, alteração de nome ou atividade, é preciso

solicitar a atualização por meio da Central de Atendimento telefônico 135 ou do site Meu **INSS**.

O segurado que precisa de um benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) pode anexar sua documentação médica pelo aplicativo ou site Meu **INSS** e ter seu benefício analisado de sete a dez dias sem precisar passar por perícia médica presencial.

Se não tiver acesso à internet ou familiaridade com o aplicativo no celular, a alternativa é ir à agência da Previdência mais próxima e pedir para o servidor dar entrada no requerimento pelo aplicativo, que não exige mais login e senha para acessar o serviço. Não é necessário agendar o atendimento.

A exceção do atendimento por Atestmed é para o auxílio-doença acidentário, aquele em decorrência de acidente de trabalho. Neste caso, os servidores estão orientados a agendar perícia médica presencial.

O que é preciso apresentar

Flávio Souza, coordenador de benefícios da superintendência regional do **INSS** no Rio, afirma que preencher corretamente os dados evita que o pedido de concessão caia em exigência ou seja indeferido.

A orientação para evitar a frustração de ter o benefício postergado é conferir se a documentação está completa antes de dar entrada no pedido.

A dica vale para todos os tipos de benefícios: aposentadorias, pensão por morte, benefício por incapacidade, salário-maternidade e outros.

Veja os principais motivos de indeferimento

Benefício assistencial à pessoa com deficiência

Auxílio por incapacidade temporária

Benefício assistencial ao idoso

Pensão por morte

Aposentadorias

Salário-maternidade

Fonte: Suibe

O segurado pode dar entrada nos pedidos de concessão pelo Meu **INSS** (site ou aplicativo) ou ligando para a Central 135 para agendar atendimento em uma APS (Agência da **Previdência Social**).

Segundo o **INSS**, a maioria dos segurados tem optado por usar o site para os pedidos de benefício. Pela plataforma, a solicitação é feita totalmente online.

O segurado deve enviar os documentos digitalizados para anexar no site. A digitalização ou fotografia deve ser feita preferencialmente colorida e obrigatoriamente legível, permitindo a correta visualização de todo o documento, inclusive o verso, se for o caso.

"Ao optar por enviar os documentos pelo Meu **INSS**, o segurado precisa se certificar de que a digitalização ficou legível. Inicialmente, é feita análise dos documentos enviados para depois os dados serem inseridos no sistema. Se o documento enviado estiver com alguma problema, pode acusar lacuna nos dados", afirma o coordenador do **INSS**.

Como enviar documentos pelo Meu **INSS**

O **INSS** orienta que os segurados, após a abertura do processo, permaneçam ativos nos canais remotos acompanhando os comunicados do instituto.

Pelo Meu **INSS** ou pela Central 135, é possível verificar o status do seu pedido. É importante estar atento se a documentação foi recebida e se o processo está em análise. Caso haja alguma pendência, é necessário providenciar os documentos faltantes o mais rápido possível.

O que pode aparecer:

Concedido

Indeferido

Em exigência

Além de informar suas exigências pelo Meu **INSS**, o instituto manda uma carta para o endereço do segurado. O **comunicado** diz qual exigência deve ser cumprida e o prazo.

O que fazer

O segurado deve providenciar a documentação original solicitada e entregar até a data estipulada pelo **INSS**.

Por telefone

Ligue para o número 135, de segunda a sábado, das 7h às 22h, e peça pelo serviço "Cumprimento de exigência"

Na internet

Requerimento

A legislação estabelece prazos para a análise dos requerimentos de benefícios previdenciários. Para a maioria dos benefícios, o prazo máximo para uma resposta é de 45 dias.

Caso esse prazo seja ultrapassado, o segurado deve entrar em contato com o **INSS**, por telefone ou em uma agência, para obter informações sobre o motivo da demora. É importante anotar o número de protocolo do atendimento.

Se a demora persistir, considere buscar ajuda de um advogado previdenciário para analisar o caso, verificar se todos os documentos necessários foram apresentados corretamente e tomar as medidas cabíveis para agilizar o processo junto ao **INSS**.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Quem está esperando a análise do **INSS** pode entrar na Justiça com um advogado e solicitar um mandado de segurança.

A ação obriga o **INSS** a analisar o pedido administrativo e dar uma resposta ao segurado dentro do prazo estipulado pelo juiz. Se o juiz julgar o pedido do segurado procedente, o benefício é concedido imediatamente

Especialistas orientam o segurado a aguardar o prazo de análise para recorrer à Justiça. O STF (Supremo Tribunal Federal) já determinou que, antes de ir ao Judiciário, o segurado deve acionar o **INSS**.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você

conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/inss-reduz-tempo-medio-de-concessao-de-beneficios-saiba-agilizar-seu-pedido.shtml>

INSS libera extrato de pagamento com reajuste para aposentados e pensionistas.

Veja como consultar

Letícia Lopes

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem consultar, a partir desta terça-feira, os extratos de pagamentos de janeiro, com os valores dos benefícios já corrigidos.

Segurados que recebem acima do salário mínimo terão um reajuste de 3,71% , conforme resultado acumulado de 2023 para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de base para a correção dos benefícios previdenciários. Deste modo, esses aposentados e pensionistas terão apenas reposição inflacionária, ou seja, não haverá aumento real.

Quem se aposentou ou começou a receber pensão ou auxílio ao longo de 2023 e tem benefícios acima do mínimo não receberá integralmente o reajuste. Neste caso, a correção será proporcional ao número de meses em que o benefício foi concedido.

Data do início do benefício/Reajuste %

Já aqueles que recebem o mínimo passam a receber o novo piso nacional, de R\$ 1.412. Esses beneficiários terão ganho real, acima da **inflação**. Isso porque o valor do benefício acompanha o salário mínimo, que teve alta de 6,97% sobre os R\$ 1.320 em vigor no ano passado.

Os depósitos dos benefícios da folha de janeiro com reajuste começam a ser feitos de quinta-feira (dia 25) a 7 de fevereiro para quem recebe um salário mínimo. Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados de 1º a 7 de fevereiro.

Atualmente, 27,3 milhões de pessoas recebem até um salário mínimo e 12 milhões ganham acima do piso nacional. Desse total, 5,7 são benefícios assistenciais, segundo dados da folha de pagamento de janeiro.

Para quem não tem acesso à internet, basta ligar para a Central 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de

segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Os segurados que têm acesso à web podem acessar o site Meu **INSS** (<https://meu.inss.gov.br/>). Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento . É possível ter acesso ao extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício.

A consulta também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para aparelhos com sistemas Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer login e senha. Depois disso, todos os serviços disponíveis e o histórico das informações do beneficiário serão listados.

Conforme prevê a legislação, para todos os benefícios que superam o piso do **INSS**, o reajuste será feito de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2023, que acumulou alta de 3,71% entre janeiro e dezembro do ano passado.

Com o aumento do salário mínimo definido para 2024, o novo piso do **INSS** está em R\$ 1.412, um valor 8,4% acima do salário mínimo pago em 2023, de R\$ 1.302. Pelo reajuste em toda a tabela de acordo com o INPC do último ano, o teto dos benefícios pagos pelo **INSS** passa a ser de R\$ 7.786,01 - antes, era de R\$ 7.507,49.

O **INSS** divulgou ainda em dezembro o calendário de pagamentos de 2024 para aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios como auxílio-doença ou BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Os depósitos referentes a janeiro serão feitos de 25 de janeiro a 7 de fevereiro para quem recebe um salário mínimo. Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro.

No calendário de 2024, ainda constam os pagamentos de dezembro de 2023. Para quem recebe até um salário mínimo, os depósitos referentes ao benefício do mês passado foram realizados entre os dias 21 de dezembro e 8 de janeiro.

Basta ver o número final do cartão de benefício, sem

considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Para aqueles que recebem seu benefício há algum tempo, vale a data habitual. Mais de 37 milhões de aposentados e pensionistas recebem benefícios do órgão.

Para saber quanto vai receber do **INSS**, o aposentado ou pensionista que não tiver acesso à internet, deve ligar a Central 135. Lá, informa o número do CPF e confirma algumas informações cadastrais para evitar evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Os segurados que têm acesso à web podem acessar o site Meu **INSS** (<https://meu.inss.gov.br/>). Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento . É possível ter acesso ao extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício.

A consulta também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para aparelhos com sistemas Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer login e senha. Depois disso, todos os serviços disponíveis e o histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/01/23/inss-libera-extrato-de-pagamento-com-reajuste-para-aposentados-e-pensionistas-veja-como-consultar.ghtml>

Aposentados e pensionistas do INSS já podem consultar o valor do benefício com reajuste; saiba como

Brasília

**/
Hellen Leite, do R7, em Brasília**

Aposentados, pensionistas e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) podem conferir os extratos de pagamento a partir desta terça-feira (23). Os valores estão corrigidos, sendo que os segurados que ganham acima de um salário mínimo terão aumento de 3,7%, e os que ganham abaixo do piso nacional receberão o benefício reajustado em 6,9% (confira a simulação abaixo). Os depósitos referentes a janeiro serão feitos a partir da próxima quinta-feira (25) e seguirão até 7 de fevereiro para quem recebe até um salário mínimo (R\$ 1.412).

As datas variam conforme o número final do cartão do beneficiário, sem considerar o último dígito verificador, posicionado depois do traço. Recebem primeiro os aposentados e os pensionistas com benefício com dígito final 1. Já os de dígito final 0 são os últimos.

[Clique aqui](#) e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Para o beneficiário que não tem acesso à internet, é só ligar para o número 135 . É necessário informar o CPF e confirmar algumas informações para evitar fraudes. O atendimento ocorre de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Para quem tem acesso à internet, é possível consultar pelo site Meu **INSS** . É necessário fazer login e clicar em "Extrato de Pagamento" na tela inicial para ver todos os detalhes do benefício.

Outra opção é pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS.

Segundo o **INSS**, atualmente 27,3 milhões de pessoas recebem benefício de até um salário mínimo. Outros 12 milhões ganham acima do piso nacional. Desse total, 5,7 milhões são benefícios assistenciais, como auxílio-inclusão à pessoa com deficiência e idosos, por exemplo.

Considerando o reajuste de 3,71% a ser aplicado para quem recebe acima do salário mínimo em 2024, os valores dos benefícios passarão a ser:

de R\$ 2.000, passa para R\$ 2.074,20;

de R\$ 4.500, passa para R\$ 4.666,95;

de R\$ 5.000, passa para R\$ 5.185,50;

de R\$ 6.000, passa para R\$ 6.222,60;

de R\$ 7.507,49, passa para R\$ 7.786,01.

O aumento de 3,7% para quem ganha mais que um salário mínimo é baseado no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que mede a variação dos preços para as famílias com renda mensal entre um e cinco salários mínimos. Com a variação do INPC, o teto dos benefícios pagos pelo **INSS** passa de R\$ 7.507,49 para R\$ 7.786,01.

Apesar da variação positiva, o reajuste previsto não traz um aumento real, ou seja, corresponde apenas à reposição da **inflação**. A legislação define que, para os beneficiários que recebem mais do que o piso do **INSS**, a correção precisa considerar apenas a variação do INPC do ano anterior.

Já para quem ganha o piso, o aumento será acima da **inflação**. Desde 1º de janeiro o valor do mínimo passou a ser de R\$ 1.412, o que representa um aumento de 6,97%, ou R\$ 92, em relação ao piso de 2023, de R\$ 1.320.

Além do repasse para as aposentadorias e pensões do **INSS**, o valor também é aplicado para seguro-desemprego, abono salarial PIS/Pasep e BCP (Benefício da Prestação Continuada), entre outros.

Em dezembro de 2023, o tamanho da fila do **INSS** chegava a 1,5 milhão de pessoas, com tempo médio de concessão de benefícios de 47 dias. No início do ano, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, reconheceu a dificuldade para diminuir a fila e afirmou que mais pessoas têm solicitado aposentadoria. Segundo o ministro, a fila "nunca vai acabar".

"Quem diz que vai acabar a fila é mentiroso. Todo mês entram 900 mil a 1 milhão de pedidos novos, e ninguém resolve assim, tem que conferir documento, tem que ser justo", completou o chefe da pasta.

Conforme o Boletim Estatístico da **Previdência Social** de 2022, mais de 37 milhões de pessoas se aposentaram naquele ano, e é esperado que esse número continue subindo devido ao grande número de idosos no país.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/inss-extrato-beneficios-aposentados-pensionistas-23012024>

Governo faz radiografia e irá anunciar possíveis cortes de gastos este ano, diz Haddad

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, 22, que o Ministério do Planejamento está fazendo uma radiografia de possíveis cortes de gastos primários, que serão anunciados ainda este ano, além da revisão de despesas tributárias.

Haddad lembrou em entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura, que há uma secretaria específica de revisão de gastos no Planejamento, e que esse processo é capitaneado pela ministra Simone Tebet. Ele defendeu, ainda, a continuidade de pente-fino nos gastos de algumas pastas que têm muitos gastos envolvendo cadastros, como é o caso do Desenvolvimento Social, com o Bolsa Família, e da Previdência, com o **INSS**.

Haddad indicou que a equipe econômica mantém a ideia de consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a regra que limita o contingenciamento a R\$ 23 bilhões neste ano - previsão que foi considerada nos bastidores fundamental para a manutenção da meta de déficit zero em 2024. Diante das dúvidas suscitadas sobre o tema, o governo afirma desde o ano passado que levará o tema para consulta na Corte de Contas.

O que podemos fazer é levar ao conhecimento formal o parecer do AGU (advogado-geral da União) e dirimir dúvida sobre o tema, mas eu sei o que negociei com Congresso. Em minhas entrevistas, deixei claro que as cláusulas anticíclicas operariam, disse Haddad, pontuando ainda que, em sua visão, a legalidade do trecho da lei que trata dessa limitação não será alvo de discussão pelo TCU. Até aonde vai meu conhecimento, TCU não interpreta lei, o que está na LDO, respondeu.

Ele afirmou que uma eventual revisão da meta de déficit zero traçada para 2024 não foi discutida com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ser questionado sobre os debates que rondaram o governo, principalmente no fim do ano passado, quando a ala política passou a defender mais enfaticamente que o alvo fosse alterado.

Segundo Haddad, o tema foi conversado com Lula

quando a meta foi fixada, lembrando ter dito ao presidente que era necessário concluir o ano de 2023 e verificar quais pautas da equipe econômica para aumentar o nível de receitas avançaram, e o nível de desidratação de cada uma delas. E houve desidratação, pontuou Haddad.

Ele ainda defendeu que, se não tivesse convicção sobre a meta traçada pela equipe econômica, não estaria defendendo há 13 meses. Lula não falou que déficit zero era uma bobagem, disse Haddad, pontuando que o cumprimento do objetivo fiscal também depende dos outros Poderes.

O ministro minimizou ainda as divergências sobre a condução da política econômica que existem dentro do PT. Ao ser questionado sobre o ministro da Casa Civil, Rui Castro, Haddad respondeu que, no lugar do colega, atuaria da mesma forma: defendendo a execução de investimentos e do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Se eu estivesse no lugar dele faria a mesma coisa, defendendo o PAC, investimentos, a conclusão de obras. Ele tem de me pressionar para executar o PAC. E eu tenho de trabalhar para que isso aconteça, disse o chefe da equipe econômica.

Haddad ainda argumentou que o PT é um partido que convive com várias maneiras de abordar temas, e que as divergências extrapolam o campo econômico. Para o ministro, contudo, sempre que o presidente Lula precisou arbitrar sobre alguma questão, deu respaldo às decisões da equipe econômica.

Nunca desrespeitei nenhuma das tendências do PT. Lula é o arbitro, o maestro, e até aqui, dos problemas que elevamos a ele, ele tem dado respaldo às decisões que tem sido tomadas, disse Haddad, citando, por exemplo, a reoneração dos combustíveis, tema enfrentado logo no início do governo.

Para o ministro, a reforma administrativa desenhada pela PEC 32/2020, proposta pelo governo Bolsonaro, aumenta gastos de Estados com despesas previdenciárias. Ao ser questionado sobre a agenda de corte de gastos, disse ser necessário começar a

discutir custos pelo andar de cima . Para discutir o gasto, tem que começar por onde ninguém vai discutir , afirmou.

Haddad defendeu a mobilização dos Três Poderes, cortando despesas com racionalidade , e levando em conta a justiça social. Temos que mobilizar os três poderes, um pacote para começar de cima para baixo, cortando com racionalidade , respondeu Haddad, voltando a citar o PL dos supersalários, que, por sua vez, está parado no Congresso.

Haddad disse também que o Brasil tem uma chance de ouro para crescer em 2024, a depender da coincidência do início do ciclo de queda de juros nos Estados Unidos e na Europa com a continuidade da redução da Selic, além do avanço da agenda microeconômica.

Questionado sobre o cenário internacional e uma preocupação com as eleições americanas, nas quais o ex-presidente Donald Trump é um dos favoritos, o ministro garantiu que o Brasil tem boa relação com o governo de Joe Biden, que já sinalizou intenção de se aproximar do País neste ano.

Além disso, argumentou, o Brasil está na presidência do G-20, o que amplia o papel do País no cenário externo. Haddad lembrou que Lula quer propor uma reglobalização sustentável no G-20 e disse não temer uma eventual mudança de governo nos EUA.

Sobre a pauta ecológica, uma das bandeiras do Brasil, Haddad lembrou que não haverá alinhamento global no tema, mas pontuou que na política funciona o constrangimento, o que pode surtir efeito para mudanças.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/governo-faz-radiografia-e-ira-anunciar-possiveis-cortes-de-gastos-este-ano-diz-haddad,d49523be1303f0904981dddc620bca17020j10dl.html>

Corte de gastos deve começar pelo "andar de cima", diz Haddad

Jéssica Sant'Ana e Gabriela Pereira

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a agenda de corte de gastos defendida por especialistas como complementar às medidas arrecadatórias tem que começar pelo "andar de cima" e envolver os três Poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo.

"Eu penso que tem espaço, sobretudo se os três Poderes forem mobilizados. Um pacto a começar de cima para baixo, e aí cortando com racionalidade, levando em consideração justiça social, desigualdade, princípios com os quais todo mundo é capaz de concordar", disse em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura.

Do lado do Executivo, ele disse que o tema está sendo liderado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. "A ministra Simone [Tebet] tem radiografia do que é possível fazer de corte de gastos primários, além dos tributários, e anunciará neste ano." Ele citou como exemplo de trabalhos em andamento a revisão de cadastro do programa Bolsa Família e de benefícios do **INSS**.

Durante o programa, o ministro contou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu uma revisão da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda (IR), à luz do novo salário mínimo, o que será feito ainda este ano. Pessoas que recebiam até dois salários mínimos estavam isentas de IR até 2023, mas, como o piso salarial subiu em 2024 e a faixa de isenção não, elas começaram a pagar o imposto neste ano.

Também ao longo do programa, Haddad negou ter discutido com o presidente Lula no ano passado uma revisão da meta fiscal de 2024, e sim alternativas para tornar o déficit zero viável. Ele também negou desavenças com o

ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Sobre a medida provisória (MP) que, entre outras coisas, reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia intensivos em mão de obra, Haddad, afirmou que o governo federal tem negociado com o Congresso Nacional a forma e o conteúdo. Ele negou que já haja um acordo fechado.

O ministro também falou que ainda não há uma decisão sobre o nome a ser indicado para presidente do Banco Central (BC), já que o mandato de Roberto Campos Neto acaba em dezembro. "Penso que isso vai ficar mais para o meio do ano", respondeu.

Ele afirmou que o modelo de autonomia do Banco Central (BC) brasileiro está sendo "muito desafiador", porque foi "além do recomendado" pela experiência internacional, mas disse que uma revisão não está prevista neste momento.

"Avançar dois anos do mandato do presidente eleito talvez tenha sido um excesso, talvez se avançasse um ano, já que o presidente [da República] não vai poder demitir o presidente do Banco Central", sugeriu. "Discussão sobre mudança no modelo da autonomia não está colocado. O Roberto Campos Neto não sai do churrasco da Granja do Torto, está tudo em paz", brincou Haddad, após ser questionado se iria propor mudanças no modelo.

O ministro analisou, ainda, que houve uma "azedada" do ambiente externo no segundo semestre de 2023, mas que o início do ciclo de corte de juros no exterior vai favorecer o Brasil.

Haddad também demonstrou otimismo com a reação dos investimentos, devido à queda da taxa Selic e à agenda de reformas microeconômicas do governo, em especial com o novo marco das garantias.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

"Gasto obrigatório pode pôr em xeque o novo arcabouço"

ENTREVISTA: Bruno Funchal, Economista, foi secretário do Tesouro e Orçamento do governo Bolsonaro e hoje é CEO da Bradesco Asset

O CEO da Bradesco Asset e ex-secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, alerta que a contratação de novos gastos obrigatórios pelo governo federal pode colocar em xeque o arcabouço fiscal já em 2025.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como avalia o primeiro ano do governo na economia e como ele entra em 2024?

O saldo é muito bom. Acho que a atuação do Ministério da Fazenda e a liderança do (ministro Fernando) Haddad foram boas.

Quando você pega os números, a gente continua surpreendendo para cima em termos de crescimento. A taxa de desemprego está baixa e o câmbio, abaixo de R\$ 5, o que também ajuda. A **inflação** está controlada, que é mérito do Banco Central.

Teve ainda a **reforma tributária**, que a gente achou que nunca fosse andar, a discussão de medidas de arrecadação, para reduzir distorções, e uma balança comercial superpositiva.

E, agora, tem a queda dos juros.

Mas há dificuldades.

Quais?

Primeiro, o risco global, que ainda existe. O segundo semestre de 2023 foi difícil por conta da incerteza sobre a dinâmica de desinflação, principalmente nos Estados Unidos. Além do fiscal americano, que gera muita incerteza. Isso trouxe turbulência para os países emergentes.

E, internamente, a nossa discussão fiscal. Ao mesmo tempo que houve pontos positivos, com a discussão do novo arcabouço, um modelo que pudesse ancorar as expectativas, a gente começou a ter ações do governo de aumento de gastos, principalmente obrigatórios. E gasto obrigatório, no Brasil, é um problema histórico.

Por quê?

Porque ele vai crescendo e espremendo as despesas discricionárias, que são as escolhidas ano a ano por governo e Congresso.

Nessa lista (de novas despesas obrigatórias) entram, por exemplo, os mínimos constitucionais de educação e saúde, que passaram a vigorar após o fim do teto de gastos; a revisão do salário mínimo; e a contratação de mais **servidores públicos**. E aí é quando começa a ter algum tipo de fragilidade em relação à credibilidade, que é a discussão da meta.

A mudança da meta de déficit zero já está "precificada" pelo mercado financeiro?

A gente acha que muda lá para março. Não que isso esteja totalmente precificado. O correto é perseguir a meta acordada.

O problema é que as ações (do governo) mostram a direção contrária. Se pegarmos todas as despesas obrigatórias que estão sendo elevadas - salário mínimo; gasto com servidor; pisos constitucionais; Bolsa Família; bolsa para estudante do ensino médio; além da desoneração da folha de pagamentos - e mantivermos nesse patamar, a despesa discricionária chegará a um nível muito baixo em 2025.

Isso torna o Orçamento inexecutável?

Para 2024 ainda é executável, mas vai ficando mais difícil. Para manter a despesa discricionária em nível minimamente razoável, que é o nível de hoje, o governo vai precisar, em 2025, pelas nossas contas, de R\$ 40 bilhões a mais (de espaço no limite de gastos). Como eu consigo R\$ 40 bilhões a mais?

Vou ter de mudar o modelo.

Ou seja, o modelo fica em xeque.

Se o limite (de gastos) crescer 2,5% real, que é o teto do novo arcabouço, ainda assim não será suficiente. |
BIANCA LIMA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tesouro Nacional define regras para teletrabalho

Henrique Fregonasse*

A Secretaria do Tesouro Nacional definiu, em portaria publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), as diretrizes para a adoção do trabalho híbrido. A nova regra determina a realização de um mínimo de 20% da jornada de trabalho de forma presencial e entra em vigor a partir do dia 1º de fevereiro.

As novas diretrizes vetam o trabalho integral em regime de home office, prática atualmente em vigor no Tesouro Nacional. A portaria estabelece que servidores com jornada padrão de trabalho - oito horas diárias ou 160 mensais - deverão cumprir um mínimo mensal de 32 horas presenciais nas repartições em Brasília, valor que equivale a 20% do total mensal. No caso de servidores com jornadas reduzidas, de quatro e seis horas, deverão ser cumpridos os mínimos mensais de 16 e 24 horas presenciais, respectivamente. Os valores seguem o mesmo percentual de 20% estabelecido para a jornada comum.

Para a maior parte dos servidores, essa carga horária mensal mínima poderá ser acumulada e cumprida ao longo dos três primeiros meses de vigência das novas regras, desde que previamente autorizado pelo subsecretário. Os dias de trabalho presencial poderão ser acordados entre o servidor e a chefia.

Quando em regime remoto, os servidores do Tesouro Nacional deverão estar disponíveis para o trabalho nos períodos determinados pela chefia imediata. É necessário manter a câmera de vídeo aberta durante as reuniões que ocorrerem de forma remota, sob o risco de "suspensão do servidor do teletrabalho parcial".

Processo seletivo Segundo a portaria, até 15% dos servidores de cada Subsecretaria poderão aderir, por meio de um processo seletivo, ao Teletrabalho Parcial (híbrido), estando submetidos à realização de um mínimo total de 32, 24 ou 16 horas - de acordo com as jornadas de oito, seis ou quatro horas semanais - que poderão ser cumpridas ao longo de três meses. Dessa forma, esses servidores terão que cumprir apenas um terço da quantidade de horas mínimas às quais o restante será submetido.

Esse processo seletivo, que deverá ser realizado a

cada seis meses, levará em conta horas de capacitação definidas em trilhas da Secretaria do Tesouro Nacional; o tempo em cargo gerencial, ponderado por nível; a participação em projetos estratégicos; a participação em grupos de trabalho, comitês e conselhos fiscais ou órgãos equivalentes não remunerados; e o tempo de exercício na STN.

Adicionalmente, até 10% de servidores de cada Subsecretaria também poderão ser escolhidos pelos titulares delas para serem contemplados pelo mesmo benefício, visando "atender situações excepcionais e possibilitar flexibilidade na gestão".

"Até 61% dos servidores estarão num regime extremamente flexível. E os demais terão que cumprir presencialmente apenas 20% da sua carga horária presencialmente. Entendemos que este valor é o mínimo necessário para permitir os benefícios de um regime de trabalho remoto, flexível, sem que a cultura e o vínculo com o órgão fiquem prejudicados", informou o **comunicado** enviado aos servidores na semana passada.

Residentes no exterior Com a portaria, o Tesouro Nacional não vai aderir ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), pelo qual o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabeleceu, no fim de julho de 2023, regras para a adoção do teletrabalho por funcionários públicos federais.

O PGD permite a funcionários públicos migrar para o regime de teletrabalho, sob a condição do cumprimento de um ano de estágio probatório. Ele orienta ainda o trabalho remoto para diversas situações, como é o caso de servidores residentes no exterior.

*Estagiários sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Regra de tributação do mercado financeiro é próxima etapa

Guilherme Pimenta, Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha no texto de um projeto de lei que visa organizar as regras de tributação do mercado financeiro, segundo fontes ouvidas pelo Valor. É uma etapa da reforma do Imposto de Renda (IR), mas como encontra mais consenso, será enviada antes e antecipadamente ao Congresso Nacional e não tem objetivo arrecadatário.

O texto, que deve ser apresentado até o fim de fevereiro, tem como objetivo organizar as regras para incentivar o financiamento das empresas e o acesso ao crédito por meio do mercado de capitais, sem alteração da carga tributária. A proposta deve acatar pleitos da iniciativa privada relacionada a produtos financeiros.

As medidas vêm dentro da agenda de reformas financeiras que está sendo desenvolvida pelo Ministério da Fazenda - a antiga iniciativa de mercado de capitais - na qual a equipe econômica discute alguns temas por meses com o setor privado.

"Há alguns casos nos quais a tributação prejudica um produto financeiro ou inibe os investidores de o utilizarem", explicou uma fonte ao Valor. "É uma agenda focada na segurança jurídica", complementou.

Um exemplo citado é o hedge internacional das empresas. Hoje, a lei tributária exige que ele seja feito em bolsa de valores.

A intenção do governo é ampliar a possibilidade de hedge no exterior, atribuindo o mesmo tratamento tributário, até quando ele ocorrer fora da bolsa. Esse deve ser um capítulo do projeto de lei.

Já em relação aos investimentos no Brasil, serão feitas melhorias nas regras de tributação de operações de empréstimos de títulos mobiliários quanto de ações, que é um pleito antigo do mercado - a falta de clareza na tributação inibia as operações, já que há a percepção de que hoje existe uma "zona cinzenta" na interpretação tributária. Serão feitas algumas correções nas regras de ganhos em bolsa.

Por exemplo, hoje, operações com título em bolsa acabam sendo tributadas pelo Imposto de Renda

Retido na Fonte (IRRF), porque a legislação não é clara, e isso inibe a presença de investidores.

A ideia é deixar isento no caso de venda de títulos em bolsa, fomentando o mercado secundário, assim como a alienação de cotas de fundo de investimento em bolsa, tanto ETFs quanto multimercados, que também ficariam isentos de IR na fonte.

O projeto de lei deve ser o arremate do trabalho, para concertar problemas na tributação do mercado financeiro a partir das discussões na agenda de reformas financeiras. "Pretendemos consolidar toda a legislação do mercado financeiro e fomentá-lo", resumiu uma fonte.

Para Thadeus Bretãs, sócio do escritório Stocche Forbes Advogados, atualmente, quando existem benefícios e algumas isenções às vezes a redação da norma não é tão descritiva, o que pode deixar dúvidas sobre a interpretação e, conseqüentemente, para os investidores sobre como devem agir.

Bretãs destaca algumas movimentações que já vêm sendo feitas no setor para estimular investimentos, como a criação de debêntures de infraestrutura - emitidas até 31 de dezembro de 2030, concedem ao emissor da dívida redução de 30% da base de cálculo do IR e da CSLL sobre os juros pagos aos detentores dos títulos. A lei foi sancionada em janeiro e ainda falta regulamentação.

"É uma nova tentativa de fomentar o mercado de capitais", afirma. Para Bretãs, essas iniciativas vêm na mesma linha de toda a proposta da **reforma tributária**, que é de simplificar a tributação em diversos setores. "Do ponto de vista do mercado de capitais podem estar buscando algo nesse sentido para tornar mais atrativo como forma de investimento privado", afirma.

Segundo o advogado, é importante observar as reações aos ajustes recentes, como a tributação de offshores. "O mercado ainda está digerindo. Toda mudança precisa de um tempo de análise", afirma. O especialista pondera, contudo, que a questão tributária é secundária para o mercado de capitais na comparação com a taxa de juros -essa sim seria mais responsável por atrair investimentos.

"Mudanças sempre são bem-vindas e podem ajudar a compensar algumas situações, mas a taxa de juros é mais relevante para o uso de alguns instrumentos pelo mercado de capitais", afirmou o especialista.

Em dezembro do ano passado, Lula sancionou o projeto que prevê a taxação de fundos offshores e exclusivos, medida que foi considerada uma prévia da reforma do imposto de renda, com a intenção de buscar a justiça tributária. Nesse caso, há um potencial de as novas regras elevarem a arrecadação em mais de R\$ 20 bilhões neste ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

Decisão sobre reoneração deve sair até a próxima semana, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira (22) que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está em negociação com o Congresso tanto sobre a forma quanto sobre o conteúdo da medida provisória que trata da reoneração da folha.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Haddad disse que espera que uma decisão sobre o tema seja tomada até a próxima semana.

"Se vai ter outra medida provisória, outro projeto de lei, sinceramente, estou muito mais preocupado em sentar com os líderes da Câmara e do Senado para discutir um princípio."

Segundo o ministro, ele ouviu o presidente [do Senado, Rodrigo Pacheco] a respeito do que ele sentia dos líderes e levou o conteúdo da conversa ao presidente Lula.

"Na quinta-feira, [o presidente da Câmara, Arthur] Lira foi a Brasília para um encontro comigo em que exploramos possibilidades. Se isso não ocorrer nesta semana, na próxima vamos ter uma decisão a esse respeito."

A MP do governo revogou a desoneração das empresas até 2027 e instituiu uma reoneração gradual da cobrança.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a Folha.

Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

A MP do governo propõe revogar a lei, com efeitos a partir de 1º de abril. Um grupo de 17 atividades passaria a pagar alíquota de 10% sobre a remuneração dos funcionários até um salário mínimo (hoje em R\$ 1.412) e 20% sobre o que exceder essa faixa.

"A pior coisa que nós podemos fazer, neste momento, é usar um pretexto para frustrar um clima que foi construído no ano passado. Ninguém vai dar murro em

ponta de faca. O que nós queremos é sentar e discutir um princípio justo, algo que faça sentido para o país. Vamos construir a saída juntos, como fizemos no ano passado", disse o ministro no programa da TV Cultura.

Ele também afirmou que há quase um consenso entre os economistas de que a desoneração da folha de pagamento concedida aos setores precisa ser revista e que é preciso adotar um princípio de "gradualidade" presente na **reforma tributária** que passou no Congresso no fim do ano passado.

"Alguém concorda em eternizar esse privilégio? Nenhum líder me disse que pretendia eternizar esse privilégio para esses 17 setores. Alguém vai pagar por esses 17 setores. Se você está abdicando de uma receita de 17 setores, você vai ter que onerar outros setores para fechar a conta."

Mais cedo, a Folha havia noticiado que Haddad e Arthur Lira não haviam chegado a um acordo sobre a revogação do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos).

Durante o Roda Viva, Haddad disse que o valor das isenções seria restrito a R\$ 20 bilhões, ao citar um acordo feito com Lira. O presidente da Câmara rebateu a afirmação e sua resposta foi lida no ar, pela jornalista Vera Magalhães.

"O site Poder360 está publicando uma fala do presidente da Câmara, Arthur Lira, contraditando um pouco o que o senhor disse em relação ao Perse. Ele diz o seguinte: 'Quem tem a sua boca, fala o que quer. Ele não combinou comigo. Combinou R\$ 25 bilhões com o Congresso'." O ministro minimizou a divergência de valores e disse que o tema ainda estava sendo negociado.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/decisao-sobre-reoneracao-deve-sair-ate-a-proxima-semana-diz-haddad.shtml>

Governo vai revisar tabela do IR e priorizar regulamentação da reforma do consumo, diz Haddad

O governo fará uma revisão da tabela do Imposto de Renda para corrigir a faixa de isenção, disse nesta segunda-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicando que uma reforma mais completa sobre a renda pode ficar para um segundo momento por ser necessário priorizar neste ano a regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo.

Nós vamos fazer uma nova revisão este ano, até por conta do aumento do salário mínimo, o presidente já pediu uma análise para acertarmos a questão da faixa de isenção, disse ele na noite de segunda-feira em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

O governo corrigiu a faixa de isenção do IR no ano passado para isentar quem ganhava até dois salários mínimos. Com o reajuste do piso nacional neste ano, porém, os trabalhadores com essa faixa de renda voltaram a pagar imposto.

Haddad afirmou ainda que diminuir **impostos** sobre o consumo e aumentar a taxa sobre a renda para manter a carga tributária estável é uma saída interessante, mas dependeria da vontade do Congresso.

Aprovada no ano passado, a emenda constitucional da **reforma tributária** do consumo tem uma série de dispositivos que precisam ser regulamentados por leis específicas. Os projetos serão apresentados neste ano, quando o Congresso terá atividade mais restrita por conta das eleições municipais, o que pode adiar o plano do governo de fazer a reforma ampla do Imposto de Renda.

Na entrevista, Haddad também disse que espera uma decisão final sobre o tema da desoneração da folha salarial até a próxima semana e defendeu o fim gradual do benefício.

Ninguém vai dar murro em ponta de faca, o que o governo quer é sentar e discutir um princípio justo que faça sentido para o país, e vamos construir a saída também juntos, afirmou.

O ministro voltou a rejeitar a existência de um acordo

entre governo e Legislativo para resolver o impasse em torno do benefício após declaração nesse sentido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Depois que o Legislativo derrubou o veto de Lula e manteve a prorrogação da desoneração até 2027, o governo editou no fim do ano passado uma MP que estabelece uma reoneração, mantendo benefício parcial sobre valores equivalentes a um salário mínimo. A medida, no entanto, é alvo de críticas de parlamentares, que pedem a retomada integral do benefício.

META FISCAL

Questionado se uma discussão sobre revisão da meta fiscal teria chegado à mesa do presidente Lula, o ministro disse não ter tratado do tema com o mandatário, ressaltando que persegue o objetivo do déficit zero com convicção.

Eu tenho um objetivo, não depende só de mim cumprir esse objetivo, não vai ser um ministro que vai conseguir entregar um resultado, eu dependo do Judiciário, do próprio Executivo, dependo do Legislativo, disse.

Haddad ainda afirmou que o modelo de autonomia do Banco Central vigente no Brasil foi um pouco além do que a experiência internacional recomendaria ao estabelecer que um presidente eleito precisa conviver por dois anos com um presidente do BC indicado pela gestão anterior.

Ele ponderou que não há discussão sobre mudança da regra, acrescentando que o governo foi aprendendo a lidar e dialogar com a autoridade monetária independente.

Agora o (presidente do BC) Roberto Campos Neto não sai do churrasco da Granja do Torto, já foi convidado para ir ao Palácio da Alvorada, está tudo em paz, disse.

Haddad disse que as discussões sobre o nome do futuro presidente do BC - que substituirá Campos Neto

em 2025 - devem ganhar força no meio do ano, destacando que o indicado por Lula poderá ser um dos quatro diretores já empossados pela atual gestão ou um nome que não está hoje na diretoria.

O ministro disse ainda que espera cortes de juros em economias avançadas no primeiro semestre, o que vai coincidir com a queda aqui do BC, que continua com gordura para queimar , viabilizando uma melhora da atividade no Brasil.

Em relação à proposta de reforma administrativa, que tramita no Congresso desde a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, Haddad afirmou que o texto aumentará gastos previdenciários dos governos regionais e defendeu que medidas de corte de despesas comecem pelo andar de cima .

Do mesmo jeito que estamos do ponto de vista do gasto tributário acabando com privilégios e dando prazo para que isso aconteça, (...) eu penso que do ponto de vista do gasto, nós temos que dar o exemplo e começar pelo andar de cima , afirmou.

Na entrevista, ele afirmou que equipes específicas do governo estão estudando formas de apoiar companhias aéreas, em meio a relatos de dificuldades no setor, mas não adiantou o que será proposto e pregou cautela na decisão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/governo-vai-revisar-tabela-do-ir-e-priorizar-regulamentacao-da-reforma-do-consumo-diz-haddad,e2e327799e535fb6641480bfa806a187mlblq2l.html>

Governo anuncia R\$ 300 bi para reindustrializar o país

ALINE BRITO, HENRIQUE LESSA E EVANDRO ÉBOLI

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, abriu a solenidade de apresentação da nova política industrial do país, no Palácio do Planalto, ontem, afirmando que o Brasil está assumindo o compromisso de uma indústria da "descarbonização, exportadora e competitiva". O montante investido nas ações do programa "Nova Indústria Brasil" é de cerca de R\$ 300 bilhões, recurso que virá em parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou a importância de o país constituir uma política industrial inovadora.

Para o petista, isso é necessário para que o país "possa superar, de uma vez por todas, o fato de o Brasil nunca ser um país definitivamente grande e desenvolvido". "Estamos sempre na beira, mas nunca chegamos lá", apontou o presidente, que também comentou sobre os dados da economia. "Nós tínhamos chegado a ser a sexta economia, recuamos para a décima-segunda (posição). Agora, voltamos para a nona, mas não é porque nós crescemos muito, é porque as outras (economias) caíram, isso não é motivo de orgulho", ponderou Lula sobre o resultado positivo na economia em seu primeiro ano de governo.

Para o presidente, a única forma de garantir um crescimento econômico sustentável é a partir da reindustrialização, que deverá ter forte participação de financiamento público. "É muito importante o Brasil voltar a ter uma política industrial inovadora, digitalizada, e que a gente possa vencer essa situação de o Brasil nunca ser um país industrializado", reforçou.

"Nós precisamos fazer com que os empresários brasileiros acreditem no Brasil. Uma coisa que o Rui Costa (ministro da Casa Civil) disse e que nós temos que levar em conta, para que o Brasil se torne competitivo: O Brasil tem, muitas vezes, que financiar aquilo que o país quer exportar", ressaltou o presidente.

Na fala, Lula fez questão de cobrar dos ministros que as metas definidas no novo programa de industrialização sejam efetivamente cumpridas, e pediu atenção especial do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo

Alckmin, que coordena a iniciativa. "O problema não termina aqui, ele começa aqui, nós temos ainda três anos pela frente e, daqui a três anos, nós temos que ter o que apresentar para a população", enfatizou Lula.

Alckmin, que também é Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, lembrou que "um estudo mostra que o Brasil deixou o 78º lugar na indústria do mundo (ranking industrial). E subimos 20 posições. E terminamos ano passado em 58º lugar, em volume físico de produto industrial", disse Alckmin, que atuou no evento também como uma espécie de mestre de cerimônia, anunciando as autoridades presentes e que discursaram. "Claro que ainda não está bom", completou.

O vice-presidente elencou uma série de ações previstas no plano e citou o programa que estimula empresas que sofrem com a depreciação acelerada de seus maquinários. Para renovar seu parque, a indústria terá redução de imposto para trocar essas máquinas em tempo menor. Em média, disse Alckmin, uma unidade dura 15 anos. "Renovar o parque industrial é importante para dar eficiência energética e melhorar a produtividade", afirmou o vice, que anunciou que esse período de substituição de máquinas deve ser de dois anos.

critérios

Qualquer empresa interessada em aderir a algum dos projetos do programa Nova Indústria Brasil terá que cumprir alguns pré-requisitos. Do contrário, poderá não ser aceita ou ter seu contrato suspenso. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou, após a solenidade de anúncio do programa, que empresários ou empresas interessados em obter uma dessas linhas de crédito não poderão carregar alguma acusação ou processo de desmatamento e nem terem sido flagrados explorando mão de obra análoga à escravidão. A mesma restrição vale para quem se envolver em casos de homofobia ou assédio.

Aloizio Mercadante defendeu o investimento público na indústria como forma de fomentar a economia brasileira. O economista rebateu, no lançamento do programa do governo, críticas à política industrial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse que o neoliberalismo "não resolveu o problema dos países

emergentes e em desenvolvimento". "Nós não temos como reerguer a indústria brasileira sem uma nova relação entre Estado e mercado. Não é substituir o mercado, não é desacreditar da importância do mercado, que é uma instituição indispensável no desenvolvimento econômico", disse Mercadante. O investimento público, por meio do BNDES, na indústria, tem sido alvo de críticas de economistas, que vêem uma repetição de velhas políticas. "Para ser um país menos desigual, mais moderno e mais dinâmico, nós precisamos colocar a indústria no coração da estratégia, essa é a orientação do presidente Lula, é o que nós estamos fazendo e entregando", completou Mercadante.

cni vê uma "janela de oportunidade"

O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Leonardo de Castro, chamou a atenção para a "janela de oportunidade" que se abre diante do Brasil com os investimentos anunciados ontem pelo presidente Lula no programa Nova Indústria Brasil. O presidente do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin) da confederação alertou para a necessidade de o país caminhar no sentido da industrialização verde, com redução das emissões de carbono. "Essa mobilização se insere em uma janela de oportunidade histórica. Esse é um tempo decisivo, que vai determinar a emergência climática, a transformação ecológica e, desse processo, vai emergir um novo arranjo das nações. Estados Unidos, União Europeia, Japão e Coreia do Sul, em resposta à China, buscam ampliar suas estruturas produtivas e estas se movem na direção da descarbonização", declarou Castro.

O representante da CNI afirmou que a nova política industrial adotada pelo governo vai gerar novos empregos e alinhar o Brasil aos países desenvolvidos. "Estamos reafirmando a opção do presidente da República de recolocar a indústria no centro da estratégia de desenvolvimento, para que possamos retomar índices de crescimento maior e poder ofertar um caminho consistente e alinhado com o que os países desenvolvidos fazem, permitindo mais e melhores empregos, dignidade e orgulho próprio", disse.

Castro ressaltou que, entre os anos 1960 e 1980 o país era uma grande potência industrial, chegando a superar a China, mas perdeu nos últimos 40 anos e precisa, nesse momento, retomar o crescimento. "Éramos a referência entre os países em desenvolvimento, os países asiáticos vinham estudar o Brasil nos anos 60 e 70. Foi um grande processo de modernização, urbanização e industrialização. Em 1980, a produção industrial brasileira era maior que a produção da China e da Coreia do Sul somadas",

destacou.

"Não podemos mais manter uma ilusão ideológica que em nada ajuda o Brasil. Precisamos ter sinceridade e reconhecer que, nos últimos quarenta anos, o Brasil foi o país que mais perdeu no conserto das nações. É preciso mudar. E vamos precisar de todos para uma nova concertação pela neindustrialização", reforçou o vice-presidente da CNI. Para Castro, o Brasil tem grande potencial para produzir energia limpa e, com isso, se beneficiar da janela de oportunidades que surge nesse sentido. "Porém, essa janela de oportunidade é curta e não estamos avançando na velocidade necessária. Por isso, o dia de hoje é tão importante para mudar a ambição que devemos ter como país", afirmou. "Estamos no caminho certo. Hoje o cenário é positivo com a retomada da política industrial. A indústria brasileira precisa de instrumentos modernos e semelhantes aos que promovem a indústria nas nações líderes", concluiu.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann considerou importante a nova política industrial. "Uma das missões da neindustrialização do país, por exemplo, é composta pelos temas descarbonização e transição energética. São iniciativas que demandam oferta abundante de minérios considerados críticos para a transição a uma economia de baixo carbono. É o caso do lítio, do tântalo, do vanádio, do nióbio, e também do minério de ferro, cobre, bauxita (alumínio), elementos de terras raras, entre tantos outros", disse Jungmann.

Isso significa, na visão do dirigente, que a matriz produtiva nacional precisa incorporar novas tecnologias e equipamentos que são desenvolvidos, obrigatoriamente, a partir da oferta de minérios. No entanto, há obstáculos a superar com urgência "e podemos transformá-los em oportunidades para gerar negócios, atrair investimentos, e ampliar os empregos e proporcionar mais renda em nosso país", pontua Jungmann, em nota distribuída ontem. Para ele, no entanto, há obstáculos como: o baixo conhecimento geológico - apenas 27% do território contam com algum tipo de informação sobre minérios; a falta de linhas de financiamento para projetos minerais; licenciamento ambiental burocrático e moroso; deficiências graves no ambiente regulatório e fiscalizatório. "Se o Brasil quer uma indústria mais inovadora, digital, verde, exportadora e mais produtiva, o país tem que investir na expansão sustentável da produção mineral", afirma o diretor-presidente do Ibram.

mercado

O mercado financeiro reagiu ao programa anunciado ontem pelo governo. O dólar subiu 1,24% e fechou o

dia vendido a R\$ 4,988. É a maior alta diária desde a primeira sessão do ano, em 2 de janeiro, quando a moeda americana saltou 1,28%. No mês, o dólar acumula valorização de 2,79% frente ao real. Já o Ibovespa caiu 0,81% e chegou aos 126.601,55 pontos - o menor patamar desde 12 de dezembro (126.403,03 pontos). Em janeiro, o principal índice da Bolsa de Valores brasileira (B3) já tombou 5,65%.

presidente do Ibram

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

O novo programa fez a percepção sobre o risco fiscal no Brasil piorar. Profissionais ouvidos pela reportagem explicaram que, ainda que operações do BNDES sustentem o Nova Indústria Brasil - o que não necessariamente trará impacto fiscal ao governo -, a sinalização para o mercado foi negativa, de forma geral. Além da nova política, o mercado operou ontem à espera de dados e reuniões de política monetária no mundo. Na quinta-feira, saem o Produto Interno Bruto (**PIB**) dos EUA e a decisão sobre os juros do BCE (Banco Central Europeu). Já na sexta, está prevista a divulgação da prévia da **inflação** (IPCA-15) de janeiro no Brasil e o PCE (índice de despesas de consumo pessoal, na sigla em inglês) dos EUA.

O programa do governo prevê R\$ 300 bilhões para financiamentos destinados à nova política industrial até 2026. Além dos R\$ 106 bilhões anunciados na primeira reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), em julho, outros R\$ 194 bilhões foram incorporados, provenientes de diferentes fontes de recursos, para dar suporte ao financiamento das prioridades do Nova Indústria Brasil. "Para reverter a desindustrialização precoce do país, a nova política prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não-reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do país. É usar os recursos públicos de forma responsável para atrair investimentos privados", informou o governo, em nota.

"Uma das missões da neointustrialização do

9

país, por exemplo, é composta pelos temas descarbonização e

9

transição energética. São iniciativas que demandam oferta abundante de minérios considerados críticos para a transição a uma economia de baixo carbono"

Raul Julgmann

Indústria nacional terá R\$ 300 bilhões em investimentos até 2026; veja principais medidas

A nova política industrial terá financiamentos de R\$ 300 bilhões até o fim de 2026, segundo anunciou o governo federal nessa segunda-feira (22/01). A nova política industrial do governo prevê metas, diretrizes e medidas para os próximos 10 anos. Segundo o governo, além dos R\$ 106 bilhões anunciados na primeira reunião, em julho, outros R\$ 194 bilhões foram incorporados, provenientes de diferentes fontes de recursos para dar suporte ao financiamento das prioridades do que o governo chamou de Nova Indústria Brasil (NBI).

O texto da ação foi oficialmente apresentado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nesta segunda-feira (22/01) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). "Para se tornar mais competitivo, o Brasil tem de financiar algumas das coisas que ele quer exportar. Essa reunião mostra que finalmente o Brasil juntou um grupo de pessoas que vai fazer com que aconteça uma política industrial. E que muito dela virá por meio de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público. Que a gente possa cumprir isso que a gente escreveu no papel", disse o presidente Lula.

Caberá ao BNDES, à Finep e à Embrapii a gestão dos R\$ 300 bilhões em financiamentos. Esses valores serão disponibilizados por meio de "linhas específicas, não reembolsáveis ou reembolsáveis, e recursos por meio de mercado de capitais, em alinhamento aos objetivos e prioridades das missões para promover a reindustrialização nacional"

Iniciativas

As empresas nacionais vão ser contempladas com duas iniciativas: linhas de crédito com condições favoráveis, para que possam assumir serviços e obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e contratos com compras governamentais. Além disso, o plano contempla além das linhas de crédito, subvenções governamentais e subsídios na implementação da proposta de transformação ecológica. Os instrumentos e como será acomodado dentro das regras fiscais ainda não foram detalhados. O que se sabe é que entre os instrumentos de contratações públicas para alavancar o

desenvolvimento industrial do país, o documento aponta que a Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Novo PAC irá definir os setores em que se poderá exigir a aquisição de produtos manufaturados e serviços nacionais.

O governo também poderá lançar mão de margens de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais. Com isso, determinados bens e serviços locais terão a preferência de compra pelo poder público, mesmo que seu preço supere o de itens importados concorrentes até um percentual previamente definido. Em cada uma das missões, o plano traz metas aspiracionais, que servirão como um referencial para direcionar os esforços a serem realizados pelo Estado no desenvolvimento da política industrial brasileira.

"Para reverter a desindustrialização precoce do país, a nova política prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não-reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do país. É usar os recursos públicos de forma responsável para atrair investimentos privados. A política também lança mão de novos instrumentos de captação, como a linha de crédito de desenvolvimento (LCD), e um arcabouço de novas políticas como o mercado regulado de carbono e a taxonomia verde - para responder ao novo cenário mundial em que a corrida pela transformação ecológica e o domínio tecnológico se impõem", disse o governo por meio de nota.

O texto traça metas e diretrizes até 2033 a partir de seis missões, ligadas aos setores da agroindústria; complexo industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade; transformação digital; bioeconomia; e tecnologia de defesa.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disse que o objetivo é implementar um projeto de neindustrialização com uma indústria "sustentável, forte e inovadora". "Baseada em práticas internacionais, a nova política industrial representará

melhora na vida das pessoas, aumento da competitividade e da produtividade, mais empregos, inovação e presença no mercado internacional", afirmou a pasta, em nota.

PRINCIPAIS MEDIDAS DA NBI E MISSÕES PARA O PERÍODO DE 2024 A 2033:

1. Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética

- aumentar para 50% participação da agroindústria no **PIB** agropecuário;

- ampliar para 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar;

- suprir pelo menos 95% do mercado de máquinas e equipamentos para agricultura familiar com produção nacional

2. Complexo econômico e industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde:

- ampliar a participação da produção no país de 42% para 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde.

3. Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para integração produtiva e bem-estar nas cidades:

- reduzir em 20% o tempo de deslocamento de casa para trabalho;

- aumentar em 25 pontos percentuais a participação da produção brasileira na cadeia da indústria do transporte público sustentável.

4. Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade:

- transformar digitalmente 90% das indústrias brasileiras, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de novas tecnologias.

5. Bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações:

- promover a indústria verde, reduzindo em 30% a emissão de CO2 por valor adicionado da indústria, atualmente em 107 milhões de toneladas por trilhão de dólares;

- ampliar em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes, que atualmente é de 21,4%;

- aumentar o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em 1% ao ano.

6. Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais:

- obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa, a partir da elaboração da lista dessas tecnologias.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

CNI elogia plano, mas se queixa de valor; entidades citam ajuste fiscal

**MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA | |
COLABOROU EDUARDO LAGUNA**

Industriais elogiaram a iniciativa do governo de retomar a política de estímulos ao setor, mas se dividiram sobre o impacto que a ampliação dos gastos públicos poderá ter na economia.

Diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi disse considerar o valor um "ponto de partida", ainda que insuficiente. Já outros representantes do setor fizeram referência ao impacto fiscal e à agenda de ajuste nas contas do governo empregada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"É claramente insuficiente", disse Lucchesi, que também é membro do conselho de administração do BNDES. "R\$ 300 bilhões são US\$ 60 bilhões. Estados Unidos estão colocando US\$ 1,9 trilhão; União Europeia, US\$ 2 trilhões; o Japão, US\$ 1,5 trilhão. Então, digamos assim, ainda é pouco; precisamos fazer mais, mas é um belo ponto de partida." A comparação com estes países foi feita pelos auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento da nova política industrial ontem com a defesa de que o Brasil deve seguir na mesma trilha.

"Países no mundo todo colocam como elemento central investir na atividade produtiva, essa é uma agenda de país. E por quê? Porque são as atividades econômicas que geram maior produtividade e agregam o maior valor, comparado a todas as outras atividades", disse Lucchesi.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, disse avaliar o desenho do programa, mas diz acreditar que ajustes deverão ser feitos à medida que a política avance.

"Tem subvenção, tem empréstimos.

Qual é a capacidade real do governo de transformar isso em dinheiro na veia? Nós vamos ver ao longo do tempo.

Não adianta conseguir isso e inflacionar (a economia). **Inflação** é perda de renda", afirmou Correia.

"O que a gente tem que ter de preocupação é que seja tudo feito com responsabilidade fiscal, o governo muito mais como um indutor, para atração da iniciativa privada."

DESPESAS PÚBLICAS. José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), afirmou que a política de estímulos ao setor industrial é importante para aumentar a taxa de investimento da economia, mas defendeu a contenção de gastos por meio de iniciativas como a reforma administrativa.

"A política industrial sempre começa com o equilíbrio da economia. Não adianta fazer uma política industrial se a economia não crescer. Ninguém vai investir em um país que não esteja com a economia equilibrada, com ambiente econômico e crescimento, por isso a agenda do ministro Haddad é muito importante." Para o sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro, Carlos Kawall, a nova política industrial acerta ao trazer inovações, especialmente na linha de transição energética, mas reitera "cacoetes" caros ao pensamento desenvolvimentista, como o uso do protecionismo e das compras governamentais.

"É um mero cacoete de repetir aquilo que você sempre defendeu, mesmo que não haja evidências de que já deu certo no passado ou que vai dar agora. É quase uma obrigação, um dever de ofício", afirmou. "Essa agenda de mudança de matriz energética e da questão ambiental é onde temos mais a ganhar."

SUBSÍDIOS. Para Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do governo Lula entre 2003 e 2005, o plano parece "reeditar velhos instrumentos que distribuem recursos públicos a acionistas do setor privado".

"Insistimos nos subsídios e regras de conteúdo nacional que fracassaram no começo da década passada", disse o economista ao se referir ao dispositivo do plano que prevê prioridade à indústria nacional para compras do governo.

"Políticas de desenvolvimento setorial bem-sucedidas usualmente envolvem o desafio de as empresas se tornarem competitivas no mercado global."

Nova indústria

Conheça os principais pontos da proposta

Recursos

O plano Nova Indústria Brasil lançado ontem pelo governo prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor industrial até 2026

Linhas de crédito

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lidera a iniciativa, mobilizando R\$ 250 bilhões.

Do total, R\$ 77,5 bilhões já foram aprovados em 2023, sendo R\$ 67 bilhões do banco de fomento e R\$ 10,5 bilhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Segmentos

O plano dará prioridade a seis áreas específicas, que possuem metas para um horizonte de dez anos. São elas: cadeias agroindustriais, saúde, bem-estar das pessoas nas cidades, transformação digital, bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energéticas e defesa

Compras públicas

Com o objetivo de alavancar o desenvolvimento industrial em áreas consideradas estratégicas, como infraestrutura, energia limpa, saúde e defesa, o Estado vai priorizar as companhias nacionais nas contratações públicas, seja de obras ou compras da administração direta e de empresas estatais

PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Sistema Único de Saúde (SUS) e as Forças Armadas deverão priorizar companhias nacionais na compra de material e contratação de obras

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula corta emendas e aprova fundo eleitoral

INGRID SOARES HENRIQUE LESSA

O governo comprou mais uma rusga para o começo do ano legislativo. Em uma reunião a portas fechadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 e, em uma medida que pode trazer desgaste com o Congresso Nacional, o chefe do Executivo cortou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. Com isso, o valor deve retornar de R\$ 16 bilhões para R\$ 11 bilhões.

Depois do encontro com Lula, o relator-geral do projeto de lei, deputado federal Luiz Carlos Motta (PL/SP), disse que, em função da queda no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação**, o governo enfrentará uma queda na previsão de arrecadação.

"O presidente elogiou o trabalho feito pela comissão, e nós, juntamente com o governo, precisamos achar uma solução para que esses vetos não causem prejuízo ao Orçamento, que foi muito bem construído pela nossa comissão, juntamente com os 16 relatores setoriais. Naturalmente, ficamos muito satisfeitos com a sanção, ao mesmo tempo, tristes com alguns cortes, mas mais alegres com o governo se comprometendo a rever esses cortes", disse Motta.

O parlamentar opositor disse que a ministra do Planejamento Orçamento, Simone Tebet, se comprometeu em apresentar uma solução para o corte de R\$ 5,6 bilhões do Orçamento em emendas parlamentares antes da primeira sessão do Congresso, depois de encerrado o recesso do Parlamento. Sobre a possibilidade de derrubada do veto, o parlamentar disse ser possível, caso não se chegue a um acordo com o Congresso.

"Logicamente, se não se achar uma solução, o objetivo dos parlamentares será a derrubada do veto", declarou o parlamentar. Motta disse que os cortes foram feitos em emendas de comissão, sem dar detalhes. "Nós não sabemos onde vai ser cortado, ela (Simone Tebet) vai fazer esse levantamento, e vamos nos reunir na semana que vem", apontou.

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido/AP), líder do governo no Congresso, reforçou que o veto à emenda ocorreu por conta da queda da **inflação** e que o valor tem o objetivo de manter recursos para setores essenciais, além das obras do Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

"Esse veto foi, unicamente, em decorrência de uma circunstância, que tanto o governo quanto o Congresso tem que celebrar: a queda da **inflação**". "É uma peça orçamentária que dará condições a continuar nesse ano de 2024 a obra da reconstrução nacional. Garante R\$ 54,5 bilhões para o PAC, que é o principal programa do governo; garante um acréscimo de 18% nos recursos do Sistema Único de Saúde; garante um acréscimo de 11% nos recursos da educação; aumenta os recursos do orçamento da segurança pública, da segurança da gestão ambiental. É o maior orçamento da área de gestão ambiental pelo menos nos últimos quatro a cinco anos", alegou o líder do governo.

"Temos que agradecer ao Congresso Nacional por todo o debate que teve e pela sanção. É uma peça orçamentária que será elemento fundamental para a obra da reconstrução nacional".

O senador caracterizou como "atípico" o calendário já existente para pagamento da liberação de emendas, mesmo antes da sanção presidencial e sem previsão de receita.

"É uma compreensão que nós vamos conversar com o Congresso. Nós estamos à luz de um presidencialismo de coalizão. Mas é um regime presidencialista. Me parece ser um tanto atípica a delimitação, a deliberação de um calendário de pagamento de recursos apontados pelo Congresso Nacional sem a devida previsão de receita e sem o Executivo dizer se tem a receita ou não", ponderou o parlamentar.

"Essa foi a avaliação do governo que um calendário de determinação sem ter a receita devida não era muito adequada. Essa é a razão do veto anterior deste dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias", acrescentou.

Descontentamento Randolfe disse que o governo dialogará para encontrar "as melhores soluções necessárias". "Esse foi o veto apostado, mas, ao longo do ano tem o exercício da Lei Orçamentária e pode ter ajustes, pode ter recuperação em um dispositivo ou outro. Esse veto foi unicamente em decorrência de uma circunstância e é uma circunstância que tanto o governo quanto o Congresso têm que celebrar, que é a menor **inflação** deste ano de 2023", alegou.

Ele reforçou que "ao longo do ano pode haver incremento da receita". "A lei orçamentária não é estanque. É dinâmica. É possível, ao decorrer do ano,

por ajustes em relação com PLNs, enfim, há inúmeras possibilidades para fazer ajustes necessários da reivindicação justa do Congresso", destacou.

Segundo o líder do governo na Casa, o presidente manteve o valor do Fundo Eleitoral estipulado pelos parlamentares, que aumentaram o repasse de R\$ 940 milhões para R\$ 4,96 bilhões.

Randolfe finalizou que esse é o único veto de Lula sobre valores aprovados no Orçamento. O texto sancionado deverá ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (23). Há uma expectativa se a meta de déficit fiscal zero para este ano será mantida, conforme aprovado no texto original.

Orçamento sancionado

SÉRGIO ROXO E CAMILA TURTELLI
politica@oglobo.cofn.br BRASÍLIA

Em novo capítulo da queda de braço pelo controle do Orçamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cortou parte do valor que o Congresso havia reservado para indicações de parlamentares por meio das chamadas emendas de comissão. O petista decidiu vetar R\$ 5,6 bilhões dos R\$ 16 bilhões aprovados em dezembro ao sancionar ontem a peça orçamentária. Por outro lado, cedeu à decisão dos congressistas e sancionou o valor de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, o que representa um recorde para campanhas municipais.

O governo havia proposto destinar R\$ 939,3 milhões para bancar despesas eleitorais deste ano, mas o montante foi turbinado por parlamentares, que estipularam um fundo 96% maior do que o da disputa municipal de 2020, em valores já corrigidos. O aumento teve amplo apoio no Congresso, inclusive de integrantes da base de Lula.

PT E PL BENEFICIADOS Entre os principais beneficiados com o fundo turbinado estão o PL, de Jair Bolsonaro, e o próprio PT, de Lula. A maior fatia, de R\$ 880 milhões, ficará com a sigla de oposição, que terá montante cinco vezes maior do que o da última disputa, em 2020. A sigla do presidente, por sua vez, terá R\$ 616 milhões, mais que o dobro do disponível há quatro anos -já contando a **inflação** no período.

Esses recursos serão usados pelos partidos para bancar gastos de candidatos a prefeito e vereador nos 5.565 municípios onde haverá disputa eleitoral neste ano. O dinheiro público serve, por exemplo, para pagar propaganda, cabos eleitorais e alimentação dos políticos.

Apesar de setores do governo considerarem a quantia de R\$ 4,9 bilhões exagerada, prevaleceu o entendimento de que um veto criaria um novo desgaste com o Congresso.

O valor maior foi apoiado pela cúpula da Câmara, o que inclui o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a maior parte dos líderes partidários. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entretanto, discordou e chegou a fazer uma contraproposta ao Congresso, que foi rejeitada.

-Ficava um pouco impróprio ao presidente vetar,

porque o governo mandou a proposta de fundo de R\$ 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de R\$ 5 bilhões. Fomos votos vencidos em relação a isso -afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Randolfe e outros parlamentares participaram de cerimônia fechada no Palácio do Planalto em que Lula sancionou o Orçamento. Também presente no evento, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator da Lei Orçamentária Anual (LOA), afirmou que houve um compromisso do governo para recompor os cortes nas emendas de comissão.

- Vamos tentar construir junto como o governo como será essa reposição -afirmou o relator do Orçamento. - Logicamente, se não achar uma solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto.

O corte afeta apenas 10% do montante reservado aos parlamentares. O valor das emendas de comissão, por exemplo, continuará recorde, com R\$ 11,3 bilhões previstos, acima dos R\$ 6,8 bilhões de 2023. Esse tipo de emenda não tem o pagamento obrigatório, mas passou a servir de moeda de troca para congressistas negociarem apoio ao Planalto após o fim do orçamento secreto.

Além dessa modalidade, há ainda outros R\$ 11,3 bilhões em emendas de bancada e R\$ 25 bilhões em emendas individuais neste ano. Nesses casos, o governo é obrigado a pagar.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padi-Iha, justificou o corte por causa da queda na projeção de **inflação**, o que reduziu o limite de gastos do governo: - Por conta de uma coisa boa, que é uma **inflação** mais baixa, isso autoriza menos recursos para o governo. Então, fizemos um corte.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula veta R\$ 5,6 bi em emendas parlamentares de comissão

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que prevê valores totais de aproximadamente R\$ 5,5 trilhões. O texto foi aprovado pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. A LOA estima a receita e fixa a despesa do Executivo, Legislativo e Judiciário da União para o exercício financeiro do ano. A maior parte dos gastos federais continuará sendo com o refinanciamento da dívida pública, cerca de R\$ 1,7 trilhão. Este é o primeiro orçamento proposto pela gestão Lula em seu terceiro mandato, já que o de 2023 havia sido proposto pelo governo anterior. O texto da sanção deverá estar publicado na edição do Diário Oficial da União (DOU) de hoje. O relator do Orçamento, Luiz Carlos Motta (PL-SP), disse que o governo participou das reuniões na Comissão Mista de Orçamento, concordou e votou pelo texto. "Trabalharemos para derrubar [o veto] no Congresso", afirmou o parlamentar.

A cerimônia de sanção ocorreu no gabinete presidencial e não foi aberta ao público. De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do governo no Congresso Nacional, o único veto proposto pelo presidente da República é de R\$ 5,6 bilhões sobre o orçamento das emendas parlamentares de comissão (as não impositivas e direcionadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado). Na versão aprovada pelos parlamentares, esse tipo de emenda previa R\$ 16,7 bilhões, mas, com o veto, a previsão cai para R\$ 11,1 bilhões, um valor ainda superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). Os outros tipos de emendas parlamentares, que são as emendas individuais obrigatórias (R\$ 25 bilhões) e as emendas de bancadas (R\$ 11,3 bilhões), não sofreram modificação de valores.

Ao todo, o relator da proposta, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), acolheu 7,9 mil emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões, que somavam R\$ 5,3 bilhões. Com o veto nas emendas de comissão, a previsão é que o valor global fique em torno de R\$ 47,4 bilhões. O veto de Lula ainda será analisado pelo Congresso Nacional, que pode manter ou derrubar a decisão. "O veto sobre recurso é basicamente esse aí. Nós vamos negociar ao máximo para que não seja derrubado", destacou Randolfe Rodrigues.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o motivo do veto foi a necessidade de adequação orçamentária à **inflação** menor, que reduz a margem de gasto do governo. "Por conta de uma coisa boa que é uma **inflação** mais baixa, que reduziu preço dos alimentos, reduziu o custo de vida para a população, autoriza menos recursos para o governo. Então, fizemos um corte dos recursos, exatamente porque a **inflação** foi mais baixa. O corte está em torno de R\$ 5,5 bilhões. Mas o presidente Lula, a ministra Simone Tebet [Planejamento e Orçamento], toda equipe, no momento da decisão do corte, resolveu, primeiro, poupar integralmente saúde e educação de qualquer tipo de corte, poupar os investimentos do PAC, poupar os investimentos da segurança pública e da população que mais precisa", afirmou em um vídeo publicado nas redes sociais.

mínimo

O salário mínimo previsto no Orçamento de 2024 passará de R\$ 1.320 deste ano para pelo menos R\$ 1.412 em 2024. O texto destina cerca de R\$ 55 bilhões em 2024 para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na proposta do governo, o PAC contaria com R\$ 61,3 bilhões. O Orçamento prevê a destinação de quase R\$ 170 bilhões para o Programa Bolsa Família em 2024. Para o Ministério da Educação foram destinados cerca de R\$ 180 bilhões, mesmo valor proposto pelo governo federal. O Ministério da Saúde contará com R\$ 231 bilhões. Para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima serão destinados R\$ 3,72 bilhões. Para a pasta da Defesa o orçamento será de R\$ 126 bilhões.

A sanção de Lula manteve os R\$ 4,9 bilhões definidos pelos parlamentares para o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas Eleitorais, que serão utilizados nas eleições municipais deste ano. O valor é o mesmo utilizado em 2022 nas eleições nacionais. O valor reservado inicialmente pelo governo, na proposta orçamentária, era de R\$ 939,3 milhões.[^]

LEWANDOWSKI

Edição extra do Diário Oficial da União (DOU), publicada ontem, oficializou a nomeação de Ricardo Lewandowski para o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública. O decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, deixa

a nomeação válida a partir de 1º de fevereiro. Lewandowski foi anunciado ao novo cargo no último dia 11. Ele substitui Flávio Dino, que assumirá uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), também por indicação de Lula, aprovado pelo Senado. Indicado ao STF em 2006 pelo próprio Lula, sua passagem ficou marcada pelo chamado garantismo, corrente que tende a dar maior peso aos direitos e garantias dos réus em processos.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Lula garante fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi; emendas de comissão perdem R\$ 5,6 bi

FERNANDA TRISOTTO CAIO SPECHOTO SOFIA AGUIAR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA) com vetos que incluem um corte de R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. A informação foi confirmada pelo relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PLSP).

O valor de R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral para campanhas municipais, aprovado pelo Congresso em dezembro passado, a princípio, foi mantido, segundo o senador Randolfe Rodrigues (AP), líder do governo no Congresso.

"Falando pela área econômica do governo, até poderíamos optar ou preferir um fundo menor, mas foi uma decisão do Congresso", disse (mais informações na pág. A10).

O corte nas chamadas emendas de comissão foi necessário por causa da diferença entre o IPCA estimado e o realizado - a **inflação** de 2023 fechou em 4,62%, mas as despesas foram calculadas sobre projeção de alta de 4,85%. Essas emendas são consideradas as "herdeiras" do chamado orçamento secreto - extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022 - porque também seguem a lógica de distribuição segundo os interesses das cúpulas da Câmara e do Senado.

ARRECADAÇÃO. "O presidente sancionou o Orçamento com alguns vetos. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, vai concluir de onde (nas comissões) vão ser retirados esses vetos nos próximos dias.

Logicamente, pela redução do IPCA, o governo perdeu a arrecadação e, por isso, ele teve de fazer alguns cortes, que a ministra se comprometeu a fazer isso o mais rápido possível, para nos passar e discutirmos como vai ser a reposição disso", afirmou.

Motta confirmou que a diferença apresentada por Tebet em reunião foi de R\$ 5,6 bilhões, e que a redução no Orçamento incluía as emendas, mas sem especificar o tipo.

O Estadão/Broadcast antecipou na sexta-feira que havia a expectativa de veto de R\$ 5,5 bilhões do total

de R\$ 16,7 bilhões destinados às emendas de comissão.

O prazo para a sanção do Orçamento terminava ontem.

Motta inicialmente havia dito que o Ministério do Planejamento apresentaria as opções de corte até a próxima semana.

"A ministra do Planejamento ficou de fazer isso o mais rápido possível porque ela ainda não tem onde vai ser cortado, vai fazer durante esses próximos dias e se comprometeu a se reunir com a gente na próxima semana ou no comecinho de fevereiro para analisarmos", disse. Ainda segundo o deputado, o governo teria se comprometido a negociar a reconstrução do valor total de emendas.

O relator participou de reunião com o presidente Lula, Simone Tebet e outros três ministros do governo: Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Esther Dweck (Gestão).

NOVO PAC. Randolfe, que também esteve no encontro, afirmou que o veto na LOA não necessariamente foi para alocar recursos no Novo Programa de Aceleração (PAC), e a peça orçamentária será sancionada com R\$ 54,5 bilhões ao programa.

À imprensa após a reunião, o senador confirmou que o veto de R\$ 5,6 bilhões se refere às emendas de comissão. De acordo com ele, contudo, o veto foi "unicamente" devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado.

"Tem uma circunstância no orçamento que temos, governo e Congresso, que celebrar, que é o fato de termos tido uma **inflação** menor. Tendo **inflação** menor, temos uma previsão de receita menor. Isso impôs alguns vetos. Tivemos que destinar um veto de R\$ 5,6 bilhões, estabelecendo R\$ 11 bilhões para os recursos de comissão", afirmou o líder do governo.

Randolfe destacou que o veto visa a "acomodar recursos no Orçamento", não necessariamente para o PAC. "Vamos agora debater e conversar com o Congresso para encontrar as melhores soluções".

Limite

O presidente Lula sancionou a Lei Orçamentária Anual no último dia do prazo

*

PARA LEMBRAR

Modalidade de emendas sem transparência

I Recursos

Como mostrou o Estadão, o pagamento de emendas parlamentares sem transparência continuará em 2024 por decisão do Congresso. Com o corte de R\$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão (que somavam cerca de R\$ 16,7 bilhões no projeto), os valores devem ficar perto de R\$ 20 bilhões

I Modalidades

No Orçamento deste ano, a falta de transparência se dá em duas frentes: nas emendas de comissão e nas transferências especiais, conhecidas como "emendas Pix"

I Como funcionam

Na emenda de comissão, os nomes dos autores das indicações são omitidos - tudo o que aparece é o nome do colegiado.

Já na "emenda Pix", os autores são conhecidos, mas o uso da verba se torna opaco

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com veto a emendas, Lula sanciona LOA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que prevê despesas totais de aproximadamente R\$ 5,5 trilhões. O texto havia sido aprovado pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. A LOA estima a receita e fixa a despesa dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União para o exercício financeiro do ano.

A maior parte dos gastos federais continuará sendo com o refinanciamento da dívida pública, cerca de R\$ 1,7 trilhão. Este é o primeiro orçamento proposto pela gestão Lula em seu terceiro mandato, já que o orçamento de 2023 havia sido proposto pelo governo anterior. O texto da sanção deverá ser publicado na edição do Diário Oficial da União (DOU) de hoje.

Sem aumento de emendas A cerimônia de sanção ocorreu no gabinete presidencial e não foi aberta ao público. De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (Rede- AP), líder do governo no Congresso Nacional, o único veto proposto pelo presidente da República é o de R\$ 5,6 bilhões sobre o orçamento das emendas parlamentares de comissão.

Na versão aprovada pelos parlamentares, esse tipo de emenda previa R\$ 16,7 bilhões, mas, com o veto, a previsão cai para R\$ 11,1 bilhões, um valor ainda superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). Os outros tipos de emendas parlamentares, que são as emendas individuais obrigatórias (R\$ 25 bilhões) e as emendas de bancadas (R\$ 11,3 bilhões), não sofreram modificação de valores.

Ao todo, o relator da proposta, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), acolheu 7,9 mil emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões, que somavam R\$ 53 bilhões. Com o veto nas emendas de comissão, a previsão é que o valor global fique em torno de R\$ 47,4 bilhões. O veto de Lula ainda será analisado pelo Congresso Nacional, que pode manter ou derrubar a decisão.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o motivo do veto foi a necessidade de adequação orçamentária à **inflação** menor, que reduz a margem de gasto do governo.

O ministro aproveitou para destacar alguns dos principais pontos do orçamento, como o crescimento dos investimentos em saúde em 18%, o aumento de 11% nos recursos para a educação e de 30% para ciência e tecnologia.

Fundo eleitoral A sanção de Lula manteve os R\$ 4,9 bilhões definidos pelos parlamentares para o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas Eleitorais, que serão utilizados nas eleições municipais deste ano. O valor é o mesmo utilizado em 2022 nas eleições nacionais. O valor reservado inicialmente pelo governo, na proposta orçamentária, era de R\$ 939,3 milhões.

Já o salário mínimo previsto no Orçamento de 2024 passará dos atuais R\$ 1.320 deste ano para pelo menos R\$ 1.412 em 2024. O texto destina cerca de R\$ 55 bilhões em 2024 para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na proposta do governo, o PAC contaria com R\$ 61,3 bilhões. O Orçamento prevê ainda a destinação de quase R\$ 170 bilhões para o Programa Bolsa Família em 2024.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2640/23-01-2024/>

Lula sanciona Orçamento com veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão

G1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão ao sancionar o Orçamento para 2024, nesta segunda-feira (22). Antes mesmo da medida ser sancionada, o líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), confirmou a informação a jornalistas.

A decisão sobre o veto de Lula já tinha sido antecipada pelo blog do Gerson Camarotti. Essa modalidade de emenda tinha saltado para cerca de R\$ 16 bilhões no texto aprovado pelo Congresso.

Com o veto, deve retornar ao patamar de R\$ 11 bilhões (leia mais abaixo).

"Tem uma circunstância no Orçamento que é o fato de termos tido uma inflação menor.

Com isso, temos uma previsão de receita menor. Isso impôs termos alguns vetos", pontuou Randolfe.

O senador se refere ao resultado da inflação de 2023, com alta de 4,62%, quando o esperado pela equipe econômica na proposta de Orçamento deste ano era alta de 4,85%.

"Isso aconteceu aos recursos das emendas de comissões. Tivemos que destinar um veto de R\$ 5,6 bi, estabelecendo R\$ 11 bi para os recursos de comissão.

No exercício da LOA podem ter ajustes", prosseguiu o líder do governo.

Como a inflação ficou abaixo do que o esperado, o que houve uma redução de R\$ 4 bilhões no total de recursos disponíveis no Orçamento. Esse valor, somado ao excedente das emendas, totalizaria um impacto de mais de R\$ 9 bilhões.

OUTROS VETOS Randolfe disse que esse é o único veto de Lula sobre valores aprovados no Orçamento, mas o governo não divulgou ainda o texto sancionado.

O senador não disse se está mantido a meta de déficit fiscal zero para este ano que havia sido aprovada no texto original.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o texto do Orçamento contempla o maior aumento em recursos para a saúde.

"São mais de 18% em recursos para área da saúde; um aumento na educação: mais de 11 %; mais de 30% de aumento para Ciência e Tecnologia", afirmou.

VALOR RECORDE

O texto do Orçamento 2024 aprovado pelo Congresso Nacional trouxe um ponto polêmico, pois contempla um valor recorde para emendas parlamentares, que, segundo informações da Comissão Mista de Orçamento (CMO), somarão R \$ 53 bilhões este ano, mas, com o veto, esse valor ficará menor. Em 2023, o valor foi de R \$ 37,3 bilhões.

Lula sanciona Orçamento e veta emendas de comissão

Julia Lindner, Renan Truffi, Fabio Murakawa e Mariana Assis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou com vetos o Orçamento de 2024 - a Lei Orçamentária Anual (LOA). Lula cortou parte das emendas de comissão previstas no texto, o que deve gerar atrito com os deputados e senadores. Parlamentares já se mobilizam para derrubar a decisão, enquanto o governo promete buscar soluções para o impasse.

Apesar do corte às emendas, Lula manteve o fundo eleitoral recorde de R\$ 4,9 bilhões para as campanhas municipais deste ano.

O ato foi formalizado durante cerimônia fechada no Palácio do Planalto, nessa segunda-feira (22), na qual estiveram presentes alguns ministros e congressistas. A decisão será publicada na edição do "Diário Oficial da União" (DOU) desta terça-feira (23).

Lula optou por vetar R\$ 5,6 bilhões do valor reservado às emendas de comissão. O objetivo, segundo o ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Alexandre Padi-lha, foi poupar as áreas da saúde, educação e segurança pública e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Nós fizemos corte dos recursos porque a **inflação** está mais baixa", disse Padilha, em vídeo divulgado nas redes sociais.

"Toda a equipe no momento da decisão do corte resolveu primeiro poupar integralmente saúde, educação de qualquer tipo de corte. Poupar os investimentos do PAC, da segurança pública, investimentos da população que mais precisa", acrescentou o ministro.

Com a decisão de Lula, restam R\$ 11 bilhões para emendas de comissão. O veto ainda terá de ser analisado pelo Congresso, que poderá derrubá-lo em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, que não tem prazo para ocorrer.

O relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), afirmou que o governo prometeu buscar uma saída para o corte da verba. Caso não haja um entendimento, ele diz que o caminho mais provável será a derrubada do veto.

"Logicamente, se não achar solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto", disse Motta a jornalistas.

Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) admitiu que poderão haver ajustes ao longo do exercício da lei orçamentária para recompor as quantias vetadas, se houver incremento de receita.

"Vamos agora debater e conversar com o Congresso para encontrar as melhores soluções necessárias. Esse foi o veto, mas ao longo do ano tem o exercício da lei orçamentária, que pode ter ajustes, pode ter recuperação", declarou Randolfe.

O Orçamento aprovado pelos congressistas previa R\$ 16,6 bilhões para as emendas de comissão, sendo R\$ 10,9 bilhões para os colegiados da Câmara e R\$ 5,6 bilhões para as comissões do Senado, além de R\$ 163 milhões para os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Inicialmente, o Executivo enviou a peça orçamentária de 2024 prevendo nenhum real para emendas de comissão. O Parlamento, então, aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um dispositivo que reservava, no mínimo, 0,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2022 para as emendas de comissão, o que daria R\$ 11 bilhões.

O valor final, contudo, foi ampliado pelos parlamentares, chegando a R\$ 16 bilhões. Para isso, reduziram a verba do PAC e de investimento e custeio dos ministérios.

Turbinar as emendas de comissão foi a forma encontrada pelo Congresso para retomar o controle de parte das verbas do Orçamento após o fim do "orçamento secreto" por ordem do Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou o instrumento ilegal por não preencher "os critérios de transparência, impessoalidade e moralidade".

Assim como ocorria no orçamento secreto, não foram criados métodos de transparência para essas novas indicações. Antes, era o relator-geral do Orçamento que assinava os ofícios informando quais cidades e entidades seriam atendidas. Agora, serão os

presidentes das comissões, mas por orientação dos presidentes das Casas e dos líderes dos partidos.

Quando sancionou a LDO no início do mês, o governo vetou o dispositivo que reservava 0,9% da RCL. Com isso, nada impede o governo de vetar, na Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA), o valor das emendas para um patamar mais baixo.

Também ao sancionar a LDO, o governo vetou trecho que obrigava o empenho dos recursos para emendas individuais e de bancada em até 30 dias após a divulgação das propostas. O cronograma de pagamentos buscava aumentar o controle do Legislativo sobre o ritmo de liberação dos recursos e já tem sido tema de atrito entre Executivo e Parlamento.

"Nós fizemos corte dos recursos porque a **inflação** está mais baixa" Alexandre Padilha

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

Lula veta R\$ 5,6 bilhões em emendas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, último dia do prazo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, com veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. Já o valor recorde de R\$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral foi mantido.

O único veto proposto por Lula atingiu as emendas parlamentares de comissão. A versão aprovada pelo Congresso previa R\$ 16,7 bilhões para esse tipo de gasto, mas, com o veto, a previsão cai para R\$ 11,1 bilhões, valor ainda superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). Os outros tipos de emendas parlamentares, que são as emendas individuais obrigatórias (R\$ 25 bilhões) e as emendas de bancadas (R\$ 11,3 bilhões), não sofreram modificação.

As emendas de comissão são consideradas as "herdeiras" do orçamento secreto, extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022, porque também seguem a lógica de distribuição segundo os interesses das cúpulas da Câmara e do Senado.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o corte foi necessário devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado - a **inflação** de 2023 fechou em 4,62%, mas as despesas foram calculadas sobre projeção de alta de 4,85%. Padilha alegou que o governo buscou poupar do corte investimentos em saúde, educação e segurança e a verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

- Por conta de uma coisa boa, que é uma **inflação** mais baixa, que reduziu preço dos alimentos, reduziu o custo de vida para a população, autoriza menos recursos para o governo - disse o ministro.

O relator do orçamento na Câmara, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), acolheu 7,9 mil emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões, que somavam R\$ 53 bilhões.

Com o veto presidencial, a previsão é que o valor global fique em torno de R\$ 47,4 bilhões. O assunto, porém, ainda será submetido ao Congresso, que pode manter ou derrubar o veto.

Fundo

O valor sancionado por Lula para bancar "as campanhas a prefeito e a vereador este ano é bem superior ao que o governo havia proposto na versão

original (R\$ 939,3 milhões) e mais de duas vezes superior ao de 2020, (R\$ 2 bilhões).

- Ficava um pouco impróprio ao presidente vetar, porque o governo mandou a proposta de fundo de R\$ 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de R\$ 5 bilhões. Eu era favorável à mediação proposta pelo presidente (do Senado, Rodrigo) Pacheco, que dava algo em tomo de R\$ 3 bilhões. Mas, enfim, não foi possível. Fomos votos vencidos em relação a isso - alegou o líder de governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Outros destaques

R\$5,5 trilhões são as despesas previstas

R\$ 54 bilhões é o valor reservado para o PAC

R\$170 bilhões é o valor reservado para o Bolsa Família

R\$ 8,9 bilhões é o valor reservado para financiar o Minha Casa Minha Vida

R\$218,3 bilhões é o valor reservado para a área da saúde

R\$ 112,5 bilhões é o valor reservado para a área da educação

R\$1.412 será o salário mínimo em 2024

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br//jornal-digital/pub/gruporbs/index.jsp#page/48>

Lula confirma duplicação do fundo eleitoral para pleito

O presidente Lula (PT) sancionou nesta segunda-feira (22) o valor de R\$ 4,9 bilhões para financiar as campanhas da eleição deste ano. O valor havia sido aprovado Congresso Nacional e representa um recorde para os pleitos municipais.

Isso significa uma expansão do poder dos dirigentes partidários na eleição, já que o patamar é praticamente o dobro do distribuído aos partidos em 2020, última disputa para os cargos de prefeito e vereador.

O presidente havia colocado no projeto de lei do Orçamento de 2024 e enviado ao legislativo uma previsão de RS 900 milhões para financiar as campanhas eleitorais deste ano. Essa proposta partiu do Ministério da Fazenda, comandado por Fernando haddad (PT), que era contra um valor muito elevado para o fundo.

"Eu, particularmente, era favorável a mediação proposta pelo presidente Pacheco, quedava algo em torno de RS 3 bi. Mas, enfim, não foi possível" Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do governo no Congresso

Até 2015, as grandes empresas, como bancos e empreiteiras, eram as principais responsáveis pelo financiamento dos candidatos. Naquele ano, o STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL) proibiu a doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibrava o jogo democrático.

A partir das eleições de 2018, foi então criado o fundo eleitoral, que usa dinheiro público para bancar as atividades de campanha dos candidatos.

O fundo da última eleição municipal, em 2020, ficou estabelecido em R\$2 bilhões (quantia que, com correção da **inflação**, seria agora de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões).

"O fundo eleitoral está sancionado. Ficava um pouco impróprio ao presidente vetar, porque o governo mandou a proposta de fundo, RS 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de RS 5 bilhões. Eu, particularmente, era favorável a mediação proposta pelo presidente Pacheco, que dava algo em tomo de R\$ 3 bilhões. Mas, enfim, não foi possível", disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O aumento dos recursos para financiamento da campanha deste ano teve partidos de diferentes cores, como PT e PL, além das siglas do centrão.

A postura de Lula, portanto, se difere do tratamento dado pelo seu antecessor. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teve um histórico de recuos com o fundo eleitoral.

No final do seu primeiro ano de governo, Bolsonaro prometeu veto aos recursos públicos para campanhas, mas pouco depois voltou atrás alegando que poderia levar a um processo de impeachment.

Em 2021, ele chegou a vetar o valor mínimo de RS 5.7 bilhões para o fundo eleitoral na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas, no final do ano, aprovou os R\$ 4,9 bilhões no Orçamento, após negociar redução no valor para as campanhas eleitorais do ano seguinte.

Os recuos de Bolsonaro ocorriam sempre após pressão nas redes sociais pelos seus apoiado -res. Em 2018, a campanha presidencial dele tinha um discurso contrario a gastos públicos para bancar atividade eleitoral. Apesar disso, em 2018 e 2022, ele usou recursos públicos.

Para 2024, dirigentes partidários chegaram a articular um valor ainda maior que os RS 4,9 bilhões. Mas tiveram que recuar diante do desgaste e também de uma divergência interna no Congresso, que foi palco de um embate nos bastidores entre Câmara e Senado sobre o valor do fundo que financia a campanha eleitoral de 2024.

TENTATIVAS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e outros senadores tentaram reduzir a cifra de RS 4,9 bilhões, que era defendida pela cúpula da Câmara e pelos presidentes de partidos políticos.

Deputados e dirigentes partidários argumentaram que não seria possível fazer uma campanha eleitoral com menos dinheiro do que em 2022. Só que aquele foi um ano de eleições gerais, com disputa para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

Na avaliação de senadores, não haveria justificativa plausível para distribuir a candidatos a prefeitos e vereadores -que percorrem apenas seus municípios- o mesmo montante usado em uma corrida para presidente, governadores, senadores e deputados federais.

Diante da investida de Pacheco, na votação do Orçamento de 2024, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e líderes da Casa então foram ao plenário do Congresso durante a sessão no fim do ano passado.

A ideia de reduzir o valor foi rejeitada pela Câmara por 355 votos a 101. Com isso, foi aprovado o patamar de R\$ 4,9 bilhões, que foi confirmado por Lula nesta segunda. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/23-janeiro-2024/1o-caderno>

Para analistas, "é um primeiro passo", mas faltam detalhes

Anais Fernandes, Marcelo Osakabe, Ivina Garcia e Luiz Fernando Figliagi

O plano industrial anunciado ontem pelo governo foi visto por especialistas como um primeiro passo, mas faltaram detalhes sobre metas específicas e fontes de recursos para a atuação do BNDES. Há um temor, entre economistas, de que a política seja "mais do mesmo" já visto em gestões petistas passadas, impondo resultados fracos para a atividade, mas a um custo fiscal elevado.

"Uma política industrial moderna, para ser monitorada, precisa ter metas concretas e objetivas, inclusive metas intermediárias, não só para 2033", diz Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e economista-sênior da LCA Consultores. "Do jeito que o plano foi apresentado, no entanto, foi focado muito nos meios e pouco nos fins", afirma.

As missões estabelecidas no plano, mesmo que positivas, como a transição energética e a exportação, ainda estão "genéricas", diz Borges. A menção à questão da produtividade é elogiada por ele, "mas é só uma palavra, não diz quanto ela vai aumentar por causa da nova política", pondera.

Silvia Matos, também pesquisadora do FGV Ibre e coordenadora do Boletim Macro do instituto, destaca que a volta do "conteúdo local" seria "péssima". A política de "conteúdo local" define uma proporção de investimentos nacionais que devem ser aplicados na produção de certo bem ou serviço. "Mas estudos mostram que países com indústria eficiente importam muito", diz Matos.

Citando outros trabalhos, inclusive de pesquisadores do FGV Ibre, ela aponta que políticas industriais adotadas no passado recente "foram muito ineficientes". "Alto custo fiscal e ineficiente do ponto de vista econômico, gerando má alocação de recursos. A primeira pergunta é se aprendemos ou não com os erros do passado", diz.

Em um momento em que as contas públicas estão no vermelho, o impacto do mau uso dos recursos públicos gera efeitos ainda mais negativos na economia, alerta Matos. "Vamos conviver com juros reais elevados, e o investimento privado não vai crescer como poderia se

o governo conseguisse voltar a ter superávit primário."

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz ter "muita dificuldade de acreditar" que o plano vá funcionar e exercer efeitos positivos à frente, com exceção de algumas medidas apresentadas como acelerar o processo de patentes e o investimento em educação e qualificação da população em centros de tecnologia. De resto, diz, a política industrial apresentada "é mais do mesmo".

Vale diz que o governo deveria ter usado o primeiro ano de gestão para fazer um grande esforço de avaliação das políticas industriais feitas no passado para saber se funcionaram ou não. "Mas o governo, nessa proposta, ignora completamente, lança um esforço fiscal de gastos, um financiamento enorme, no momento em que não há espaço para isso. A gente precisaria fazer o contrário, ter uma contenção de gastos", afirma Vale.

Colocar uma política industrial que signifique forte financiamento e gasto público nos próximos anos impõe "uma dificuldade quase impossível" para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "gerenciar o que ele precisa de esforço fiscal para os próximos três anos", diz Vale.

"Até 2026, para gerar o primário de 1% do PIB de que precisa, são necessários R\$ 350 bilhões a mais de arrecadação. E o governo está falando de gastos muito intensos para serem feitos investimentos e financiamento nos próximos anos", diz Vale.

O BNDES tem a meta de subir os desembolsos para 2% do PIB ao ano nos próximos anos, lembra Borges. "Para 2024, 2025 e 2026, estamos falando de quase R\$ 1 trilhão", estima. Em tese, os R\$ 250 bilhões que foram prometidos pelo BNDES no plano industrial caberiam.

"Isso significa dizer que, possivelmente, o BNDES não vai precisar de aporte do Tesouro Nacional, como foi feito entre 2009 e 2014.

O BNDES consegue emprestar 2% do PIB com recursos próprios anteriores ou captação no mercado de capitais, o que minimizaria o risco fiscal", afirma Borges.

Por outro lado, diz, se esses empréstimos do plano industrial forem concedidos com taxas de juros abaixo de mercado, o Tesouro terá de bancar uma conta de equalização de juros no Orçamento, o que aumenta a despesa da União, comprime os demais gastos e gera pressão sobre a meta de resultado primário.

Se quiser atuar na política industrial, o BNDES deveria fazê-lo "no enorme espaço" de recursos que já tem disponível, para não contratar novos riscos fiscais, diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Apesar de ser um plano simples, o programa apresentado é um bom ponto de partida, na avaliação do professor e diretor do núcleo de inovação e empreendedorismo da Fundação Dom Cabral, Hugo Tadeu. "A gente tem de começar de algum lugar", diz o especialista, ressaltando a ausência de políticas que pensem em custo de capital, produtividade e qualificação de pessoal, além de incentivar setores da economia.

João Prates Romero, professor de Economia da UFMG e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cecleplar), elogia as seis missões escolhidas, com forte ênfase em inovação, produtividade, agenda ambiental e crescimento sustentável.

Ele até diz ver propostas claras no que foi apresentado, mas reconhece que ainda é necessário um detalhamento maior sobre quais ações e políticas serão utilizados. Além disso, Romero chama a atenção para a ambição do plano, o que exigirá um grande esforço de coordenação para que seja implementado a contento.

Ainda que entusiasta do plano, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) concorda que seu "pleno sucesso" dependerá, entre outras coisas, do desenvolvimento de um "acurado sistema de controle dos vários programas que foram lançados".

Para Igor Rocha, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o plano deixou claro que, sem o setor, o Brasil não vai conseguir fazer a passagem de um país de renda média para um país de renda alta.

Se a crença é que uma política industrial também deve ter esse objetivo, e não só finalidades específicas, faltou mostrar estimativas sobre o impacto do plano nos agregados macroeconômicos, como **PIB** e emprego, diz Borges. "A política industrial pode ter um custo fiscal, mas, se os benefícios, em termos de **PIB**, forem maiores, pode ser que valha", exemplifica. O

que foi apresentado até agora, no entanto, "não tem nem um lado nem outro", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

FGV Ibre vê indústria extrativa se destacar neste início de ano

Marcelo Osakabe

A piora do clima trazida pelo El Niño intenso segue reduzindo as estimativas para a safra de grãos e o **PIB** da agricultura em 2024, mas ainda assim o setor exógeno - que engloba atividades menos sensíveis ao ciclo econômico, como o setor extrativo, gastos do governo e atividades imobiliárias - pode ter novamente destaque neste início de ano. A avaliação consta do Boletim Macro de janeiro produzido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), que vê chances de a indústria extrativa ajudar a compensar, ainda que parcialmente, o efeito negativo trazido pelo clima.

Na primeira edição do ano, o boletim atualiza algumas das projeções do Ibre. A estimativa para o **PIB** permanece a mesma: alta de 1,4%, mas houve pequena piora no cenário agrícola. A projeção para a queda da colheita de grãos na comparação com 2023 - ano em que renovou o recorde histórico - passou de 1,6% para 3,4%. Há dúvidas sobretudo sobre a produtividade do milho e, em menor escala, da soja - que corresponde, sozinha, por 46% do **PIB** agrícola brasileiro.

"Existe muita dispersão sobre as projeções da safra. Ainda é difícil prever qual será o resultado da colheita e da produtividade, mas o viés é para pior", resume a coordenadora do boletim, Silvia Matos.

Uma queda da produção agrícola dessa magnitude, porém, não implica um viés muito negativo para o cenário da atividade econômica em 2024, pondera a economista. Pode, entretanto, ficar um pouco mais visível no primeiro trimestre, período em que se concentra a maior parte da safra. Vale lembrar que 0,7 ponto porcentual da expansão de 1,4% do **PIB** observada no primeiro trimestre de 2023 se deve exclusivamente à colheita da soja, sem contar os efeitos indiretos que transbordaram para os transportes, investimentos e consumo, entre outros.

A questão, continua, é se outras atividades vão compensar esse viés. Em sua avaliação, um potencial candidato para amenizar esse efeito é a indústria extrativa - em especial a de petróleo e gás, que vem surpreendendo positivamente há algum tempo e parece ter terminado o ano melhor do que se esperava -, cuja projeção para 2023 passou de 6,7% para 7,5%,

ao passo que a de 2024 foi de 5% para 5,2%.

"Hoje, 25% da pauta exportadora do Brasil é desse setor. Todos aqueles investimentos no pré-sal estão agora trazendo grande aumento da produção, que tem sido paulatino", diz Matos, ressaltando que a indústria petrolífera tem encabeçado a melhora do crescimento do segmento - nos últimos sete anos, a sua expansão média era de apenas 0,3%. "É um setor que também ajuda muito na arrecadação. Sua contribuição para o fiscal passou de menos de 1% do **PIB** e para mais de 2,5%, mesmo com recuo dos preços no mercado internacional", lembra.

Outro fator exógeno que pode dar as caras é a injeção de recursos por causa do pagamento de cerca de R\$ 95 bilhões em precatórios no fim do ano passado, que pode dar algum empurrão ao consumo das famílias. Simulações feitas pela Secretaria de Política Econômica calculam o impulso entre 0,24 e 0,28 p.p. do **PIB**.

Assim, ainda que com elevado grau de incerteza, a projeção para o **PIB** no primeiro trimestre deste ano, portanto, foi mantida em queda de 0,01% na comparação trimestral e alta de 0,9% ante o mesmo período de 2023.

Em relação aos setores cíclicos, a perspectiva é menos otimista na largada do ano. Matos lembra que a indústria de transformação patinou ao longo de 2023, ao passo que o repique do setor de serviços visto no fim do ano passado foi bastante concentrado nos serviços às famílias, que é afetado pela sazonalidade de fim de ano. "Os setores de informação e transportes vieram fracos, e a safra menor deste ano não deve impulsionar este último, assim como as atividades de armazenamento", argumenta.

O investimento, por sua vez, tem se mostrado ainda mais fraco que o imaginado. A projeção para o quarto trimestre sofreu nova revisão baixista, de alta 2,2% na comparação trimestral (-2,8% interanual) para queda de -0,3% (-5,8% ano contra ano). Assim como a indústria de transformação, o setor sofre com o aperto das condições financeiras - o ciclo de cortes da Selic deve começar a mostrar efeitos sobre a economia apenas no segundo semestre.

"O que estamos vivendo é uma desaceleração por

parte da demanda como um todo, mas o investimento é maior vítima. Não apenas por causa dos juros, mas também da incerteza fiscal. Isso prejudica bastante o crescimento em perspectiva potencial", diz a coordenadora do Boletim Macro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

De certa forma, as sondagens de confiança empresarial refletem esse momento. Embora, no agregado, o índice de Confiança Empresarial (ICE) tenha encerrado 2023 0,5 ponto acima do nível em que terminou 2022, em 91,2 pontos, os avanços ocorreram sobretudo no primeiro semestre. Na segunda metade do ano, eles passaram a refluir para todos os quatro setores pesquisados: indústria, comércio, construção e serviços. Este último, inclusive, registrou as altas mais intensas entre os setores em 2023, mas devolveu seis pontos somente nos últimos cinco meses, ressaltam os economistas Aloisio Campeio e Rodolpho Tobler.

Apesar disso, os empresários estão otimistas com 2024:59,4% das empresas avaliaram as perspectivas para os negócios como positivas para o ano que começa. "Os principais fatores mencionados pelas empresas foram: boas perspectivas para o setor, expectativa de aumento das receitas da empresa e de melhora do ambiente macroeconômico. As respostas sugerem que a evolução favorável de diversas variáveis macroeconômicas ao longo do segundo semestre de 2023, como a redução dos juros, a desaceleração da **inflação** e a redução do endividamento das famílias, influenciou as expectativas dos empresários", escrevem Campeio e Tobler.

Matos pondera que, em um ano com grandes incertezas à frente - como os conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio e a eleição nos EUA -, o desafio fiscal continua sobressaindo. "O bom do novo arcabouço fiscal é que, se você desviar da meta, aciona os gatilhos. Se mudara meta agora, se perde toda a ancoragem que a nova regra traz. Afinal, por que não imaginar que o mesmo não vai acontecer nos próximos anos?"

Ela alerta que, em um cenário de desaceleração mais intensa que o esperado, uma pisada no acelerador dos gastos pelo governo federal implica custos adiante. "Uma política fiscal pode ser mais estimulativa no curto prazo, mas também gera ruído. O efeito líquido do governo querer gastar mais é os agentes embutirem maior risco, o que se traduz em juro real mais elevado, queda menor da Selic e câmbio mais desvalorizado. A gente sabe que não existe almoço grátis. Isso se torna lá na frente uma trava para o investimento."

Injeção de recursos com pagamento de R\$95 bilhões em precatórios também deve ajudar

Emissão no exterior capta US\$ 4,5 bilhões

O Tesouro Nacional captou ontem US\$ 4,5 bilhões com a emissão de bônus no mercado internacional. Foi a maior oferta feita pelo país em um só dia de forma "pura", sem incluir trocas de títulos. A oferta alcançou demanda total de US\$ 14 bilhões, segundo integrantes do governo e analistas do mercado que acompanharam a operação.

Captação similar só havia ocorrido em julho de 2005, quando o governo lançou o equivalente a US\$ 4,5 bilhões em papéis. Apesar do valor ser igual, os A-Bonds 2018 emitidos naquela ocasião fizeram parte de uma oferta de troca de títulos. Em 2019, o governo faria outra emissão de títulos de 30 anos, com os quais levantou US\$ 2,5 bilhões.

Ontem, o Tesouro realizou a emissão de bônus em dólares com benchmark (referência) de 10 e 30 anos no mercado internacional, com vencimentos em 2034 e 2054. A demanda ficou distribuída em partes iguais entre os dois prazos: foram captados US\$ 2,25 bilhões em bonds de dez anos, à taxa de 6,35%; e um valor idêntico em papéis de 30 anos, cuja taxa ficou em 7,15%.

Liquidez Em razão da forte demanda, ambos os papéis ficaram abaixo do chamado Initial Price Thought (IPT), a primeira referência de taxas fixada para testar o interesse dos investidores, que foi de 6,625% e 7,500%, respectivamente.

Somente com a operação de ontem, o Tesouro superou o montante captado nas duas emissões externas que realizou no ano passado. Em novembro, na última emissão soberana do Brasil, de títulos verdes de sete anos, foram captados US\$ 2 bilhões a 6,50% ao ano. Em abril, quando os juros ainda subiam na economia mundial, o Tesouro captou US\$ 2,25 bilhões em títulos de dez anos, com taxa de 6,15%.

A operação de ontem foi liderada pelos bancos Citigroup, Scotiabank e UBS Investment Bank. "O objetivo da operação é dar continuidade à estratégia do Tesouro Nacional de promover a liquidez da curva de juros soberana em dólar no mercado externo, provendo referência para o setor corporativo, e antecipar financiamento de vencimentos em moeda estrangeira", destacou o Tesouro, em **comunicado**.

Há no mercado a expectativa de que novas emissões ocorram ainda este ano, inclusive, uma segunda rodada de títulos sustentáveis. Esses papéis com "pegada ambiental e social", emitidos pela primeira vez

em novembro, foram considerados um "sucesso" porque as taxas obtidas com a operação ficaram muito próximas das alcançadas por países que são classificados como grau de investimento. O Tesouro se prepara para fazer uma nova captação deste tipo a partir de maio.

A primeira incursão bem sucedida do Tesouro no mercado internacional neste ano deve dar a largada também para uma série de captações externas por empresas nacionais, entre elas a Cosan.

Inflação menor

O boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central reduziu projeções da **inflação** e do dólar para este ano. O IPCA, de acordo com estimativas do Focus, recuou de 3,87% para 3,86% em 2024. Para o ano que vem, o boletim projetou a **inflação** em 3,5%. As projeções para a evolução do **PIB** para 2024 subiram de 1,59% para 1,6%. A estimativa para 2025 também foi mantida em 2% pela sexta semana seguida e a de 2026 está em 2% há 24 semanas consecutivas.

Mercado reduz novamente previsão da inflação/2024

O mercado financeiro reduziu novamente a previsão da **inflação** para este ano. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada nessa segunda-feira, 22, pelo Banco Central (BC), o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) -considerado a **inflação** oficial do país - deve fechar este ano em 3,86%. Há uma semana, a projeção do mercado era de que a **inflação** este ano ficasse em 3,87%. Há quatro semanas, a previsão era de 3,91%.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Para 2025, a projeção da **inflação** ficará em 3,5%. Para 2026 e 2027, a previsão é que o índice fique nos 3,5% nos dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para alcançar a meta de **inflação**, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, a taxa básica de juros, definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

O comitê informou que deve seguir com cortes de 0,5 p.p nas próximas reuniões.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano. A mesma previsão para 2026 e 2027.

PIB

Em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto

soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país - (**PIB**), o Focus aumentou a previsão de crescimento, em 2024, para 1,6%,

Câmbio

O boletim divulgado nesta segunda-feira também prevê diminuição no valor do câmbio em dólar. Segundo o Focus, em 2024, a moeda fecha o ano em R\$ 4,92. Na semana passada, a previsão era de R\$ 4,95. Há quatro semanas a previsão era de que a moeda norte-americana ficasse em R\$ 5,00. Para 2025, a projeção é que o dólar também fique em R\$ 5,00. Para 2026, a expectativa é que o câmbio feche em R\$ 5,05 e para 2027, em R\$ 5,10.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132123#page/6>

Monitor vê alta de 0,5% no PIB em novembro

Rafael Rosas

O Monitor do **PIB**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostrou avanço de 0,5% do **PIB** em novembro frente a outubro. Mas, apesar da alta relevante, a economista Juliana Trece, do FGV Ibre, ressalta que um olhar mais detalhado sobre os dados revela alguns sinais de alerta.

Trece, que com o economista Cláudio Considera é responsável pelo cálculo do Monitor do **PIB**, destaca que "está muito claro" que a economia avança, mas a composição desse crescimento "não é tão boa quanto parece".

Além da alta de 0,5% ante outubro, o monitor mostrou avanço de 2,6% na comparação com novembro de 2022. No acumulado em 12 meses até novembro, o crescimento registrado na economia foi de 2,9%.

A economista pondera que o **PIB** deve ter fechado 2023 com alta em torno de 3%, mas ela lembra que esse avanço é em grande parte devido a um papel relevante cumprido pela agropecuária, que se beneficiou de bons preços de commodities e de uma safra recorde. Esse desempenho do agro ajudou ainda outras atividades, como os transportes.

"Mas quando a gente olha a Formação Bruta de Capital Fixo e isso não é algo só de novembro, mas do ano todo - realmente liga um alerta, principalmente pelo papel que o investimento tem na perspectiva para o futuro", pondera.

No trimestre móvel encerrado em novembro, a FBCF caiu 7,1%. Em novembro, o recuo foi de 1,4% na comparação com outubro e de 7,4% frente novembro de 2022. No acumulado do ano, a FBCF, segundo o Monitor do **PIB**, caiu 3,3%.

Trece frisa que houve recuo, em novembro, nos três segmentos da FBCF analisados no monitor: máquinas e equipamentos, construção e outros. "O que mais chama a atenção é a composição de máquinas e equipamentos, que desaba. Isso quer dizer que os empresários não estão ampliando a capacidade produtiva."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187771>

"É o Plano Safra da indústria", diz Fiesp

São Paulo - A política industrial lançada pelo governo federal ontem tem potencial de incentivar o desenvolvimento do setor assim como o Plano Safra tem impulsionado o agronegócio do País ao longo dos últimos anos, disse o economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha.

O governo anunciou durante a manhã um plano de desenvolvimento para a indústria até 2033 e previu, entre os instrumentos para estimular o setor, R\$ 300 bilhões em linhas de crédito, subsídios a empresas e exigências de conteúdo local nos produtos. "O grande mérito do plano que foi apresentado é colocar de forma muito clara a indústria da transformação como vela propulsora do desenvolvimento", disse Rocha.

O plano chega para tentar conter um movimento de queda da participação da indústria da transformação no **PIB**, que já chegou a mais de 20% nas décadas de 1970 e 1980 e atualmente é de cerca de 13 %, segundo dados de Rocha. "Olhando para essa experiência do Plano Safra no agro, o Plano Mais Produção tem condição de ser o Plano Safra da Indústria", analisou Rocha, citando o pilar da política que engloba mecanismos para o financiamento do setor industrial de forma contínua nos próximos três anos.

"O Plano Safra não é uma medida apenas, são várias medidas que formam um ecossistema de ações. O Plano Mais Produção procura trazer uma isonomia com outros setores", disse o economista. "Ninguém pode ser contra inovação, descarbonização e produtividade", afirmou.

Dos R\$ 300 bilhões do Mais Produção até 2026, R\$ 106 bilhões já foram anunciados em julho do ano passado, segundo afirmou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), mais cedo.

Questionado sobre temas recorrentes da indústria da transformação como proteção comercial e simplificação tributária, Rocha disse que a política industrial apresentada ontem trata de questões estruturais, mas precisa ter temas como regras de conteúdo local "construídas em sinergia com o setor privado" nos próximos meses. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

União projeta melhora do PIB com pagamento de precatórios

VICTORIA ABEL E ALVARO GRIBEL
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

No momento em que o presidente Lula cobra um crescimento maior da economia em 2024, o Ministério da Fazenda aposta no pagamento dos precatórios atrasados como forma de aquecer a economia. Um total de R\$ 95 bilhões foram liberados para saque a quem de direito desde o início de janeiro.

Pelos cálculos da Fazenda, isso tem potencial de elevar o **PIB** em 0,3 ponto percentual neste ano, via aumento do consumo. Economistas do mercado preveem um crescimento de 1,6% em 2024, de acordo com o Boletim Focus divulgado ontem.

Segundo estimativas da pasta, a arrecadação com o recolhimento de Imposto de Renda (IR) dos precatórios deve gerar cerca de R\$ 9 bilhões para o caixa do governo. Casas do mercado financeiro, como o Itaú, também estimam que os precatórios vão impulsionar a economia. Esses valores ainda não estão previstos no Orçamento deste ano e devem colaborar com a meta fiscal de déficit zero do ministro Fernando Haddad.

Os precatórios são dívidas do governo com o contribuinte, decorrentes de decisões judiciais sobre as quais o Executivo não pode mais recorrer. Em novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu autorizar o governo a pagar todo o valor de estoque, ou seja, montante devido nos últimos anos.

Os ministros da Corte permitiram que o pagamento ocorresse por meio de crédito extraordinário, sem comprometer o resultado primário do lado das despesas. No entanto, o recolhimento do IR dos contribuintes que receberem esses precatórios entrará como receita.

O economista Pedro Schneider, do Itaú Unibanco, explica que a estimativa atual do banco para o **PIB** de 2024 está em 1,8%. Com o pagamento dos precatórios, esse dado pode subir mais 0,2 ponto percentual, a depender do comportamento das famílias que vão receber os recursos.

EFEITO JÁ NO 1º TRIMESTRE Se o valor se transformar em consumo, o efeito poderá ser sentido já no primeiro trimestre. Porém, como o perfil das

famílias que receberam os precatórios é de classe média e classe média alta, o dinheiro pode ser usado para investimentos, pagamentos de dívidas ou recomposição de reservas.

Schneider destaca ainda que metade dos precatórios foi pago a empresas, e a outra metade, a famílias. A parte das empresas é mais difícil de ser mensurada e pode se transformar em caixa ou capital de giro.

A parte das famílias deve ficar em torno de R\$ 30 bilhões, já descontados os percentuais do IR e as dívidas que foram negociadas no mercado secundário.

- Se de fato acontecer o impacto no nível de atividade, acreditamos que isso aparecerá já nos indicadores do primeiro trimestre. Por ora, ainda não vemos isso em indicadores de Pix, cartão de crédito e débito. Mas o pagamento é muito recente - afirmou Schneider.

Ele diz que, embora o Banco Central esteja reduzindo as taxas de juros, a política monetária continua tendo efeito "negativo" sobre o **PIB**. O pagamento de precatórios deve colaborar ainda mais para a desaceleração nos cortes da Selic. Isso porque o consequente aumento do consumo deve elevar a **inflação**.

-A expectativa de **inflação** continua acima do centro da meta, e os **juros** reais continuam acima da chamada taxa neutra. Teremos ainda uma política monetária contracionista, mesmo com os cortes de juros - explicou Schneider.

A PEC dos Precatórios foi promulgada pelo Congresso em dezembro de 2021. A medida criou um limite para despesas com precatórios, que ficaram congeladas ao valor desembolsado com a rubrica em 2016, quando foi aprovado o teto de gastos, e corrigidas apenas pela **inflação** anual. Isso criou uma despesa paralela não paga, uma espécie de calote do governo federal. Se o problema não fosse resolvido, a dívida poderia alcançar R\$ 200 bilhões até 2027.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Previsão da inflação tem nova redução

Brasília - O mercado financeiro reduziu novamente a previsão da **inflação** para 2024. Segundo a projeção do Boletim Focus, divulgada ontem pelo Banco Central (BC), o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do País - deve fechar este ano em 3,86%. Há uma semana, a estimativa do mercado era de 3,87%. Há quatro semanas, a perspectiva era de 3,91%.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do Brasil. Para 2025, a projeção da **inflação** ficará em 3,5%. Para 2026 e 2027, a previsão é que o índice fique em 3,5% nos dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Taxa Selic - Para alcançar a meta de **inflação**, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O comitê informou que deve seguir com cortes de 0,5 p.p nas próximas reuniões.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano. A mesma previsão para 2026 e 2027.

PIB - Em relação ao crescimento do Produto interno Bruto - soma de todos os bens e serviços finais produzidos no País - (**PIB**), o Focus aumentou a previsão de crescimento, em 2024, para 1,6%, ante os 1,59% da semana passada. Para 2025, o boletim também manteve a previsão de crescimento da semana passada de 2%, que também é a mesma para os anos de 2025 e 2026.

Câmbio - O boletim divulgado ontem também prevê diminuição no valor do câmbio em dólar. Segundo o Focus, em 2024, a moeda fecha o ano em R\$ 4,92. Na semana passada, a previsão era de R\$ 4,95. Há quatro semanas a previsão era de que a moeda norte-americana ficasse em R\$ 5,00. Para 2025, a projeção é que o dólar também fique em R\$ 5,00. Para 2026, a expectativa é que o câmbio feche em R\$ 5,05 e para 2027, em R\$ 5,10. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Bolsas em Nova York renovam recordes

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi elgorSodré De São Paulo

Em um dia sem direcionadores para os mercados em Wall Street, as bolsas de Nova York estenderam o movimento positivo da semana passada, o que levou os índices Dow Jones e S P 500 a novos recordes históricos de fechamento. O Dow Jones fechou em alta de 0,36%, a 38.001,81 pontos; o S P 500 subiu 0,22%, a 4.850,43 pontos; e o Nasdaq avançou 0,32%, a 15.360,29 pontos.

Para o economista-chefe de mercados da Capital Economics, John Higgins, o rali das bolsas americanas ainda tem impulso para se estender neste ano, mesmo com o recente aumento dos juros de longo prazo nos Estados Unidos. "A julgar pela mais recente recuperação em alguns setores de "alta tecnologia", o entusiasmo renovado em torno da inteligência artificial (IA) parece explicar por que o S P 500 acaba de atingir um novo recorde. Acreditamos que o entusiasmo continuará a crescer e prevemos que o S P 500 terminará 2024 com 5,5 mil pontos", diz.

Segundo ele, o prêmio de risco do S P 500 - a diferença entre os lucros esperados das ações listadas para o período de 12 meses contra o rendimento livre de risco de títulos do Tesouro americano - deve diminuir no futuro próximo à medida que uma bolha relacionada à IA aumentar, mas isso não vai frear completamente os ganhos do mercado acionário.

Com a agenda econômica esvaziada, os rendimentos dos Treasuries não firmaram direção única ontem. A taxa da T-note de dois anos subiu a 4,381 % e a da T-note de dez anos caiu a 4,106%.

O mercado segue à espera do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos do quarto trimestre, que sairá na quinta-feira (25), e do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) de dezembro, previsto para o dia seguinte. Os indicadores devem ser os últimos a ajudar o mercado a balizar as suas expectativas antes da próxima reunião de juros do Federal Reserve (Fed) nos dias 30 e 31 de janeiro.

Após uma série de indicadores fortes da economia americana neste começo de ano, o mercado finalmente retirou do preço a expectativa majoritária pelo início do ciclo de cortes de juros do Fed em março. Agora, conforme levantamento do CME Group, a maior parte dos investidores projeta o começo da

flexibilização em maio, para um total de cinco a seis cortes de 0,25 ponto percentual até o fim do ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187771>

"Há indícios de reação no setor de fundos"

Adriana Cotias e Talita Moreira De São Paulo

Com o avanço do ciclo de corte de juros e os bancos com menor apetite para captar recursos para colocar na ponta do crédito, 2024 tende a ser um ano de recuperação para o setor de fundos de investimentos, segundo Gustavo Pires, diretor-executivo e sócio responsável por serviços de gestão de recursos e seguridade da XP. Com o olhar privilegiado de quem acompanha o mercado numa das maiores plataformas de distribuição de produtos de investimentos de terceiros no Brasil, o executivo diz que a reação dos multimercados e das carteiras de ações, no rali dos ativos no fim do ano passado, pode ser um "indicador antecedente" de um período mais promissor para a tomada de risco.

"O ano de 2023 foi sofrível para captação. Foi o segundo consecutivo de muito resgate. E isso atrapalha muito do ponto de vista da indústria, porque você [a gestora] fica muito tempo debaixo d'água", observa Pires, em conversa com o Valor, ressaltando que em mais de duas décadas nunca houve dois anos em sequência de saques e com volume tão representativo.

Mas mesmo com resgates líquidos acumulados de quase R\$ 260 bilhões em 2022 e 2023, em 2021, melhor período da história para o setor, os ingressos somaram mais de R\$ 400 bilhões, destaca Pires. Na conta de 36 meses, portanto, o saldo ainda é positivo. "A gente fala de resgate, mas houve crescimento." Com o início do afrouxamento monetário, em agosto, que já conduziu a taxa básica da economia de 13,25% para 11,75% ao ano e a continuidade do ajuste - que pode levar o juro para a casa dos 9% - é de se esperar do investidor uma dinâmica pró-diversificação.

Pelos dados da Anbima, considerando-se o último ciclo de corte da Selic, entre 2016 e 2020-quando a taxa básica saiu de 14,25% para o nível ultrabaixo de 2% ao ano na pandemia de covid-19 -, o saldo entre captações e resgates dos multimercados e fundos de ações foi positivo em R\$ 542 bilhões. Desta vez, contudo, a captação tende a ser "menos democrática, o sol não deve brilhar para todos", afirma Pires. "Tem gestor já mais fragilizado, e o processo de consolidação dos últimos dois anos deve se acentuar. Alguns enfrentaram dificuldades para permanecer no jogo, com algumas casas fechando e outras se juntando", afirma.

Se, no passado, bastava ter um terminal financeiro e

dois gestores experientes saindo de tesouraria de banco para abrir uma asset com seu nome na placa, a exigência regulatória tornou esse passo mais espinhoso. "Quem tentou fazer isso não foi a lugar nenhum, virou "family office", gerindo o próprio dinheiro. Mas fazer gestão de recursos de clientes, captar de fato, isso não aconteceu." O custo de empreender também ficou mais alto. Da gestão à estrutura operacional, os profissionais são caros e o mercado passou a ser mais competitivo. Casas multiprodutos têm uma resistência melhor que as dedicadas apenas a um multimercado macro ou a um fundo de ações. Pires diz que, no segmento de fundos tradicionais, a tendência é as assets juntarem times. Fusões e aquisições (M A, na sigla em inglês) de fato devem ocorrer no rol dos alternativos, a fim de reunir competências que não tenham separadamente. "O mercado está começando a afunilar. E começa a ter algo que não se via no passado... as grandes casas não tinham apetite para ser plataformas de gestão", diz.

Um movimento emblemático é a recente entrada da Lumina Capital, especializada em crédito estruturado, no capital da Verde Asset, de Luis Stuhlberger, ao comprar 24,9% da fatia que pertencia ao UBS/Credit Suisse. A troca de gestão dos fundos imo- biliários do grupo suíço, operação adquirida pelo Pátria numa disputa quente no fim do ano, traz um "cheiro" de que o universo dos alternativos listados ou carteiras de longo prazo, que têm múltiplos de avaliação mais elevados, tendem a dominar a agenda de M A no Brasil de 2024.

Numa pesquisa feita com representantes de 32 gestoras da rede XP, 27 (84,4%) dos entrevistados apontam ter uma visão construtiva para a indústria de fundos em 2024, com 31 deles indicando estar num momento de expansão. Para 53,1%, o segmento que mais deve crescer é o de previdência, pelo empurrão da nova **legislação tributária**. A classe de ativos vista como de maior oportunidade neste ano é a de ações, de acordo com 25%.

A expansão do negócio, de acordo com a sondagem, não se limita apenas à grade de produtos ofertados, mas também ao lançamento de estratégias e à equipe de gestão. Embora algumas gestoras tenham enfatizado parceria com plataformas (19%), 72% das gestoras destacaram a inclusão de novos produtos na grade como principal vetor de crescimento.

"Olhando para 23, os gestores não fizeram por onde.

Se pegar os multimercados, eles rodaram ali por volta de 70% do GDI, na média. Os gestores de ações foram um pouco melhor, mais perto do Ibovespa. E os fundos de crédito tiveram os eventos de Americanas, Light, Unigel, então, no geral, a turma acabou ficando abaixo do GDI." No fim do ano, houve uma boa recuperação, prossegue Pires, com 2023 podendo ser dividido em duas fases, uma até outubro, em que "ninguém batia o GDI" e novembro e dezembro, quando a "cara ficou diferente, a foto ficou menos feia". Em janeiro de 2024, até o dia 17, os fundos captaram R\$ 97,8 bilhões, mas o dinheiro foi todo para a renda fixa, em estratégias de liquidez e caixa. Multimercados e fundos de ações ainda viram saques de R\$ 12,9 bilhões.

Com a Selic em dois dígitos, o grande concorrente do setor no ano passado foram os ativos isentos de imposto de renda. Dentro dos bancos, foi o caso das letras de crédito imobiliária e do agronegócio (LCI, LCA), além dos certificados de depósitos bancários (CDB), que não têm benefício fiscal, mas são um instrumento tradicional de captação e têm estoque gigante, na casa dos R\$ 2 trilhões.

"Quando chega 2024, sua LCI de 13% ao ano vai ser 10% na hora que vencer. O retorno de 1% ao mês já não está acontecendo mais como antes. E tem um segundo fator: os bancos pararam de expandir carteiras de crédito de uma maneira geral, ou têm expandido de forma mais tímida", afirma Pires. E, se a disposição para captar é menor, a tendência é que a rolagem não seja mais a 99% do CDI, que era mais alto, mas a 92%, 91% de um CDI menor. "O produto de crédito bancário, naturalmente, perde atratividade. Neste ano, já perderia por conta do ciclo monetário, de redução de taxas de juros. E tem um duplo efeito negativo, que é o fato de o banco estar com menor apetite." Debêntures incentivadas e certificados de crédito imobiliário e do agronegócio (CRI e CRA), que têm benefício fiscal para a pessoa física, ainda podem fazer sombra à indústria de fundos, mas depois de emissões da ordem de R\$ 300 bilhões em incentivados em geral em 2023, o espaço na carteira dos investidores pode ser menor.

A favor dos fundos de crédito, pesa o efeito-calendário, que a partir de fevereiro começa a mostrar uma base limpa do episódio da Americanas no desempenho de 12 meses. A varejista revelou um rombo bilionário no seu balanço em janeiro do ano passado e até mesmo carteiras líquidas, usadas para reservas de emergência, sentiram o baque.

Outras questões que vão mexer com a indústria são a nova regulação do setor, a Resolução 175, e a incidência do "come-cotas" nos fundos fechados exclusivos ou reservados a poucos cotistas. Muitos

desses veículos usados para gestão patrimonial de famílias ultrarricas estavam sob a casca de multimercados, onde havia o diferimento tributário, que amplificava os ganhos de investimentos ali encapsulados no tempo.

"Cem por cento dos clientes com fundos exclusivos estão repensando o que fazer. Uma vez que pagou o IR com alíquota menor e ficando líquido, a primeira coisa que ele pensa é se vai manter os recursos no Brasil ou lá fora", diz Pires. No tabuleiro de "War" que prevaleceu por cerca de duas décadas, com grandes private banks detendo um "pool" de recursos em veículos que dificilmente se movia, agora a chacoalhada tributária "zera o jogo".

O executivo espera que um fluxo não desprezível vá para fora do Brasil, já que não haverá o diferimento fiscal. A tendência é diminuir a quantidade de fundos. "Um efeito colateral é que o multimercado não necessariamente toma resgate, mas perde espaço dentro da alocação. O grande vencedor deve ser a previdência privada." Pires cita que os veículos tradicionalmente usados para a reserva da aposentadoria hoje têm uma flexibilidade de alocação que não tinham no passado. "A regulação avançou, e para nem todo mundo entre os clientes abastados a ficha caiu." O mandato abrange questões sucessórias, não há o imposto sobre doação e herança, a transferência dos recursos se dá fora do inventário.

Não vai ser de uma hora para outra, mas ao longo do ano, diz Pires. "Muitos clientes estão diminuindo ou encerrando os exclusivos porque não veem mais o benefício direto", afirma. Pode ser um empurrão também para os fundos de investimentos em participações (FIP) de infraestrutura que preservam a isenção de imposto e "têm taxa de retorno nominal maior que o real estate [imobiliário]".

Numa pesquisa com 32 gestoras da rede XP, 27 (84,4%) dos entrevistados apontam ter uma visão construtiva para a indústria

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187771>